

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Daniel José do Nascimento Ferreira

**ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E APROPRIAÇÕES DO PARADIGMA DA
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA
DA ASA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO**

Santa Maria, RS

2021

Daniel José do Nascimento Ferreira

**ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E APROPRIAÇÕES DO PARADIGMA
DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ANÁLISE DA
EXPERIÊNCIA DA ASA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Linha de Pesquisa: Processos de Inovação Sócio Tecnológica e Ação Extensionista, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Extensão Rural**.

Orientadora: Prof^a. Dra. Janaína Balk Brandão
(UFSM)

Coorientador: Prof. Dr. Clayton Hilling (UFSM)

Santa Maria, RS

2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Ferreira, Daniel
ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E APROPRIAÇÕES DO PARADIGMA
DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ANÁLISE DA
EXPERIÊNCIA DA ASA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO / Daniel
Ferreira.- 2021.
166 p.; 30 cm

Orientadora: Janaína Brandão
Coorientador: Clayton Hilling
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2021

1. Sertão 2. Semiárido 3. Estratégias de comunicação
4. Extensão rural 5. Apropriações I. Brandão, Janaína
II. Hilling, Clayton III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, DANIEL FERREIRA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

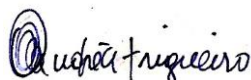
Daniel José do Nascimento Ferreira

**ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E APROPRIAÇÕES DO PARADIGMA
DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ANÁLISE DA
EXPERIÊNCIA DA ASA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Linha de Pesquisa: Processos de Inovação Sócio Tecnológica e Ação Extensionista, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito para obtenção do grau de **Doutor em Extensão Rural**.

Aprovado em 15 de dezembro de 2021.

Clayton Hilling, Dr. (UFSM) – Videoconferência
(Presidente/Coorientador)



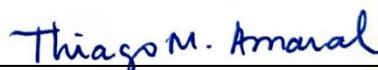
Andrea de Lima Trigueiro de Amorim, Dra. (UNICAP) – Videoconferência



**Helder Ribeiro Freitas, Drº (UNIVASF) –
Videoconferência**



**Maria Salett Tauk Santos, Dra. (UFRPE) –
Videoconferência**



Thiago Magalhães Amaral, Drº (UNIVASF) – Videoconferência

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese...

- *Aos povos do Semiárido nordestino, em especial às famílias agricultoras do Sertão do Pajeú;*
- *Às minhas mães Maria do Socorro Ferreira (In Memoriam) e Maria de Fátima Oliveira, minhas referências máximas em educação, amor e acolhimento;*
- *À minha irmã Nelcy Danielly e aos meus sobrinhos Gabriel e Samuel, meus tesouros mais preciosos;*
- *Ao meu irmão mais velho, Thiago Magalhães, parte do meu porto seguro, minha inspiração na Academia e na vida.*
- *À Salett Tauk, mais do que mestre, minha referência em generosidade e na pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

Até aqui cheguei com apoio de muita gente boa e amiga, de organizações e instituições que abriram as portas para mim, e de pessoas que fui encontrando nesta jornada da vida acadêmica e da vida pessoal. Mais do que letras e ciência, esta tese traz um pouco de mim, de afeto e das conexões trilhadas neste caminhar de construção e aprendizagens, que é a Educação, e de um olhar atento e afetuoso ao Semiárido. De uma maneira especial, carinhosa e generosa agradeço...

- À Universidade Federal de Santa Maria, pela estrutura e zelo disponibilizados a mim em toda minha estadia como estudante;

- Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGEXR) da UFSM pelo acolhimento e presteza, em especial ao coordenadores e funcionários;

- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudo disponibilizada;

- Aos professores do PPGEXR: Vivien Diesel, Renato Souza, José Geraldo, Gisele Guimarães, Andrea Dorr, Vicente Celestino, Janaína Balk, Alisson Zarnot, Joel Orlando e Marcos Froehlich;

- Ao meu (co)orientador e professor, Clayton Hilling;

- À banca de defesa desta tese pela disponibilidade, atenção e enriquecedoras contribuições a esta pesquisa: Salett Tauk, Thiago Magalhães, Andrea Trigueiro e Helder Freitas;

- Às agricultoras de Afogados da Ingazeira que contribuíram grandemente com este trabalho: Tatiana Faustino, Hosana Feitosa e Lucineide Cordeiro;

- À ASA e às organizações Centro Sabiá, Diaconia e Casa da Mulher do Nordeste pelas ricas contribuições e disponibilidade a esta pesquisa, nas pessoas de Naidson Batista, Antonio Barbosa, Alexandre Pires, Fernanda Cruz, Verônica Pragana, Érica Silva, Emanuelle Marinho, Ita Porto, Wagda França e Rosa Sampaio;

- Aos amigos de caminhada acadêmica do PPGEXR: Rodrigo Faccin, Marcos Gregolin, Alida Coreu, Luana Fernandes, Jossi Ortiz, Viviane Flaviano, Juliana Costa, Brenno Henrique, Yosani Morales, Maurício Sena, Thacya Clédia, Martin Dorneles, João Amorim, Bernardo Rodrigues, Jayme Menezes, Fernanda Ferreira, Adilson Bellé, Diego Souer, Eduardo Flech, Lucas Moretz-sohn, Ricardo Alberti e Tatielle Langbecker;

- Ao meu pai José Nilton e irmãos Danilo e Isabel: meu carinho fraterno;

- Às minhas tias Ana Lúcia, Luzia Ferreira e Bernadete Oliveira, aos compadres Cláudia Luiza e João Carlos, tios e primos pelo apoio de sempre. Obrigado por serem parte do meu porto seguro!

- À minha tia Hilda Barros e primas Kátia Jussara e Hilma Barros, pelo carinho e apoio;

- Aos amigos do dia a dia, pelo apoio incansável e afetivo na minha vida: Amanda Letícia, Suzanne Scaglia, Genivaldo Junior, Rebeca Barbosa, Sylvan Souza, Ramon Oliveira, Tayse Muniz. A vocês, todo meu amor e gratidão!

- Aos mestres e professores que passaram na minha vida e deixaram um pouco de si na minha jornada estudantil: Carmosa Liberal (minha primeira professora de Redação), Carlos Benevides (meu orientador no curso de Jornalismo) e Paulo Fradique (professor do curso de Jornalismo, que me apresentou a comunicação rural e Salett Tauk);

- Aos amigos que fiz em Santa Maria - RS, de lá para uma vida inteira, que me acolheram e tornaram os dias mais leves e afetuosos: André Damião, Luana Fernandes, Cristiane Marinho e Rita Sasso;

- Aos amigos Dante Petrônio, Ysllanny Barberino, Felipe Cairé, Saulo Pinho, Luciana Pereira, Handerley Souza, Silvio Felipe, Felipe Resende, Julianne Galvão, Vitor Hugo, Thayane Teixeira, Cris Franzoi, Maria Letícia, Chico Junior, Itamilson Junior, Eumar Lopes, Tiago Franklin, Raimundo Alves, Hugo Leornado, Handerley Souza e Deys Santana: pelo apoio e carinho nesta jornada;

- Aos amigos Cláudio Gomes e Leonardo Lemos por cederem as fotos que ilustram esta tese;

- E, ao Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), pela compreensão, apoio e respeito a este momento de estudo e construção da tese, nas pessoas de Fábio Vaz e Ruthiane Pereira, e aos demais colegas da labuta diária: meu carinho e agradecimento!

EPIGRAMA

Senhores críticos, basta!
Deixai-me passar sem pejo
Que um trovador sertanejo
Vem seu pinho dedilhar.

Criou-se o estigma
Do matuto pé de serra
Que tudo que fala erra,
Porque não pôde estudar.
Só fala versos matutos, obsoletos,
Feitos por analfabetos,
Que mal sabem se expressar.

Quem foi que disse
Professor de que matéria
Que o Sertão só tem miséria,
Que só é fome e penar.

Que é a paisagem
Da caveira duma vaca,
Enfiada numa estaca,
Fazendo a fome chorar.

Não pode nunca imaginar
O som que brota
Da cantiga de uma grotta
Quando chuva cai por lá.

Rogaciano Leite e Lamartine Passos



RESUMO

ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E APROPRIAÇÕES DO NOVO PARADIGMA DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA ASA NO SERTÃO DE PERNAMBUCO

AUTOR: Daniel José do Nascimento Ferreira

ORIENTADORA: Prof^a Dra. Janaína Balk Brandão (UFSM)

COORIENTADOR: Prof. Dr. Clayton Hilling (UFSM)

O presente estudo tem como objetivo analisar as apropriações na construção do paradigma e das estratégias de comunicação utilizadas pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) numa rede de mobilizações no esforço de viabilizar a proposta da “convivência com o Semiárido”, frente ao modelo secularmente vigente do “combate à seca”. Especificamente, o que se quer compreender é se as estratégias de comunicação e as apropriações contribuem para a perspectiva do paradigma da convivência por meios dos técnicos da ASA e também das organizações locais e das famílias agricultoras no município de Afogados da Ingazeira, no Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que elencou a cultura como centro dos processos comunicativos privilegiando os contextos populares, que são os territórios rurais, ou seja, o ponto de partida teórico-metodológico trilhado para a construção deste trabalho são os Estudos Culturais. Para fundamentar as teorias aplicadas aos temas centrais como “Sertão”, foi ancorado em Leitão (2011), Moraes (2013) e Ab’Saber (1985). Albuquerque Junior (2009) e Silva (2006) trazem a perspectiva da “Convivência com Semiárido”. Sobre as “apropriações”, buscou-se se amparar em Hall (1997) e Ripoll (2004). Canclini (2005), Martin-Barbero (1996) e Souza (2000) trouxeram o compromisso com as “Culturas Populares” e com os “Estudos Culturais”. Tauk Santos e Callou (2016) dão conta do debate sobre “comunicação e extensão rural”. Toro e Werneck (2004) e Peruzzo (2004) apresentam o entendimento e as características de “mobilização social”. Na reflexão sobre “paradigma”, apoiou-se em Kuhn (2002). Ainda sobre “estratégias de comunicação”, contou com as contribuições de Kunsch (2018), Henriques (2004) e Henderson e Almeida (2003). Além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas entrevistas com aplicação de roteiros, análise de conteúdos e de documentos. Esta pesquisa evidenciou que ASA reconhece a comunicação como estratégia e elemento importante para a consolidação da convivência com o Semiárido, bem como componente metodológico, instrumental e fundamental nos seus programas. As famílias agricultoras envolvidas nas dinâmicas dos trabalhos, de fato, apropriam-se do paradigma da convivência com o Semiárido, por meio da metodologia de trabalho e das estratégias de comunicação utilizadas pela Articulação. Um outro achado importante e significativo desta pesquisa foi o protagonismo das mulheres na construção do paradigma da convivência com a região, principalmente as agricultoras. São elas que, na maioria das vezes, estão à frente das ações da ASA e da execução das tecnologias sociais, participando dos espaços de articulação e decisões. Ao estarem engajadas com as ações da Articulação, tornam-se fortalecidas, valorizadas, reconhecidas e cada vez mais comprometidas com a organização e com a vida da comunidade.

Palavras-chave: Sertão. Semiárido. Estratégias de Comunicação. Extensão Rural. Apropriações.

ABSTRACT

COMMUNICATION STRATEGIES AND APPROPRIATIONS OF THE NEW PARADIGM OF THE BRAZILIAN SEMI-ARID: ANALYSIS OF THE EXPERIENCE OF ASA IN THE SERTÃO OF PERNAMBUCO

AUTOR: Daniel José do Nascimento Ferreira
ORIENTADORA: Prof^a Dra. Janaína Balk Brandão (UFSM)
COORIENTADOR: Prof. Dr. Clayton Hilling (UFSM)

The present study aims to analyse the appropriations in the construction of the paradigm and the communication strategies used by the Brazilian Semi-Arid Articulation (ASA) in a network of mobilizations in order to provide the “coexistence with the Semiarid”, against the model “fighting drought” that lasts for centuries. Specifically, what we want to understand is whether communication strategies and appropriations contribute to the perspective of the paradigm of coexistence through ASA technicians and local organizations and farming families in the municipality of Afogados da Ingazeira, in Sertão do Pajeú, in Pernambuco. This is a qualitative research, which listed culture as the center of communicative processes, privileging popular contexts, which are rural territories, that is, the theoretical-methodological starting point for the construction of this work is Cultural Studies. To support the applied theories of central themes such as “Sertão” this research was based on Leitão (2011), Moraes (2013) and Ab’Saber (1985). Albuquerque Junior (2009) and Silva (2006) bring the perspective of “Coexistence with the semi-arid”. On the “appropriations”, we sought to rely on Hall (1997) and Ripoll (2004). Canclini (2005), Martin-Barbero (1996) and Souza (2000) address the commitment to “Popular Cultures” and to “Cultural Studies”. Tauk Santos and Callou (2016) report on the debate on “communication and rural extension”. Toro and Werneck (2004) and Peruzzo (2004) present the understanding and characteristics of “social mobilization”. In the debate on “paradigm”, he relied on Kuhn (2002). Still on “communication strategies”, he counted on contributions from Kunsch (2018), Henriques (2004) and Henderson and Almeida (2003). In addition to the bibliographical research, interviews were carried out with the application of scripts, content and document analysis. This research showed that ASA recognizes communication as an important strategy and element for the consolidation of coexistence with the Semi-arid region, as well as a methodological, instrumental and fundamental component in its programs. Farming families involved in the dynamics of the work, in fact, appropriate the paradigm of coexistence with the Semi-arid region, through the work methodology and communication strategies used by the Articulation. Another important and significant finding of this research was the role of women in the construction of the paradigm of coexistence with the region, especially female farmers. They are the ones who, most of the time, are at the forefront of ASA actions and the execution of technologies, participating in articulation and decision-making spaces. By participating in the actions of the Articulation, they become strengthened, valued, recognized and increasingly committed to the organization and life of the community.

Keywords: Sertão. Semiarid. Communication Strategies. Rural extension. Appropriations.

RESUMEN

ESTRATEGIAS DE COMUNICACIÓN Y APROPIACIONES DEL NUEVO PARADIGMA DEL SEMIARIDO BRASILEÑO: ANÁLISIS DE LA EXPERIENCIA DE ASA EN EL SERTÃO DE PERNAMBUCO

AUTOR: Daniel José do Nascimento Ferreira
ORIENTADORA: Prof^a Dra. Janaína Balk Brandão (UFMS)
COORIENTADOR: Prof. Dr. Clayton Hilling (UFMS)

El presente estudio tiene como objetivo analizar las apropiaciones en la construcción del paradigma y las estrategias de comunicación utilizadas por la Articulación Semiárido Brasileño (ASA) en una red de movilizaciones en el esfuerzo de hacer viable la propuesta de “convivencia con el Semiárido”, frente al modelo vigente durante siglos de “lucha contra la sequía”. En concreto, lo que queremos entender es si las estrategias y apropiaciones de comunicación contribuyen a la perspectiva del paradigma de la convivencia a través de técnicos de ASA y organizaciones locales y familias campesinas en el municipio de Afogados da Ingazeira, en el Sertão del Pajeú, en Pernambuco. Se trata de una investigación cualitativa, que cataloga a la cultura como el centro de los procesos comunicativos, privilegiando los contextos populares, que son territorios rurales, es decir, el punto de partida teórico-metodológico para la construcción de este trabajo son los Estudios Culturales. Para apoyar las teorías aplicadas de temas centrales como “Sertão” se basó en Leitão (2011), Moraes (2013) y Ab’Saber (1985). Albuquerque Junior (2009) y Silva (2006) aportan la perspectiva de “Convivencia con el semiárido”. Sobre las “asignaciones”, buscamos basarnos en Hall (1997) y Ripoll (2004). Canclini (2005), Martín-Barbero (1996) y Souza (2000) abordan el compromiso con las “Culturas populares” y con los “Estudios culturales”. Tauk Santos y Callou (2016) informan sobre el debate sobre “comunicación y extensión rural”. Toro y Werneck (2004) y Peruzzo (2004) presentan la comprensión y las características de la “movilización social”. En el debate sobre el “paradigma”, se basó en Kuhn (2002). Aún en “estrategias de comunicación”, contó con aportes de Kunsch (2018), Henriques (2004) y Henderson y Almeida (2003). Además de la investigación bibliográfica, se realizaron entrevistas con la aplicación de guiones, análisis de contenido y documentos. Esta investigación mostró que ASA reconoce la comunicación como una estrategia y elemento importante para la consolidación de la convivencia con el Semiárido, así como un componente metodológico, instrumental y fundamental en sus programas. Las familias campesinas involucradas en la dinámica del trabajo, de hecho, se apropian del paradigma de convivencia con el Semiárido, a través de la metodología de trabajo y las estrategias de comunicación utilizadas por la Articulación. Otro hallazgo importante y significativo de esta investigación fue el papel de las mujeres en la construcción del paradigma de convivencia con la región, especialmente las mujeres agricultoras. Son ellas quienes, la mayoría de las veces, están a la vanguardia de las acciones de ASA y la ejecución de tecnologías, participando en espacios de articulación y toma de decisiones. Al participar en las acciones de la Articulação, se fortalecen, valoran, reconocen y se comprometen cada vez más con la organización y con la vida de la comunidad.

Palabras-clave: Sertão. Semiárido. Estrategias de comunicación. Extensión rural. Apropiaciones.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planos apresentadas pelos governos como "soluções" para a seca.....	4
Figura 2 - Miguel Arraes reunido com trabalhadores rurais beneficiários do Programa Chapéu de Palha.....	6
Figura 3 - Representação de intercessões entre o Nordeste, Semiárido e Sertão para a pesquisa.....	7
Figura 4 - Agricultores em momento de discussão e formação para construção das cisternas.....	9
Figura 5 - Metodologias participativas utilizadas pela ASA.....	10
Figura 6 - Imagem do que é a perspectiva do paradigma do combate à seca.....	12
Figura 7 - Cenas de como conviver com o Semiárido com cisterna e horta.....	12
Figura 8 - Análises dos dados a partir das temáticas centrais da pesquisa.....	24
Figura 9 - Síntese dos processos metodológicos da pesquisa.....	27
Figura 10 - Mandacaru florado: espécie típica da Caatinga.....	29
Figura 11 - Paisagem da Caatinga no município de Afogados da Ingazeira.....	29
Figura 12 – Instagram da Juliette com elementos identitários do Semiárido: os cactos.....	31
Figura 13 - Imagem do filme Bacurau retratando a geografia do Sertão.....	33
Figura 14 - Cenas de Bacurau mobilizando a comunidade por causa da morte de uma liderança.....	33
Figura 15 – Retratação das cisternas de placas no filme Bacurau.....	33
Figura 16 - Mapa de Pernambuco e suas microrregiões.....	35
Figura 17 - Mapa do Sertão do Pajeú com seus respectivos municípios e IDHs.....	36
Figura 18 - Disposição da população de Afogados da Ingazeira pelo Censo 2010.....	37
Figura 19 - Agricultor na zona rural de Afogados da Ingazeira.....	38
Figura 20 – Gráfico do cenário do abastecimento d’água em Afogados da Ingazeira em 2010.....	40
Figura 21 - Vista da Barragem de Brotas.....	41
Figura 22 – Gráfico com a finalidade do abastecimento dos poços no meio rural.....	42
Figura 23 - Situação dos poços no meio rural de Afogados da Ingazeira.....	43
Figura 24 - Dados da distribuição das tecnologias sociais em Afogados da Ingazeira.....	44
Figura 25 - Registro da Catedral Senhor Bom Jesus dos Remédios.....	45
Figura 26 - Sítio Arqueológico de Afogados da Ingazeira na Serra do Giz.....	46
Figura 27 - Bacamarteiro se apresentando em praça pública em Afogados da Ingazeira.....	46
Figura 28 - Tabaqueiro: personagem carnavalesca de Afogados da Ingazeira.....	47
Figura 29 - Quadrilha junina, dança típica da Festa de São João de Afogados.....	47
Figura 30 - Texto extraído do Jornal O Estado de S. Paulo.....	53
Figura 31 - Reportagem sobre a estiagem prolongada do jornal Diário de Natal.....	53
Figura 32 - Modelo de comunicação difusionista.....	56
Figura 33 - Modelo de comunicação dialógica (Comunicação Rural).....	60
Figura 34 - Intercâmbio com agricultores realizado pela ASA.....	64
Figura 35 - Construção de cisternas de forma coletiva e participativa pelas famílias.....	65
Figura 36 - Momento de formações e acompanhamento das ações pelos agricultores.....	65
Figura 37 - Capa do documento “Declaração do Semiárido”.....	79
Figura 38 - Infográfico para compreender a lógica da tecnologia social.....	82
Figura 39 - Lucineide em sua propriedade na zona rural de Afogados da Ingazeira.....	92
Figura 40 - Agricultora Lucineide no tanque de peixes.....	92
Figura 41 - Agricultora Hosana recebendo em sua área assessoria técnica.....	94

Figura 42 - Agricultora Hosana em manejo da produção do algodão agroecológico.....	94
Figura 43 - Imagem do Instagram institucional da ASA	100
Figura 44 - Imagem do site institucional da ASA.....	100
Figura 45 - Imagem do boletim “O Candeeiro” de uma experiência em Afogados da Ingazeira.....	101
Figura 46 - História de uma família de Afogados da Ingazeira no boletim “O Candeeiro” ...	102
Figura 47 - Imagem do site da campanha "Tenho Sede"	106
Figura 48 - Imagem de Gilberto Gil: "garoto propaganda" da campanha "Tenho sede"	106
Figura 49 - Agricultora Tatiana Faustino mostrando parte da sua produção.....	113
Figura 50 – Colheita do milho na propriedade da agricultora Tatiana	114
Figura 51 – registro da entrevista com Alexandre Pires (ASA Pernambuco)	145
Figura 52 – Registro da entrevista com Antonio Barbosa (Gerente da ASA Brasil)	145
Figura 53 – Registro da entrevista com Érica Silva (Jornalista da ASACom)	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ADAGRO de Pernambuco	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado
AMUPE	Associação Municipalista de Pernambuco
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ASACOM	Assessoria de Comunicação da ASA
ATER	Assessoria Técnica e Extensão Rural
BBB	Big Brother Brasil
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CECOR	Centro de Educação Comunitária Rural
CENTRO SABIAÁ	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
CIESPAL para a América Latina	Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo
CMN	Casa da Mulher do Nordeste
COP3 Combate à Desertificação	Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCONASA	Encontro Nacional da ASA
GAM	Grupo de Apoio aos Municípios
GAPA	Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos
FAO Agricultura	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GRH	Gestão de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIFA	Instituto Fluminense de Agricultura
IIAA	Instituto Interamericano para Assuntos da América
IPA	Instituto Agrônomo de Pernambuco
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
ITERPE	Instituto de Terras e Reforma Agrária de Pernambuco
MED	Movimento de Educação de Base
NYFF	Festival de Nova York
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
OSCIPS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PPGEXR	Programa de Pós-graduação em Extensão Rural
PRORURAL	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
SAA	Sistemas de Abastecimento de Água

SAI	Serviço de Informação Agrícola
SSMA	Sistema Simplificado de Manejo da Água (SSMA)
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA.....	8
1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	13
1.3 OBJETIVOS.....	15
1.3.1 Objetivo Geral.....	15
1.3.2 Objetivos Específicos.....	15
1.4 ESTRUTURA DA TESE.....	16
2 METODOLOGIA	17
2.1 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO: OS ESTUDOS CULTURAIS COMO PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	17
2.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	21
3 O SERTÃO NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO: TERRITÓRIO DA PESQUISA	28
3.1 CARACTERÍSTICA, PAISAGEM E NARRATIVA DO SEMIÁRIDO.....	28
3.2 SERTÃO DO PAJEÚ.....	34
3.3 AFOGADOS DA INGAZEIRA: RAÍZES E O LUGAR DA PESQUISA.....	37
3.3.1 Aspectos hídricos de Afogados da Ingazeira.....	39
3.3.2 Contextos culturais, turísticos e econômicos de Afogados da Ingazeira.....	44
3.3.3 Abordagens da comunicação e das organizações sociais em Afogados da Ingazeira.....	48
4 COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO RURAL: DIÁLOGOS E CONEXÕES	51
4.1 BREVE APANHADO SOBRE COMUNICAÇÃO RURAL.....	59
4.2 ASA E A PRÁTICA EXTENSIONISTA RURAL.....	63
5 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	67
6 ASA E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS	77
6.1 DA GÊNESE À TRAJETÓRIA DA ASA.....	77
6.2 AS TECNOLOGIAS SOCIAIS.....	82
6.3 LEGADO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O PROTAGONISMO DAS AGRICULTORAS.....	88
7 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO À MOBILIZAÇÃO SOCIAL	95
7.1 AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DA ASA.....	98
7.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO SEMIÁRIDO.....	107
8 AS APROPRIAÇÕES DAS ESTRATÉGIAS E DO PARADIGMA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	112
9 CONSIDERAÇÕES	117
REFERÊNCIAS	120
11 APÊNDICES - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	129
11.1 APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO ASA.....	129
11.2 APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO ORGANIZAÇÕES.....	131
11.3 APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO FAMÍLIAS AGRICULTORAS.....	133
12 ANEXOS	135
12.1 DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO.....	135
12.2 ALGUMAS FOTOS DAS ENTREVISTAS POR WEB-CONFERÊNCIA.....	145

APRESENTAÇÃO

Antes de adentrar propriamente na discussão teórica, caminhos metodológicos, análise e achados deste trabalho, faz-se necessário uma apresentação, mesmo que breve, das relações do autor com o objeto de estudo ou das relações com as temáticas que norteiam esta pesquisa, como o Sertão, o Semiárido, a Extensão Rural e a Comunicação (rural). A tese é um processo histórico, cultural e de construção do conhecimento do pesquisador.

É preciso chegar, musicar-se, apresentar-se: Deixa eu me apresentar que eu acabei de chegar, depois que me escutar. Você vai lembrar meu nome. É que eu sou dum lugar onde o céu molha o chão, céu e chão grudam no pé amarelo, azul e branco” (COSTA; FALCÃO, 2019)¹

Ou, em forma de versos do poeta Rogaciano Leite: “Eu sou da terra onde as almas são todas de cantadores. Sou do Pajeú das Flores, tenho razão pra cantar”. Portanto, esta Apresentação organiza-se a partir de **laços² afetivos, profissionais e acadêmicos** - dos cruzamentos, dos emaranhados e das conexões subjetivas que é a vida.

O **primeiro laço**, o princípio de quem vos fala. **Sou filho da seca** – Outro dia li Gramsci (2002) e Barbero (2004). E, eles colocavam que “só investigamos de verdade o que nos afeta (GRAMSCI, 2002) e “afetar vem de afeto” (MARTIN-BARBERO, 2004). Ou seja, só pesquisamos o que nos traz afeto, reencontramo-nos nos nossos objetos e pesquisas empíricos. Nossos estudos e nossas escolhas temáticas têm um pouco de nós, rementem, de alguma forma, a nossa posição (Política) frente às discussões, de estar no mundo. Desde criança, presenciei e vivenciei as estiagens prolongadas.

Natural de Afogados da Ingazeira³, no Sertão de Pernambuco, todos os anos meu pai migrava do Sertão para sobreviver e trabalhar em São Paulo. Quantas vezes ajudei minha mãe a carregar lata d’água na cabeça, como também vi uma multidão de gente escapar com as águas que restavam nas cacimbas dos riachos e trazia na cabeça ou em

¹Música “Amarelo, azul e branco” de composição de Ana Clara Caetano Costa e Vitoria Fernandes Falcão (2019) da Universal Music Publishing.

²Paráfrase ao livro “Comunicação para o desenvolvimento – Redes de Memória” (2016) da pesquisadora e Doutora Maria Salett Tauk Santos.

³Apesar de ter sido registrado formalmente pela Certidão de Nascimento em Afogados, minha primeira referência de lugar e porto seguro é Ibitiranga, distrito do município de Carnaíba, também no Sertão pernambucano, onde morei até os 11 anos.

carros de boi. Outras vezes também presenciei um “exército” de gente, homens e mulheres, limpando e capinando as estradas de chão nas “Frentes de Emergências”, o que recebia era para comer e levar a vida.

O **segundo laço** refere-se à trajetória acadêmica para compreender as ligações que permeiam as temáticas e o autor neste trabalho. Sou graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco, com duas especializações: uma em Comunicação Organizacional, e outra em Educação e Convivência para o Semiárido. Ainda na Universidade fui apresentado pelo professor Paulo Fradique às obras de Maria Salett Tauk Santos, Robert Benjamin e Luiz Beltran. Desde então, fiquei fascinado com esse universo da comunicação rural.

Fiz mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, na linha de pesquisa Estratégias e Políticas de Comunicação, pela Universidade Rural de Pernambuco (UFPE), com a dissertação “Rádio, convergência midiática e desenvolvimento local: análise das apropriações da proposta do Projeto Riachos do Velho Chico pelos jovens comunicadores do município de Triunfo”, no Sertão do Pajeú, e, Pernambuco, sob a orientação da professora Maria Salett Tauk Santos.

O **terceiro laço** diz respeito a vida profissional. Além da experiência em assessoria de comunicação para órgãos públicos e setor privado, costumo dizer que a própria vida foi me “puxando” para os trabalhos em comunicação envolvendo organizações da sociedade civil, movimentos e organismos internacionais que atuam com agricultura familiar em contextos populares na região do Semiárido nordestino.

Mais de 10 anos, minha trajetória profissional está voltada para consultorias com esses segmentos e contextos populares, no âmbito da comunicação para o desenvolvimento. Entre as organizações que passei, trabalhei ou prestei consultoria estão a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Centro de Educação Comunitária Rural (Cecor), Centro Sabiá e Casa da Mulher do Nordeste.

Paralelo à vida profissional, sempre procurei me dedicar à Academia e à pesquisa, privilegiando algumas temáticas que de alguma forma estão ligadas ao meu universo de vida e a minha trajetória profissional, como extensão rural, contextos populares, estudos culturais e comunicação (rural) para o desenvolvimento.

Cada vez mais o tema “extensão rural e comunicação” voltado ao contexto rural tem me chamado à atenção e me fascinado para o campo da pesquisa, em especial a construção de um Semiárido a partir de determinadas estratégias de comunicação. Tal temática desafia não só a mim, mas à Academia, a debruçar-se nesse debate, pois ainda

são tímidos estudos e pesquisas que deem de conta dessa abordagem e desse contexto no Brasil.

O **quarto laço** é o que me traz à Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, no doutorado do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGExR) na linha de pesquisa: Processos de Inovação Sócio Tecnológica e Ação Extensionista. Lanço-me a trazer este universo do Semiárido para o extremo sul do Brasil. Parece oposição, mas são aglutinações e processos enriquecedores para dentro e fora da Academia.

O **quinto laço** que se emaranha na escolha do tema e do objeto de estudo desta tese, que é a culminância e o fechamento até aqui desta trajetória: o amarrar do último laço. “Eu nunca tinha reparado como é curioso um laço, uma fita dando voltas... Enrosca-se, mas não se embola, vira, revira, circunda e pronto: está pronto o laço (Mario Quintana). Pegando carona nos versos deste poeta gaúcho de Alegrete, no Rio Grande do Sul, é assim mesmo o trabalho, a parceria e o processo da construção de uma tese, e das relações imbricadas a ela: embola, vira, revira até ficar no ponto desejável. São temas caros a mim, cheio de afetividade e escolhas.

Por isso, que o **SERTÃO**, a seca, meu/nosso povo e suas culturas estão entranhados em mim. Carrego um sentimento do mundo inteiro de afeto e amor para com essa região e os (irmãos) sertanejos. Ele, o SERTÃO, é um universo particular. “Canto” e escrevo o Sertão que é meu, que é teu, que é de todos nós. Aqui, reconheço a minha própria identidade cultural de sertanejo que ocupa um lugar de fala, de afeto e de objeto de estudo nesta tese.

1 INTRODUÇÃO

Por muitas décadas a imprensa, o cancionero popular e a literatura estereotiparam o Sertão, no Semiárido brasileiro. Falar ou idealizar esta região era trazer o retrato do chão rachado, da caveira do gado enfiada numa estaca seca, da pobreza e da gente desolada⁴. Segundo Ferreira (1975), o Sertão é uma região distante das povoações ou terras cultivadas. Terreno coberto de mato, longe do litoral. Interior pouco povoado. Para alguns pesquisadores, a palavra “Sertão” não é brasileira. Por exemplo, já era usada antes do descobrimento do Brasil pelos portugueses para designar as terras dos interiores, sem comunicação (CUNHA, 1964).

Para além de um conceito, a palavra “Sertão” é carregada de uma dimensão política, ideológica e plurissignificante. Segundo Barbosa (200), tem seu significado sempre referido a uma centralidade, que pode parecer geográfica e espacial, mas na verdade é política. Estar “distante de Lisboa” implica estar longe do espaço do poder, ou seja, de “não poder”. Ou ainda de poder subordinado e periférico.

Compreende-se, aqui, que a palavra Sertão traz consigo uma enorme carga semântica, com um vasto poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos em torno dela, que foram sendo construídos ao longo da história do Brasil. Parafraçando Guimarães Rosa (1958), quando ele fala que o Sertão está em toda parte; o Sertão é sem lugar, é dentro da gente, é do tamanho do mundo. Toda essa construção sobre a região, talvez, aconteça porque o Sertão foi, e ainda tem sido, um espaço recorrente na produção artística e literária brasileira.

O Sertão foi sendo associado aos discursos literários, parlamentares, técnicos, jornalísticos e artísticos, a temas como a seca, a semiaridez, a caatinga, o messianismo e o coronelismo, migrando o Sertão para o espaço nordestino. Parece que até hoje se insiste na associação entre o conceito de Sertão e o espaço de decorrência das secas. Gradativamente, estabelece-se a sinonímia entre Sertão, Semiárido e ocorrências das secas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019).

A construção da figura do Sertão no imaginário social ocorre, dentre outros aspectos, mediante a desconceituação dessa área, dando-lhe a caricaturação de lugar

⁴Alusão aos versos do poeta Rogaciano Leite, de São José do Egito (Sertão de Pernambuco): “...Quem foi que disse / Professor de que matéria / Que no sertão só tem miséria, que só é seca e penar? Que é a paisagem da caveira de uma vaca / Enfiada numa estaca, fazendo a fome chorar...” (LEITE, 2009).

díspar. A visão da negatividade ganha expressividade através dessa criação ideológica, pois, o Sertão vai sendo “concebido” como espaço desqualificado dentro da ideia de oposição. Constitui-se então como o atrasado, o feio, o seco e o distante.

Nesse contexto, “o que é bom”, “o que é legítimo”, “o que é bonito”, “o que é valoroso” não se encontra no Sertão, dessa forma, fundamenta-se o sentido de oposição, sendo que as demais localidades serão sempre validadas como aprazíveis, ou seja, vistas dentro de uma visão positiva.

Isso mostra como se efetua a veiculação dos conceitos, que se criam muitas vezes, não a partir dos fatos, mas baseados no imaginário, mesmo que esse seja alheio à realidade, para a satisfação dos interesses de grupos que buscam a legitimação de poder. “Trata-se de uma imagem construída por um olhar externo, a partir de uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, que atribuem àquele espaço juízos e valores que legitimam ações para transformá-lo” (MORAES, 2003, p. 15).

Foi a partir daí que as imagens do Sertão, no Semiárido nordestino, historicamente foram construídas sobre um espaço problema, terra das secas e da miséria. A mídia, muitas vezes, tem contribuído para perpetuar esse estereótipo estagnado de pensamento e percepção sobre o que acontece nas regiões do interior do Nordeste, principalmente no Sertão (LEITÃO, 2011). De forma reducionista, foi assim, e ainda é muitas vezes, que os meios de comunicação de massa retratam a região.

Para Leitão (2011), parece que em muitos casos existe certo descompasso entre o que acontece de mudanças efetivas no meio rural e o que é representado pela mídia. Para a autora, as representações que existem no rural do Nordeste retratam a região a partir de formatos pré-estabelecidos. No Sertão midiático, aparecem frequentemente pessoas esqueléticas, locais sem casa, sem ruas, dando a ideia de abandono e solidão (LEITÃO, 2011).

Assim, também, a literatura por muito tempo cantou e versou de forma caricaturada o Sertão, reforçando os estereótipos através de uma visão única, como nas obras: **O Quinze**, em 1930: “Sem legume, sem serviço, sem meios de nenhuma espécie, não havia de ficar morrendo de fome, enquanto a seca durasse. [...] E a imaginação esperançosa aplanava as estradas difíceis, esquecia saudades, fome e angústias, penetrava na sombra verde do Amazonas” (QUEIROZ, 1993); **Morte e Vida Severina**, em 1955: “Somos muitos Severinos, iguais em tudo na vida: na mesma cabeça grande que a custo é que se equilibra. [...] Desde que estou retirando só a morte vejo ativa, só a morte deparei e às vezes até festiva; só a morte tem encontrado quem pensava encontrar vida” (MELO

NETO, 2016); **Vidas Secas**, em 1938: “O sol escaldante queima o olhar. O mormaço ocupa o espaço do ar para se respirar. Ele vem vindo. Não está só. Ao seu lado, acompanham quatro vultos. Sombras sobre sombras caminham” (RAMOS, 1993); e **Os Sertões**, em 1902: “E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono. Depois tudo isto se acaba. Voltam os dias torturantes; a atmosfera asfíxiadora; o empedramento do solo; a nudez da flora; e nas ocasiões em que os estios se ligam sem a intermitência das chuvas o espasmo assombrador da seca” (CUNHA, 1945).

Comumente, nas obras literárias as pessoas e os cenários estão desolados, desamparados e apáticos, animais e gente esqueléticos a fugir da seca. Essas imagens por muitos anos foram estigmatizadas pelo senso comum. Foi nesse cenário que Luiz Gonzaga, Humberto Teixeira, Zé Dantas e diversos outros poetas e cantores populares manifestaram, através da poesia e da música, a situação da seca no Sertão nordestino, associando a ideia de que os males sociais da região eram consequências da falta de chuvas ou castigos divinos.

Asa Branca é um clássico que canta essa realidade: Inté mesmo a asa branca; Bateu asa do Sertão; Então eu disse adeus Rosinha; Guarda contigo meu coração. Hoje longe muitas léguas; Numa triste solidão; Espero a chuva cair de novo; Pra mim voltar pro meu Sertão (GONZAGA e TEIXEIRA - 1947). Outra canção é “Vozes da Seca”, na qual Luiz Gonzaga chama à atenção do fenômeno e do descaso para com o povo sertanejo: Seu dotô, os nordestinos; tem muita gratidão; pelo auxílio dos sulistas; pelo auxílio dos sulistas; nesta seca do Sertão. Mas dotô, uma esmola; a um homem que é são, ou lhe mata de vergonha, ou vicia o cidadão [...]. Não esqueça a açudagem, livre, assim, nós da esmola (GONZAGA – Vozes da Seca, 1953).

A falta d’água e a aridez da terra foram vilãs, por muitos anos, no Sertão, constituindo-se uma “imagem de terra estorricada, amaldiçoada, esquecida de Deus” (CASTRO, 2003, p. 168), que tudo falta, nada produz e nada se vinga. Neste contexto, perpetuou-se a “indústria da seca”⁵ com suas políticas paliativas e exploratórias, como os carros-pipas, as frentes de emergências e as grandes obras dentro de propriedades privadas.

⁵A expressão foi usada pela primeira vez pelo jornalista Antônio Callado quando escreveu “Os industriais da seca e os Galileus de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil” (1960), para se referir ao “mito da seca”, usado como desculpa à miséria que afeta milhões de brasileiros vivendo entre o nordeste do Brasil. De toda forma, diz respeito às dimensões socioeconômicas e políticas que estão na gênese de questões como fome, desnutrição, coronelismo, corrupção bem como do êxodo rural de milhões de pessoas por ano.

Corroborando com essa premissa, Silva (2006) afirma que o uso político da seca parece persistir e vem sendo reproduzido até os dias atuais, transformando-a no “cavalo de batalha em cujos costados se põe toda a culpa da miséria nordestina” (CASTRO, 1968, p. 90). Essa percepção tem orientado as formas de intervenção no Semiárido, com a ideia do combate à seca e seus efeitos. De 1972 a 1983, por exemplo, o Governo Federal lança pacotes de ações para combater à seca, como ilustra as imagens a seguir:

Figura 1 - Planos apresentadas pelos governos como "soluções" para a seca



Fonte: ASA Brasil (2021).

Na segunda metade do século XIX, quando as ocorrências de secas prolongadas colocavam em risco o povoamento e as atividades econômicas no Sertão nordestino, tiveram início os estudos científicos sobre essas questões. Houve um esforço de tentar descobrir e explicar as causas naturais do fenômeno das secas no semiárido. A visão parcial como a região das secas, conduziu à adoção de soluções fragmentadas, cujo núcleo gerador é o combate à seca e aos seus efeitos, sobretudo com a instalação da “Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas”, em 1904, e depois com a criação da “Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas”. As ações de combate à seca decorriam também de uma visão tecnicista das problemáticas do Semiárido.

Alguns anos depois, com a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão governamental criado em 1909, consolidou-se a política hidráulica para o combate à seca, Silva (2006) coloca que já na metade do século XX, surgiram outros olhares críticos sobre as causas estruturais e as consequências da miséria na região semiárida. Tanto na literatura regional quanto nos estudos científicos, a análise sociológica ganhou destaque ao enfatizar a forma predominante de ocupação e exploração do território pelos colonizadores e seus sucessores que levaram à concentração das riquezas e do poder político, gerando miséria e dependência da maioria da população sertaneja. “Essa visão crítica da realidade desmistificou as ações de combate à seca que, além de ineficazes, reproduziam as estruturas locais de dominação” (SILVA, 2006, p.04).

Por volta das décadas de 1950 e 1960, iniciou-se um movimento que tecia críticas às políticas existentes com enfoque de desenvolvimento pensado para a região, sobretudo, com as contribuições de Celso Furtado (1976) e Josué de Castro (1946). A partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, houve uma tentativa de mudanças profundas de orientação das ações governamentais na região.

Em seguida, em 1988, com a redemocratização, após a ditadura militar no Brasil, passou-se a buscar alternativas para o então desenvolvimento no Sertão de Pernambuco, em especial no Semiárido pernambucano. Ao assumir novamente o governo de Pernambuco, Miguel Arraes volta a olhar para a região, implementando mais ações populistas e assistencialistas. “Pai Arraes”, como era conhecido entre os agricultores, cria o Programa Chapéu de Palha, que concedia uma bolsa de meio salário mínimo para os trabalhadores rurais em troca de outros serviços prestados ao estado, como capinação de estradas⁶. Ou seja, no período de seca, era comum ver grupos de homens e mulheres debaixo de um sol escaldante abrindo ou limpando as estradas rurais. Entretanto, eram ações que não estruturavam a região sertaneja, como o acesso e gestão da água. Na imagem abaixo (Figura 2), Arraes lançando o Programa numa cidade do Sertão pernambucano.

⁶Informação pesquisada numa entrevista da então coordenadora pelo Grupo de Apoio aos Municípios (GAM) do Governo Arraes, Antonieta Rocha, ao portal “Leia Já” (www.leijaja.com).

Figura 2 - Miguel Arraes reunido com trabalhadores rurais beneficiários do Programa Chapéu de Palha



Fonte: Acervo do Instituto Miguel Arraes (2021).

No entanto, alguns autores colocam em discussão o Sertão como categoria que não pode ser mais pensando, idealizado e conceituado puramente como uma região distante do litoral. Para Albuquerque Junior (2019), até o século XIX, o Sertão era descrito como qualquer área do país que ficava para além do litoral e das cidades, capturado paulatinamente pelo discurso regionalista nordestino, a ponto de o Sertão ser oficialmente incorporado como uma sub-região do espaço nordestino, fazendo com que Sertão e Nordeste fossem quase sinônimos, ou seja, a sinonímia entre Nordeste e Sertão se faz presente, parecendo ter uma certa equidade conceitual e de caracterização entre Nordeste, Sertão e Semiárido.

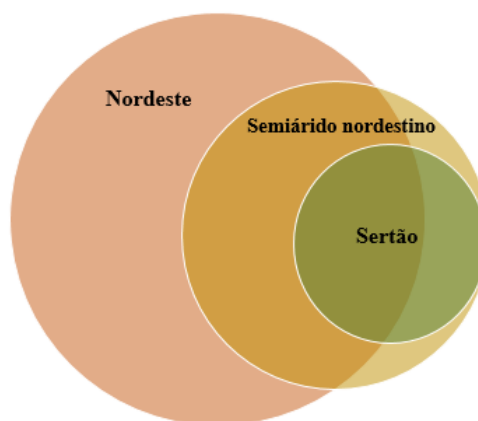
Também deve-se levar em conta que Euclides da Cunha em *Os Sertões* já inaugura, em 1902, o debate sobre a polissemia e pluralidade geográfica, territorial e cultural do Sertão. Para ele, atualmente, defendido por outros autores, o termo deve-se ser usado no plural: Sertões, pois são diversos Sertões em espaços e regiões e estados diferentes no Brasil. Fabiana Moraes⁷ (2010) afirma que antes de tudo o “Sertão” é uma ideia. “Não é o oco do mundo, nem há um só: são vários, como percebeu o carioca Euclides, o homem que ampliou uma região, pulou do singular para o plural, espichou o nome para caber no mundo. O Sertão é o Sertões” (MORAES, 2010, p.8).

Para alguns pesquisadores, os Sertões vão dando “lugar” - ou até mesmo em substituição a expressão, ao Semiárido. Para estes, o que é Sertões também pode ser

⁷A jornalista Fabiana Moraes publicou em 2010 o livro-reportagem homônima, *Os Sertões*, para lembrar os 100 anos de morte do jornalista e escritor Euclides da Cunha. A autora esteve nas cidades que ele antes percorreu, para mostrar como vivem as pessoas da região e descortinar como são e como se apresentam os Sertões de hoje, contemporâneo, diverso.

chamado de Semiárido. Segundo Albuquerque Junior (2019), os “Sertões brasileiros, ficaram conhecidos como Nordeste das secas e hoje, são chamados de Semiárido⁸” (p.172, 2019). É preciso compreender que os Sertões estão dentro do Semiárido e que este se situa no Nordeste. São dimensões geográficas e espaciais dentro do mesmo universo e território: o Nordeste. Tal compressão e organização geográfica se encontram representadas na Figura 3.

Figura 3 - Representação de intercessões entre o Nordeste, Semiárido e Sertão para a pesquisa



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Conforme postula Barbosa (2010), embora já exista fisicamente há milhões de anos, o Semiárido brasileiro é um espaço novo do ponto de vista de uma perspectiva e de uma construção política e simbólica. Esta compreensão do Semiárido é pouco carregada de preconceitos e configura uma imagem positiva, não como negação ou oposição, mas como um lugar simbólico. A associação de Semiárido⁹ à ideia de convivência é uma das causas mais consistentes para esta imagem positiva.

⁸A princípio, de acordo com Cruz (2019), foi no período da construção do documento Convivência com o Homem publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), década de 1990, que o Sertão passou a ser denominado Semiárido. No entanto, a primeira delimitação da região ocorreu em 1986, com o Polígono das Secas, mas o conceito técnico é decorrente de uma norma da Constituição Brasileira de 1988, mais precisamente do Artigo 159, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

⁹Ressalta-se, aqui, que a delimitação da área reconhecida cientificamente como Semiárido no Brasil foi feita em 1991 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Assim sendo, o Semiárido se estende por uma área que abrange 86,48% dos estados do Nordeste, somando uma área do total de 974.752km².

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Nas primeiras décadas dos anos 1990, organizações da sociedade civil e algumas instituições públicas de pesquisa e extensão passaram a formular propostas e realizarem projetos com base na ideia de que é possível e necessário conviver com o Semiárido (SILVA, 2006). As novas tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva, o manejo sustentado da caatinga, as alternativas de produção e a educação contextualizada, entre outras, geraram novos referenciais para a convivência, tendo nesse movimento a contribuição das organizações da sociedade civil, sobretudo no Sertão.

Fruto desse movimento da sociedade civil, em prol da região, surge a **Articulação Semiárido Brasileiro - ASA**¹⁰, por volta dos anos 1990, defendendo e disseminando práticas com suas bandeiras de lutas e causas sociais, como a agricultura familiar, o acesso e a democratização da água, e, em especial, a construção de ações na perspectiva da convivência com o Semiárido. Hoje, a Articulação se consolida como importante movimento social¹¹ em defesa dos direitos das famílias agricultoras desse território e está sediada na cidade do Recife – PE.

Enquanto rede¹², a ASA é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips). A Articulação conecta pessoas organizadas e entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. E, está organizada nos 10 estados que compõem o Semiárido nordestino (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão), mais o norte de Minas de Gerais.

As ações da ASA estão pautadas, principalmente, na cultura do armazenamento de água, alimentos, sementes, animais e todos os elementos necessários à vida no Semiárido.

¹⁰ Informações pesquisadas no portal institucional da ASA: www.asabrasil.org.br.

¹¹ Aqui, a compreensão de “movimentos sociais” se dará a partir da perspectiva de Peruzzo (2013). Para a autora, os movimentos sociais são articulações da sociedade civil constituídas por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos e se organizam para reivindicá-los, quando, estes não são efetivados na prática.

¹² A noção de rede é ancorada a partir da perspectiva de Castells (1991) em um contexto de uma nova cultura econômica e política, em que há uma articulação e mobilização de solidariedade, assembleias, alimentada e formada pelos questionamentos de lideranças e atores locais. Ou seja, são as conexões entre indivíduos (atores), não necessariamente em ambiente digital, em constante contato, formando um emaranhado de relações complexas que envolvem diversos tipos de ações, sentimentos e desejos.

Daí surgem as tecnologias sociais¹³ de grande importância dentro da estratégia da convivência, como as cisternas de placas, que captam e armazenam água de chuva para consumo humano (16 mil litros) ao lado das casas das famílias e de escolas rurais, e também para a produção de alimentos (52 mil litros). Além do armazenamento de água, o estoque de sementes também se faz necessário para a população do Semiárido para que amplie ainda mais as condições e práticas de conviver com a região (ASA, 2021).

A ASA tem como missão o fortalecimento da sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social através de ações e práticas extensionistas envolvendo técnicos e os próprios agricultores. Em todas as suas ações, a Articulação envolve as famílias agricultoras, desde as reuniões e decisões até no momento de implantação e execução das tecnologias sociais, como se observa nas Figuras 4 e 5:

Figura 4 - Agricultores em momento de discussão e formação para construção das cisternas



Fonte: Acervo ASA (2014).

¹³ Tecnologia social é “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida” (INSTITUTO TECNOLOGIA SOCIAL, 2021).

Figura 5 - Metodologias participativas utilizadas pela ASA



Fonte: Acervo ASA (2014).

Foi preciso traçar toda essa trajetória para compreender que, ao que parece, há dois paradigmas: o do combate à seca e outro da convivência com o Semiárido. O primeiro vê a seca como empecilho, entrave, como elemento que pode ser combatido e numa lógica reducionista; mantém-se na miséria e no flagelo a população, com controle da região. O segundo traz a seca como fenômeno natural e cíclico, buscando aproveitar as potencialidades da região com envolvimento da população local, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região, transformando como um lugar vivo, orgânico, de oportunidades.

Nesse sentido, para aprofundar a discussão faz-se necessário buscar qual o entendimento do que se entende por paradigma. Sendo assim a concepção de paradigma, ancora-se na interpretação de Kuhn (2000). Para o autor, um paradigma indica uma constelação de crenças, valores e técnicas que são compartilhados pelos membros de uma determinada comunidade científica. A descoberta científica se inicia a partir do momento em que essa comunidade toma consciência da anomalia que lhe permite o reconhecimento de que o paradigma atual não dá mais conta de atender às suas necessidades específicas, nem dá conta de explicitar e explicar uma série de questões, tanto de ordem teórica como metodológica.

Sobre a compreensão de anomalia, discorrido anteriormente, é a condição ou o fenômeno que evoca crises e, dessa forma, prepara o caminho para a busca de uma nova teoria que responda aos problemas e às necessidades em questão. Portanto, o paradigma é um modelo ou padrão cujos postulados são aceitos por uma comunidade científica ou por grupos sociais para interpretar, conceituar e expressar certas situações. Para Kuhn (2000),

o paradigma é uma matriz disciplinar que conduz os olhares e as visões de mundo em relação à interpretação e soluções de determinados problemas.

Assim, um novo paradigma surge para responder de modo mais adequado às questões postas em jogo em um determinado momento histórico. Tendo em vista que o paradigma antigo não dá mais conta de atender às necessidades específicas de explicar uma série de questões, tanto de ordem teórica como metodológica (KUHN, 2000). Ou seja, parece que o combate à seca não se sustenta mais enquanto uma ordem social e política e não responde aos anseios e demandas estruturais e sustentáveis do Semiárido.

Apesar de ainda insistir, principalmente no período eleitoral, o paradigma do combate à seca parece que está em crise, em declínio. Não dá mais conta de responder ou justificar uma velha prática coronelista, de cabresto, e assistencialista do Estado. Com base nesse novo paradigma, o Semiárido é visto a partir de uma perspectiva utilitarista de ocupação e de aproveitamento de seus recursos, transformando-os em riquezas. As ações dos governos trilham essa lógica. A seca surge como empecilho natural, um elemento que deve ser combatido. Por isto, a lógica do combate à seca é reducionista, resultando na manutenção da miséria e funciona como uma estratégia perversa de manutenção e controle de uma região.

Silva (2006) aponta que o discurso do combate à seca afina-se perfeitamente com o paradigma antropocêntrico da dominação da natureza. Para o autor, funda-se no distanciamento e estranhamento entre o homem e a natureza. “A sua finalidade implícita é domar a natureza, a seca, os efeitos da seca. Indica um distanciamento entre ser humano e natureza, entre o ser humano e uma terra e climas amaldiçoados (SILVA, 2006, p. 22).

Essa concepção político-estrutural manifesta-se por meio de instrumentos das famigeradas frentes de trabalho como os carros-pipa, a escavação de açudes em terras dos mais ricos eram ações que mantinham uns cada vez mais ricos à custa de uma maioria pobre e miserável, formando assim a base da indústria da seca. As ações geraram a concentração da terra, da água, do saber, do poder e o aumento crescente da fome e da miséria no Semiárido.

Já o paradigma da convivência com o Semiárido implica numa atuação proativa diante da natureza e seus fenômenos, buscando aproveitar de forma sustentável suas potencialidades para satisfação das necessidades humanas bem como a formulação de estratégias para a promoção de um desenvolvimento socioeconômico equitativo, ou seja, não se trata apenas de mudanças nas concepções de desenvolvimento, mas da urgência de um novo paradigma.

Nessa perspectiva, o Semiárido é concebido enquanto um complexo de ecossistemas com os seus limites e as suas potencialidades. Trata-se de um espaço onde é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base no tripé da sustentabilidade ambiental, da qualidade de vida das famílias sertanejas e do incentivo às atividades econômicas apropriadas. A seguir, as imagens por si só apresentam a distinção do paradigma do combate à seca (Figura 6): carro pipa e a população minguando por água, em relação ao paradigma da convivência com o Semiárido (Figura 7): crianças e mães participando do plantio de horta com estrutura de água através da cisterna de placas, que armazena água da chuva.

Figura 6 - Imagem do que é a perspectiva do paradigma do combate à seca



Fonte: Diário de Pernambuco (1990).

Figura 7 - Cenas de como conviver com o Semiárido com cisterna e horta



Fonte: ASA Brasil (2015).

1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A ideia do Semiárido como um lugar de possibilidades, alternativas e empoderamento se firma e ecoa nos gritos dos eventos da ASA: “É no Semiárido que a vida pulsa, é no Semiárido que o povo resiste” (ASA, 2009). Assim, percebe-se as mobilizações da perspectiva da convivência com o Semiárido como um conjunto de concepções, valores e proposições que estão formando construindo um novo paradigma de desenvolvimento baseado na sustentabilidade.

Nesse sentido, esse paradigma baseia-se na construção de um novo olhar sobre o Semiárido brasileiro, o qual implica numa construção de estratégias, de comunicação voltada a mobilização de uma pluralidade de atores, e que ao mesmo tempo, parece motivá-los a construir uma nova proposta sobre a região, de forma a contribuir para a formatação de uma nova identidade para o Semiárido.

Em Pernambuco, existem diferentes nomeações em territórios geográficos diferentes: Sertões localizados territórios e geografias diferentes: Sertão Pajeú, Sertão Central, Sertão do Moxotó, Sertão do Araripe e Sertão do São Francisco. Portanto, o *locus* da pesquisa se dará no Sertão do Pajeú, Semiárido pernambucano, especificamente em Afogados da Ingazeira. Terá como público envolvido no estudo assessores técnicos da ASA e suas organizações locais e também as famílias agricultoras beneficiadas no município. Por ser a cidade natural deste pesquisador, Afogados foi escolhida por sediar o maior número de organizações que estão na ASA na região, por ser uma cidade polo e referência em Pernambuco, por apresentar um dos melhores desenvolvimentos humano e social do estado, e por ser sempre palco de movimentos em favor da agricultura familiar, além de sediar importantes ONGs pernambucanas que compõem a ASA, como a Casa da Mulher do Nordeste, Centro Sabiá e Diaconia.

Como analisado, anteriormente, há vários Sertões em diversas regiões brasileiras, a exemplo dos hervaís no Planalto da Serra Geral, no oeste catarinense, na cimeira das vertentes íngremes das áreas serranas do Sudeste brasileiro, nas chapadas e cerrados do Centro-Oeste ou na região semiárida do Nordeste, de acordo com Ab’Saber (1985). Nesse sentido é fundamental sempre especificar qual o “Sertão” se refere esse estudo enquanto objeto de investigação. Para fins deste trabalho, a pesquisa se debruçará sobre o Sertão do Pajeú, no Semiárido pernambucano.

As questões apresentadas a seguir nortearão a pesquisa tanto no debate teórico como na análise e na discussão dos dados e informações coletadas, a saber: Como, e de

que forma as estratégias de comunicação são construídas e implantadas pela ASA, como elas potencializam a construção e o fortalecimento do paradigma da convivência com o Semiárido? Quais estratégias e ferramentas de comunicação são utilizadas pela Articulação? E, como se dão as apropriações pelos técnicos das organizações locais que compõem a ASA e pelas famílias agricultoras no Sertão de Pernambuco?

Sobre as estratégias de comunicação, uma das perspectivas que Kunsch (2018) traz enquanto estratégia é o repensar da comunicação, observando e compreendendo o ambiente, permitindo a construção de valores e de narrativas, principalmente para fora, no intuito de mobilizar e sensibilizar a sociedade. Neste caso, como o discurso ou o próprio paradigma da convivência são construídos a partir da ASA e dos territórios das famílias agricultoras.

Ainda de acordo com Kunsch (2008), as estratégias são os caminhos que atendem tanto aos propósitos quanto ao ambiente e atuação da organização para desenvolver suas ações, levando em consideração os contextos, a missão e mobilização social. Contudo, as estratégias de comunicação serão analisadas e discutidas ao longo deste trabalho, apontadas para a construção e apropriação da convivência do Semiárido pelas famílias agricultoras e assessores técnicos da ASA e suas organizações locais.

Portanto, numa perspectiva de discussão mais central, a comunicação rural como um campo de estudo importante ganha dimensão a partir do Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para América Latina (CIESPAL). No entanto, no Brasil ainda precisa avançar mais como área do conhecimento e da pesquisa. Ainda são tímidos os estudos envolvendo estratégias comunicativas voltadas ao contexto rural brasileiro. Neste sentido, esta tese pode contribuir trazendo elementos e achados novos para a Academia, principalmente no âmbito do Semiárido trazendo as famílias agricultoras como protagonistas dos processos comunicativos.

Destacam-se no país a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, e Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina – PE, como importantes centros universitários¹⁴ que se debruçam e constroem conhecimento nas temáticas da comunicação rural; comunicação

¹⁴Cursos de mestrado e doutorado em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (Rio Grande do Sul), curso de mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (Minas Gerais), curso de mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Pernambuco) e curso de mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural, posteriormente mudou de nome para Extensão Rural e Desenvolvimento Local na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

e extensão rural; e estratégias comunicativas e contextos rurais. Por isto, a importância de cada vez mais ter estudos como este que contribua na construção e na consolidação do paradigma da convivência com o Semiárido para que possa ganhar notoriedade e evidências na Academia com o intuito de respaldar a elaboração de ações e políticas mais duradouras e estruturantes, fortalecendo assim o desenvolvimento da região.

Espera-se que, ao final, este trabalho possa trazer, possivelmente, algumas considerações e reflexões como as estratégias de comunicação da ASA podem, ou não, contribuir na construção do paradigma da convivência com o Semiárido, em especial no Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Ao mesmo tempo, almeja-se que esta pesquisa chame à atenção da sociedade sobre a importância desse paradigma para os territórios e para as famílias agricultoras. E, que os achados desta tese também possam incidir com políticas ou ações públicas e ainda contribuir de alguma forma com a região, com a Academia e com o aperfeiçoamento do trabalho da Articulação.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as apropriações na construção do novo paradigma e das estratégias de comunicação utilizadas pela ASA, numa rede de mobilizações, no esforço de viabilizar a proposta da convivência com o Semiárido, em Afogados da Ingazeira, no Sertão do Pajeú, em Pernambuco.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar quais e de que forma as estratégias de comunicação são construídas e implantadas pela ASA;
- Compreender se as estratégias de comunicação e as apropriações contribuem para a perspectiva do paradigma da convivência, por meios dos técnicos da ASA e das organizações locais e das famílias agricultoras;
- Refletir se estratégias de comunicação e as dinâmicas de ações da ASA fomentam a mobilização social junto às famílias agricultoras beneficiadas;

- Entender se a operacionalização das tecnologias sociais e a participação nas estratégias de comunicação contribuem na apropriação do paradigma da convivência com o Semiárido junto às famílias agricultoras.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

Além da 1) **Introdução**, que apresenta a importância, problema, justificativa e os objetivos deste estudo, como descrito em seções anteriores, seguem descrições e relações dos instrumentos da 2) **Metodologia**. Depois, advém as discussões dos autores trabalhados no desenvolvimento da pesquisa, evidenciando a relevância e a contribuição daqueles considerados relevantes para o estudo a partir das temáticas centrais da pesquisa, como: Semiárido, apropriações, estratégias de comunicação, mobilização social e convivência com o Semiárido. Neste sentido, a tese está organizada a partir capítulos conforme a seguir: 3) **O Sertão no Semiárido pernambucano: território da pesquisa**; 4) **Comunicação e extensão rural: diálogos e conexões**; 5) **Estratégias de comunicação e mobilização social**. Já a análises dos dados e os achados deste trabalho estão em 6) **ASA e as tecnologias sociais** e em 8) **Convivência com o Semiárido: das estratégias de comunicação à mobilização social**. E, por último, as 9) **Conclusões**, apresentando considerações finais, reflexões e apontamentos desta tese.

2 METODOLOGIA

2.1 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO: OS ESTUDOS CULTURAIS COMO PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

O caminho teórico-metodológico trilhado para a construção desta pesquisa terá por base os Estudos Culturais, elegendo a cultura como centro dos processos comunicativos e privilegiando os contextos populares, neste caso o meio rural, como espaço para analisar e compreender as estratégias de comunicação utilizada pela ASA contribuem para a construção do paradigma da convivência com o Semiárido. Ou seja, nessa nova proposta em consolidação para a região propõe que as culturas populares sejam identificadas como espaço privilegiado da investigação.

Os Estudos Culturais surgem em 1960 na Inglaterra elegendo a cultura como o lugar onde as interações comunicacionais acontecem. Na América Latina, esses estudos se iniciaram em 1980 com Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini e Guilherme Orozco Gómez (TAUK SANTOS, 2001). Eles propõem que “a cultura é produzida de forma muito mais extensa que querem fazer crer os defensores da cultura de minoria” (CEVASCO, 2003, p.22).

Nesse sentido, a cultura

[...] não pode mais ser estudada como uma variável sem importância, secundária e dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior (HALL, 1997, p. 23).

Os Estudos Culturais assumem um compromisso político com as culturas populares, daí a pesquisa eleger como público agentes das organizações que estão em rede com a ASA e as famílias agricultoras do Semiárido pernambucano. Compreender o sentido do popular contemporâneo implica abandonar conceitos que consideram as culturas populares como essência pura; expressão da personalidade de um povo; ou, como na abordagem dos estudos do folclore, um conjunto de tradições ou de essências e ideais preservados (CANCLINI, 1983).

Para Canclini (1983), o sentido e os valores populares vão sendo conquistados nas relações sociais. É o uso e não a origem, a posição e a capacidade de suscitar práticas ou representações populares, que confere essa identidade. Nessa mesma direção ainda, Canclini (1987) aborda que

as culturas populares existem porque a reprodução desigual da sociedade gera também uma apropriação desigual dos bens econômicos e culturais por parte de

diferentes classes e grupos na produção e no consumo; uma elaboração própria de suas condições de vida e uma satisfação específica de suas necessidades nos setores excluídos da participação plena no produto social; uma interação conflitiva entre as classes populares com as hegemônicas pela apropriação de bens (CANCLINI, 1987, p. 49).

Nesse mesmo caminho, Lopes (1990) aborda que as culturas populares “ocupam uma posição desnivelada no mundo, porque desnivelada é a distribuição das riquezas materiais e simbólicas em nossa sociedade” (LOPES, 1990, p. 56). Essa distribuição e apropriação desigual provoca formas desiguais e ambivalentes de estar no mundo. Tauk Santos (2001) aponta que a principal característica nos contextos populares é da contingência, ou seja, o acesso aos bens materiais e imateriais se dá de forma incompleta, desigual ou desnivelada.

As autoras comungam da perspectiva gramsciana que pressupõe, portanto, que a existência das culturas populares se deve ao fato de a sociedade gerar, em suas formas de reprodução:

uma apropriação desigual dos bens econômicos e culturais por parte das diferentes classes na produção e no consumo; b) uma elaboração própria de suas condições de vida e da satisfação de suas necessidades nos setores excluídos da participação plena do produto social; c) uma interação muitas vezes conflitiva entre as classes populares e as hegemônicas pela apropriação dos bens (TAUK SANTOS, 2000, p. 293).

Para Tauk Santos (2000) num esforço de atualizar a teoria gramsciana sobre as culturas populares à contemporaneidade na América Latina, Canclini assinala que as especificidades das culturas populares não advêm apenas do fato de elas se apropriarem dos bens da sociedade de forma desvantajosa; derivam igualmente do fato de que “o povo produz no trabalho e na vida formas específicas de representação, reprodução e reelaboração simbólica das suas relações sociais” (CANCLINI, 1983, p. 103, *Apud*, TAUK SANTOS, 2000). Segundo a autora, é assim que o espaço das culturas populares é perpassado pela cultura hegemônica, esta é também penetrada pelas culturas populares.

Como ilustração, Canclini aborda que a linguagem dos operários e camponeses

é, em parte uma construção própria e em parte a ressemantização da linguagem dos veículos de comunicação de massa e do poder político. (...) Interação que ocorre em sentido contrário: a linguagem hegemônica dos meios de comunicação, na medida em que pretende alcançar o conjunto da população, levará em consideração as formas de expressão populares (CANCLINI, 1983, p. 43, *Apud*, TAUK SANTOS, 2000).

Tauk Santos (2000) reforça que o delineamento teórico e metodológico, a partir da atualização da abordagem gramsciana aplicada aos estudos de comunicação na sociedade massiva contemporânea, aponta para a necessidade de: a) Considerar a comunicação

enquanto fenômeno indissociado da cultura; b) nos estudos que envolvem culturas populares, considerar, como afirma Lopes (TAUK SANTOS, 2000, *Apud*, LOPES, 1990, p. 56), a condição de subalternidade dessas culturas, não na perspectiva do residual e sim explorando o caráter atual das culturas subalternas através das relações que mantêm com o mercado, com os diferentes tipos de discursos, com a indústria cultural nacional e transnacional.

Martín-Barbero (2008) traz grandes contribuições no campo teórico da comunicação na perspectiva da cultura. Barbero foi um dos pioneiros latino-americanos a repensar a comunicação a partir das “práticas culturais sustentadas em três proposições como modo de olhar a comunicação”:

01) A comunicação é questão de culturas, e não só de ideologias; 2) A comunicação é questão de sujeitos, atores, e não só de aparatos e estruturas; e 3) A comunicação é questão de produção, e não só de reprodução (MARTÍN-BARBERO *apud* SOUSA, 2000, p. 80).

É neste sentido que Martín-Barbero (2008) ainda privilegia a cultura como o centro de todo o processo de produção comunicativa. Para o autor, a comunicação sempre se dá dentro da cultura (MARTÍN-BARBERO *apud* OROZCO, 1996). Sousa (2000) aponta também a comunicação enquanto questão de cultura. “Mais do que a lógica que sustenta a produção comunicacional, privilegia-se a pesquisa das lógicas que sustentam as práticas culturais, as lógicas dos campos culturais vividos” (SOUSA, 2000, p.82).

Para Sousa, (2000, p. 81) deve-se entender cultura como “o espaço das práticas em que as relações sociais adquirem sentido. Os Estudos Culturais vêm possibilitando cenários novos na compreensão da comunicação política contemporânea” (SOUSA, 2000, p.88). Ainda nesse sentido, Canclini (2005) propõe que a cultura seja repensada nas suas definições e compreendida a partir da lógica construída pelos atores sociais no cotidiano.

Ele considera que

[...] não só as definições múltiplas sobre o cultural dadas pelas ciências humanas e sociais, mas também as conceituações feitas pelos governos, mercados e movimentos sociais. As maneiras pelas quais se estão reorganizando a produção, a circulação e os consumos dos bens culturais não são simples operações políticas ou mercantis; instauram modos de entender o que é cultural e quais são seus desempenhos sociais (CANCLINI, 2005, p. 49).

Tauk Santos *et al* (2008) compreende também que é fundamental para os estudos de comunicação o espaço do cotidiano. Sendo assim, “é no cotidiano que se processa e se materializa a ação comunicativa” (TAUK SANTOS, 2008, p.22). É nesse contexto de cotidiano que se dá a análise a partir da perspectiva de uma nova formatação e construção paradigmática para o Semiárido.

Martín-Barbero afirma que a cultura é mediadora de todos os processos sociais; entendendo a comunicação como prática social. Prática compreendida como processo de ação social dos sujeitos sociais (MARTÍN-BARBERO *apud* OROZCO, 1996). Hall (1997) reitera a importância das apropriações como parte fundamental das produções de sentido das estratégias de comunicação, reforçando assim, a noção de cultura singular desses pensadores.

Nessa perspectiva, cada vez mais a noção de apropriação tem sido muito utilizada no campo da comunicação em relação a diferentes situações: apropriação da informação, de bens culturais, de espaço, de dispositivos tecnológicos, dentre outros. No esforço de tentar de melhor compreender o uso desse conceito buscou-se construir algumas ideias e sentido a partir dos diversos significados que a palavra “apropriações” possa exprimir.

De acordo com o dicionário etimológico, o termo apropriação tem origem latina (*appropriationem*) e significa “[...] apoderação, apoderamento, posse de alguma coisa, tornar alguma coisa sua, de sua propriedade.” (BUENO, 1974, p. 301). Analisando o termo de forma separada, percebe-se que o prefixo a-, em latim ad-, que, como preposição, significa “aproximação, direção para (geralmente com ideia de movimento)” (FARIA, 1956, p. 28). Para tanto, há a raiz “próprio”, em latim *proprius*, que significa “[...] o que é propriedade de, que pertence a, particular, especial, característico [...]”; e também, “[...] permanente, duradouro, sólido, estável” [...], conforme Faria (1956, p. 781). O termo termina com o sufixo -ação, *-tionem* em latim, um pospositivo que, de acordo com o dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001), é formador de substantivos verbais de ação. Alguns autores tomam como sinônimo de apropriação conceitos como adaptação, assimilação, incorporação, interiorização e transmissão.

Nessa mesma direção, Gléonnec (2003) pontua que a apropriação é um processo comunicativo, que se baseia na relação entre o indivíduo e todos aqueles que ajudaram a dar forma, física e simbólica, ao objeto apropriado (uma tecnologia, um modo de organização do trabalho etc.). Ao mesmo tempo, essa apropriação pode estar ligada a um território, como construção ou afirmação da identidade e como necessidade de pertencimento.

Ripoll (2004) destaca que, ao estudar a apropriação de espaço por movimentos sociais, coloca que há duas grandes formas de apropriação identitária do espaço: a integração de um lugar simbólico já existente (frequentemente já apropriado) na identidade do grupo; ou a produção por esse grupo de um novo lugar simbólico que lhe seja diretamente atribuído.

Nesse mesmo caminho de Ripoll, La Soudière (2001, p. 4) ainda observa que a apropriação se baseia essencialmente no processo de identificação, havendo ou não modificação da realidade em questão. Para a autora, o sujeito se apropria do que gosta de se identificar, do que está disposto a reconhecer como seu. No mesmo sentido, Feildel (2010) chama a atenção para a apropriação enquanto um fenômeno essencialmente cognitivo desde que envolva a capacidade do indivíduo para representar a si mesmo, com os outros, em um espaço, como constituintes desse espaço, dando-lhe um sentido. Por isso que esta pesquisa se volta para compreender se as apropriações das estratégias de comunicação utilizadas pela ASA refutam ou contribuem na construção e consolidação do paradigma da convivência com o Semiárido.

É nesse cenário de contingência e desigualdade - fundamentado na matriz dos Estudos Culturais, tendo a cultura e os contextos populares como pilares da pesquisa -, que buscou-se sentido para analisar as estratégias de comunicação e as apropriações utilizadas pela ASA na perspectiva da construção do novo paradigma da convivência com o Semiárido, a partir dos agentes das organizações, como a equipe técnica da ASA e suas organizações locais, e das famílias agricultoras envolvidas com o trabalho da Articulação em Afogados da Ingazeira, no Sertão pernambucano.

2.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O objeto de pesquisa constitui-se com base num estudo empírico, o qual diz respeito a uma situação concreta a ser investigada. Segundo Vasconcelos (2007), “toda pesquisa acerca de uma realidade empírica exige contextualização, descrição e avaliação da literatura e da teoria existente sobre o tema” (VASCONCELOS, 2007, p. 159)

Segundo Lopes e Moura (2016), falar de metodologia implica sempre um falar pedagógico, pois parte de todo modo, de uma determinada concepção de pesquisa, ou mais propriamente, de uma determinada teoria da pesquisa concretizada na prática da pesquisa. Ainda de acordo com Lopes e Moura (2016), a pesquisa no âmbito da comunicação deve seguir dois princípios básicos:

- 1) a reflexão metodológica não se faz de modo abstrato porque o saber de uma “disciplina” não é destacável de sua implementação na investigação. Portanto, o método não é suscetível de ser estudado separadamente das investigações em que é empregado; 2) a reflexão metodológica não só é importante como necessária para criar uma atitude consciente e crítica por parte do investigador

quanto às operações que realiza ao longo da investigação (LOPES; MOURA, 2016, p. 100).

Metodologicamente, tem como base a pesquisa qualitativa, que segundo Rampazzo (2005),

procura introduzir um rigor que não é o da precisão numérica aos fenômenos que não são passíveis de ser estudados quantitativamente, tais como, angústia, medo, alegria, cólera, amor, tristeza, solidão, etc. Esses fenômenos apresentam dimensões pessoais e podem ser mais apropriadamente pesquisados na abordagem qualitativa (RAMPAZZO, 2005, p. 58).

Nesse âmbito, tratar-se-á também de um estudo de caso que reúne informações detalhadas, com vistas a conhecer a totalidade de uma situação. Por isso, recorrem-se às técnicas combinadas de coleta de dados, como observações, entrevistas e documentos. O estudo apoiou-se em técnicas combinadas de coleta de dados, como entrevista semiestruturada, no intuito de analisar as estratégias de comunicação da ASA e apropriações do paradigma da convivência com o Semiárido no Sertão pernambucano, especificamente no município de Afogados da Ingazeira.

Para Yin (2005, p. 32), o estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real adequado quando “as circunstâncias são complexas e podem mudar, quando as condições que dizem respeito não foram encontradas antes, quando as situações são altamente politizadas e onde existem muitos interessados” (LLEWELLYN; NORTHCOTT, 2007, p. 195).

Martins (2008, p. 11) ressalta que “mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”. A abordagem de estudo de caso não é um método propriamente dito, mas uma estratégia de pesquisa (HARTLEY, 1994).

Mediante o contexto da pandemia da Covid-19¹⁵, que exigia isolamento e distanciamento social, não houve coletas de dados em campo. O estudo se apoiou em aplicação de questionários pela Internet, e-mails e entrevistas por telefone e plataformas virtuais, com o intuito de analisar as estratégias de comunicação adotadas pela ASA, bem como as apropriações na construção do novo paradigma para o Semiárido. Foram elaborados questionários de entrevistas, destinados aos profissionais da ASA, como jornalistas, comunicadores e coordenadores, representantes de organizações locais, como

¹⁵Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional com disseminação em escala mundial do Coronavírus, ou seja, uma Pandemia que se alastrou em todo o planeta. Até 02 de dezembro de 2021, a doença chamada Covid-19 já havia causado a morte de 615 mil brasileiros (Fonte: Consórcio de Veículos de Imprensa, 2021).

assessores técnicos e diretores e supervisores; agricultores indicados a partir dessas organizações, que estão na base, ou seja, que prestam serviço no município de Afogados da Ingazeira: Centro Sabiá, Casa da Mulher do Nordeste e Diaconia. As entrevistas ocorreram no período de julho a setembro de 2021.

Para Foina (2011), as pesquisas que podem ser síncronas e assíncronas. As formas síncronas são aquelas que exigem uma necessidade de interação pessoal direta e um mesmo período de tempo entre o pesquisador e o indivíduo que estará participando da pesquisa e servem bem para a aquisição de dados qualitativos, como por exemplo: as observações ou as entrevistas, face a face.

Ainda de acordo com Foina (2011), as formas assíncronas são aquelas que não dependem do tempo e espaço físicos ou da presença do pesquisador para cumprir sua função de captação ou coleta de dados, pois fazem uso das mais novas tecnologias para maximizar o cybertempo em um ambiente virtual. Para esta tese, utilizou-se o modelo assíncrono, que é uma forma peculiar de realização de coletas de dados e entrevista para um trabalho de pesquisa no contexto remoto, como assinala Foina (2011):

Maximizar a intensidade da experiência através da qual o organismo consciente (isto é, o pesquisador) pode elaborar os dados que o circundam no ciberespaço. Permite adquirir dados sem muita influência do tempo e espaço. A categoria dos meios de aquisição de dados assíncronos, por sua vez, pode ser via formulários Web e Correio Eletrônico (E-mail). Com o avanço tecnológico, hoje se faz possível a integração de espaços virtuais e físicos do pesquisador com os entrevistados (FOINA, 2011, p. 284).

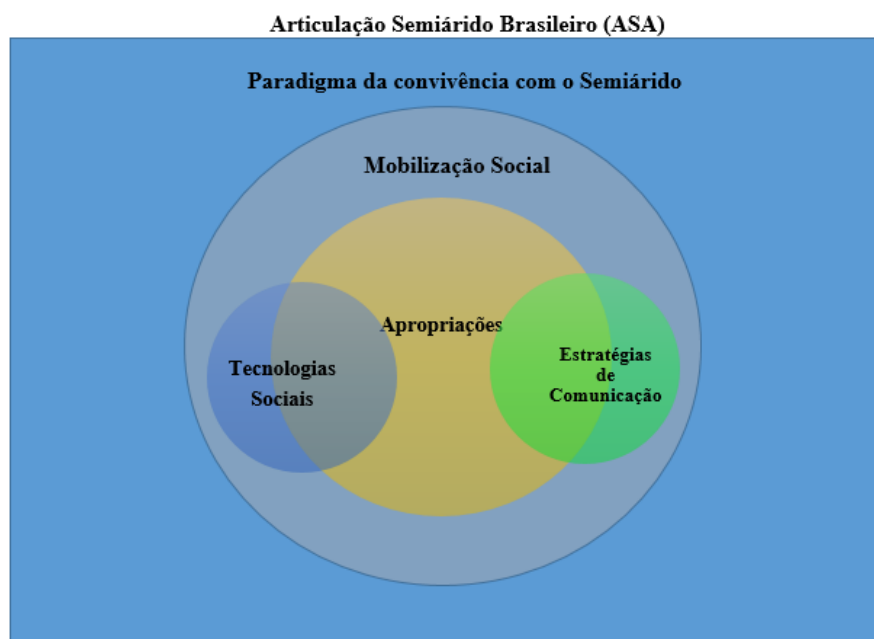
Em tempos de pandemia, eis que surgem outros e novos desafios no campo de pesquisa. Faz-se necessário uso da Internet e plataformas para realização aplicação dos roteiros de entrevistas com o público, como amostra do estudo. Ainda entre o conjunto de técnicas e métodos existentes na pesquisa qualitativa, foram considerados instrumentos possíveis ao contexto pandêmico, como a análise do discurso a partir das falas dos entrevistados, via plataforma de web-conferência ou por áudio por meio do WhatsApp, e observação a partir das vivências, das experiências e da origem deste pesquisador, por ser natural de Afogados da Ingazeira – do contexto rural, e por ter já trabalhado na ASA e ter conhecimento das dinâmicas das organizações locais.

Como aponta Ferreira (2012), é no discurso o lugar privilegiado da observação das relações entre os atores, como é também um ambiente de intersecção, de imbricação entre teoria e análise, permitindo a visualização do funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos. Consideramos o discurso como uma prática social que reflete os contextos sociais onde as famílias agricultoras estão inseridas.

A observação como técnica de investigação foi considerada parte essencial do trabalho na pesquisa qualitativa (MINAYO, 2016). Uma vez que ela permite ao pesquisador a compreensão da realidade, bem como, proporciona uma condição livre de julgamentos, já que não o torna prisioneiro de um instrumento rígido de coleta de dados, a partir das experiências de vida e profissional deste pesquisador.

Como suporte para a coleta de dados foi utilizado também, com adaptações - e validado pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina – CIESPAL (LIMA, 1981), levantamento de relatórios, documentos institucionais e outros conteúdos publicados, procedendo a análise de conteúdo propriamente dita. Esta etapa tem como objetivo recuperar os referenciais teóricos discutidos ao longo do estudo, dialogando com os temas centrais da pesquisa: estratégias de comunicação; tecnologias sociais; mobilização social; apropriações e convivência com o Semiárido. Para melhor entendimento, a Figura 8 ilustra como se dará a análise dos dados colhidos com as entrevistas a partir das interseções e compreensões entre estas temáticas.

Figura 8 - Análises dos dados a partir das temáticas centrais da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Para fundamentar as teorias aplicadas nesta pesquisa bibliográfica a partir das abordagens principais como, por exemplo, o “Sertão” ancorou-se em Leitão (2011), Moraes (2013) e Ab’Saber (1985). Albuquerque Junior (2009) e Silva (2006) trazem a

perspectiva da “Convivência com Semiárido”. Sobre as “apropriações”, buscou-se se amparar em Hall (1997) e Ripoll (2004). Canclini (2005), Martin-Barbero (1996) e Souza (2000) abordam o compromisso com as “Culturas Populares” e com os “Estudos Culturais”. Tauk Santos e Callou (2016) dão conta do debate de “comunicação e extensão rural”. Toro e Werneck (2004) e Peruzzo (2004) apresentam o entendimento e as características de “mobilização social”. O debate sobre “paradigma”, apoiou-se em Kuhn (2002). Ainda sobre “estratégias de comunicação”, foram válidas as contribuições de Kunsch (2018), Henriques (2004) e Henderson e Almeida (2003).

Para Albert Kientz (1973), a análise de conteúdo fornece os elementos de resposta e os instrumentos que permitem uma medida aproximada de legibilidade. De acordo com o autor, visa a dar peso e rigor à análise, substituindo o que é apenas impressão inverificável por medidas precisas. “A análise das mensagens que são difundidas pelos meios permite, entretanto, apurar com exatidão as atitudes, as tendências” (KIENZ, 1973, p. 58) e, em última análise, o espírito que caracteriza a organização e suas formas de pensar e fazer comunicação.

A investigação resultou ainda na pesquisa de livros, artigos, revistas e teses, sobre temas norteadores desta pesquisa, bem como de outros materiais de comunicação da ASA, como boletim eletrônico, cartilhas, matérias jornalísticas, vídeos e podcasts. Foram também analisados relatórios, informativos, site (www.asabrasil.org.br) e redes sociais da ASA, bem como observações dos áudios e vídeos institucionais.

Nesse sentido, Laville e Dionne (1999) destacam que não importa o formato dos documentos, que podem ser visuais, sonoros e escritos, importa o que se pode inferir deles, uma vez que “os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 166). Por isso, a análise envolveu diversos formatos que foram muito importantes para a coleta de dados e informações para a subsidiar e enriquecer a pesquisa.

No processo de investigação, foram elaborados dois diferentes questionários, sendo o primeiro destinado aos técnicos e coordenadores da ASA e das organizações que estão dentro da Articulação, e o segundo voltado para as famílias agricultoras beneficiadas (Apêndices 1, 2 e 3).

O primeiro questionário é composto por três blocos, voltado para os técnicos e coordenadores da ASA e das organizações que fazem parte da Articulação no município de Afogados da Ingazeira (Centro Sabiá, Casa da Mulher do Nordeste e Diaconia). O primeiro bloco pretendeu identificar o entrevistado. O segundo bloco está focado na

coleta das informações sobre a formação, missão e atuação da ASA no Semiárido brasileiro. O terceiro volta-se para as estratégias e mobilização social (Apêndice 1).

O questionário dois está estruturado em quatro blocos. O primeiro bloco aborda a Identificação do entrevistado, como nome, idade, sexo, escolaridade, comunidade, endereço, telefone, e-mail, escolaridade; e nome, endereço e função na organização. O segundo trata-se das Estratégias: abordagem como são construídas e identificadas, como elas se articulam com a convivência com o Semiárido, e como incidem na formação do atual paradigma e identidade da região. O terceiro traz a questão da Mobilização Social, como as estratégias contribuem para a mobilização social e como elas se conectam como uma ação política-institucional da ASA. O quarto faz referência ao próprio Sertão e o Semiárido (Apêndice 2).

Já o questionário três contemplou a coleta de informações com as famílias agricultoras. Está organizado três blocos. O primeiro é a Identificação com nome, sexo, dados para contato e comunidade. O segundo está voltado para Estratégias com perguntas que abordam características e funcionalidade dos instrumentos de comunicação utilizados pela ASA. O quarto remete à Mobilização Social trata-se sobre as incidências, participações e engajamento dos agricultores a partir das dinâmicas e ações da Articulação. Já o quarto bloco é sobre o Semiárido, traz a perspectiva da importância, relações de pertencimento e identificação com o território.

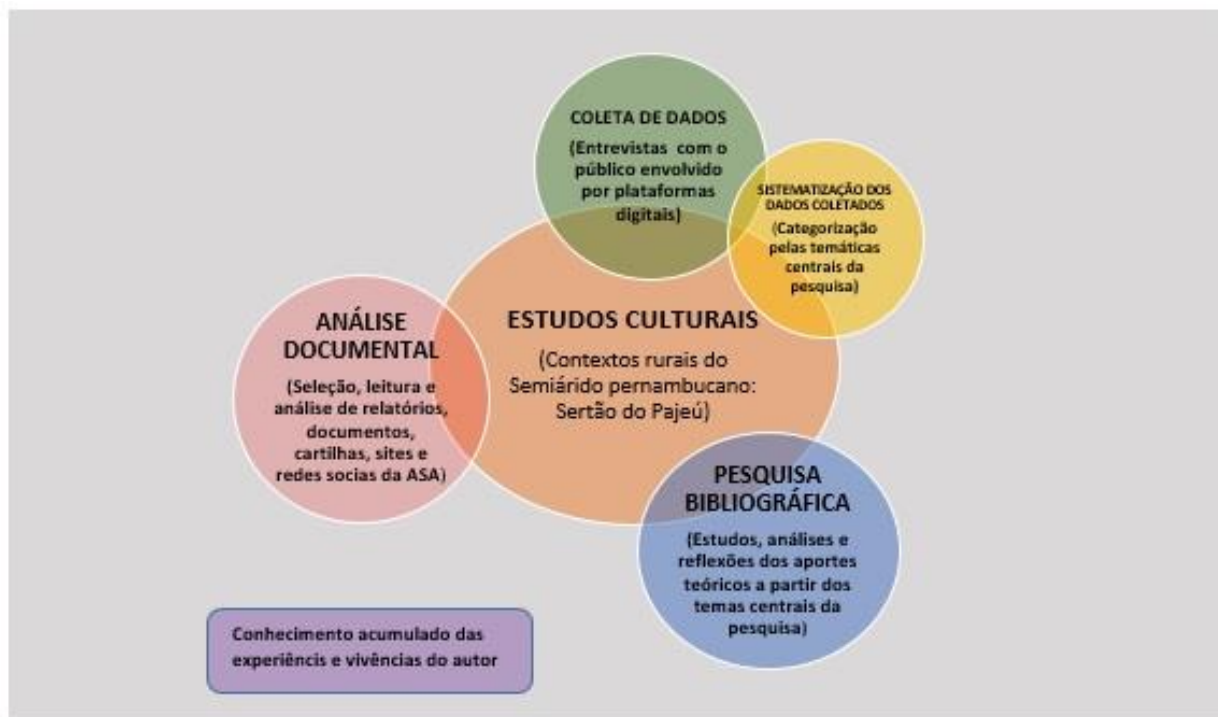
Após a coleta dos dados, as informações obtidas foram organizadas a partir de categorias para melhor organização e sistematização dos dados, como i) ASA e as tecnologias sociais; ii) Convivência com o Semiárido; iii) Estratégias de comunicação; iv) Mobilização social; e v) Apropriações.

A partir da indicação das organizações (Centro Sabiá, Casa da Mulher do Nordeste e Diaconia), foram entrevistadas três agricultoras beneficiadas, que foram identificadas nesta pesquisa pelo nome e comunidade. As entrevistadas autorizaram seus depoimento e fotos, bem como suas identificações ao longo do texto. Os critérios foram as que estavam a mais tempo nas dinâmicas da ASA e que fossem referência e inspirassem boas práticas para outras famílias, outros territórios, no Semiárido.

As entrevistas foram gravadas e realizadas através de vários meios e plataformas, como WhatsApp e web-conferência devido ao contexto da pandemia. As agricultoras ficaram à vontade para analisar o trabalho da ASA e darem sugestões sobre a atuação da Articulação. Ainda foram entrevistados também o corpo técnico e coordenadores da Articulação e de suas organizações locais, que também estão identificadas na tese. A

seguir a Figura 9 sistematiza o percurso e as etapas metodológicas que seguirão esta pesquisa:

Figura 9 - Síntese dos processos metodológicos da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

3 O SERTÃO NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO: TERRITÓRIO DA PESQUISA

3.1 CARACTERÍSTICA, PAISAGEM E NARRATIVA DO SEMIÁRIDO

A região do Semiárido brasileira é a maior do mundo com características peculiares e próprias como aridez e irregulares pluviométricas. A população do Semiárido é ocupada por 22 milhões de habitantes e dela faz parte a maior concentração de população rural do Brasil. Na região, em alguns locais, o índice das chuvas pode chegar a 800 milímetros por ano, enquanto em outros a média não passa de um pouco mais de 300 milímetros anuais. É o Semiárido mais chuvoso do mundo, porém, as chuvas são concentradas em poucos meses e mais de 90% de suas águas não são aproveitadas devido à sua evaporação e ao seu escoamento superficial (ASA, 2009).

A Caatinga, que ocupa maior parte do Semiárido, é o único bioma exclusivamente brasileiro e apresenta enorme variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e endemismo. Sua diversidade é constituída de, pelo menos, 12 tipos diferentes de Caatingas, que chamam atenção especial pelos exemplos fascinantes de adaptações ao *habitat* da região (BARBOSA, 2011).

A vegetação é composta, principalmente, de espécies lenhosas, cactáceas, bromeliáceas e pequenas herbáceas, geralmente com espinhos e caducifólias. E, inclui, pelo menos, uma centena de diferentes tipos de paisagens únicas, sendo rica em espécies. Até o momento foram registradas 932 espécies de plantas vasculares das quais 380 são endêmicas e 20 gêneros pertencentes a 42 famílias. Além disto, registra-se a existência de 185 espécies de peixes (57% de endemismo), 154 de répteis e anfíbios, 348 de aves (4,3% de endemismo) e 148 espécies de mamíferos. Neste sentido, as Figuras 10 e 11 apresentam cenas e paisagens da Caatinga no município de Afogados da Ingazeira.

Com toda essa riqueza natural, a Caatinga, porém, vem enfrentando um processo sistemático de devastação, tendo sido destruídos cerca de 16.570 Km² nos últimos seis anos, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente. Os estados da Bahia e do Ceará são os que mais contribuíram com o desmatamento, com cerca de 9.000 km. A Caatinga é devastada para a fabricação de carvão, criação de gado e mineração, entre outros fatores (BARBOSA, 2011).

Figura 10 - Mandacaru florado: espécie típica da Caatinga



Fonte: Foto - Léo Lemos (2019).

Figura 11 - Paisagem da Caatinga no município de Afogados da Ingazeira



Fonte: Foto - Léo Lemos (2019).

A Caatinga está interrelacionada ao imaginário afetivo, subjetivo e simbólico do Semiárido, entre as espécies mais conhecidas do bioma estão o cacto. Na verdade, não é que o mandacaru e o cacto sejam duas coisas distintas. Na verdade, um é simplesmente uma espécie do outro. Ou seja, o mandacaru é uma espécie de cactos essencialmente nativo do Brasil, e especialmente adaptado a viver nas regiões do Semiárido brasileiro.

O mandacaru é planta simbólica do Sertão. Ele representa a resistência e resiliência¹⁶ da região e do seu povo. Ele atravessa todo o período de seca, sempre esguio e verde. Já cantava o Rei do Baião, Luiz Gonzaga: “Mandacaru quando fulora na seca é um sinal que a chuva chega no Sertão...”¹⁷. Por isto, o mandacaru está ligado a bravura e a fortaleza dos sertanejos. Neste contexto, surge uma narrativa contemporânea a partir do cacto como elemento de exaltação e valorização do Semiárido, como símbolo que remete ao Sertão, a sua cultura e ao seu povo.

Um fenômeno recente envolvido com a referência a utilização massiva do cacto, bem como uma construção narrativa de um Semiárido cheio de possibilidades, oportunidades e abundância cultural foi a alusão constante da ganhadora do Big Brother Brasil – BBB (Edição 21)¹⁸, Juliette Freire. A vencedora é uma nordestina, da cidade de Campina Grande – PB. Em todo o programa, ela trazia o discurso de exaltação e valorização da região. Considerada uma estrela em tempo recorde, com uma votação expressiva nada visto anteriormente, com 90,15% dos votos, ou seja, 26 milhões de brasileiros votaram a favor da paraibana. Atualmente, a sua principal rede social – o Instagram, soma-se 32 milhões de seguidores. E, de toda sua legião de admiradores e fãs passar ser chamados de cacto, remetendo ao imaginário e ao lugar de Juliette. Na Figura 12, imagem da postagem no dia que a paraibana foi campeã do BBB. Na arte da publicação, estão os cactos que remetem a um símbolo identitário do Semiárido nordestino.

¹⁶Na ecologia, de acordo com o Dicionário da Ecologia e Ciências Ambientas (2001), a resiliência é a capacidade de um ecossistema de responder a uma perturbação, distúrbios ou fenômeno, resistindo a danos e recuperando-se rapidamente. Difere de resistência, que é a capacidade de um sistema de manter sua estrutura e funcionamento após um distúrbio ou a um fenômeno, neste caso a seca.

¹⁷Música “Xote das Meninas”, uma composição de Luiz Gonzaga e Zé Dantas (1989).

¹⁸É a versão brasileira do reality show Big Brother, produzido e exibido pela TV Globo. Sua primeira edição iniciou em 29 de janeiro de 2002, com uma segunda temporada sendo exibida no mesmo ano. A partir da terceira edição, passou a ser anual, sendo realizado atualmente de janeiro a metade ou final de abril.

Figura 12 – Instagram da Juliette com elementos identitários do Semiárido: os cactos



Fonte: Acervo do Instagram Pessoal de Juliette (2021).

Do discurso à construção de sua imagem, Juliette – além do cacto, ressalta outros elementos visuais com bastante significado para o Semiárido, como o chapéu de couro e o milho. A participante do BBB chegou ao programa reforçando o seu orgulho por ser nordestina. Não é à toa que sua trilha sonora no programa é uma música do cantor Chico César com o forrozeiro Dominginhos. Em todos os seus quadros, a edição do programa reafirma a sua origem e, principalmente, o seu orgulho. A campeã fala da região com exaltação e uma certa ufanía, ao apresentar sua região de origem.

Numa perspectiva de conexões e relações intrínsecas, o Sertão dentro do Semiárido, Moraes (2010) caracteriza e apresenta os Sertões de hoje, moderno, contemporâneo e latente:

O Sertão é uma ideia. Ela frequentemente vira-se do avesso e nos desarma. Não é o oco do mundo, nem há só um: são vários, como percebeu o carioca Euclides da Cunha, o homem que ampliou uma região, pulou do singular para o plural, espichou o nome para caber todo mundo. O Sertão é Os Sertões, a terra inunda, dá flor, faz calor e frio; a terra dos índios, quilombolas, cientistas, ciganos, agricultores, empresários, travestis; onde se bebe cachaça com Coca-Cola e se mistura incelência com África Bambaataa. Lugar que bate de frente consigo

mesmo, de gente com uma raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis (MORAES, 2010, p. 19).

A autora ainda acrescenta em relação ao empoderamento e a insistência da região a visibilidade e notória no mundo, fazendo uma alusão à obra eucladiana:

Os Sertões mostram ora o choque entre o que se lê e o que se vê, ora a pura simbiose entre Euclides e os sertanejos. Eles são de um tempo e um lugar que reclama da visibilidade, não a imposta, e sim aquela determinada por suas próprias experiências. Concordando ou não senhor tolere: isto é o Sertão. (MORAES, 2010, p. 19).

Os Sertões dos dias atuais não são mais os mesmos de outrora, pois é muito tênue as relações, as imbricações e limites entre rural e urbano, global e local. O acesso à água, às políticas sociais e à modernidade têm sido propulsores dessas transformações nos Sertões. Recentemente o filme *Bacurau*¹⁹, dirigido pelos pernambucanos Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, retrata a vida, o cotidiano e o contexto de um povoado em Sertão do Semiárido brasileiro. Tal paisagem árida relatada no filme observa-se na Figura 13 sobre a estrada o carro pipa. A produção apresenta velhas questões predominantes na região, como o coronelismo – claro com outra roupagem atual, e a indústria da seca, quando a comunidade é abastecida por carro-pipa. No entanto, também, apresenta uma visão de um Sertão mais contemporâneo, com o protagonismo das mulheres na localidade, a organização e mobilização dos moradores, bem perceptível a partir da Figura 14, a importância das cisternas de placas no Semiárido, como na Figura 15, e o acesso às novas tecnologias de informação, mesmo que ainda contingenciado, como a Internet, o tablete e drones.

¹⁹ O título do filme é o apelido do último ônibus da madrugada no Recife, e a origem do nome vem de uma ave de hábitos noturnos comum nos sertões brasileiros, que era chamada pelos povos tupis de wakura'wa. A produção conquistou o Prêmio do Júri no Festival de Cannes de 2019, tornando-se o segundo filme brasileiro da história a ser laureado no certame geral, após *O Pagador de Promessas* (1962) de Anselmo Duarte. A produção foi selecionada para mostras principais de festivais prestigiados mundialmente, como o Festival de Nova York (NYFF), Festival de Havana, Festival du Nouveau Cinéma de Montreal, Festival de Cinema de Munique, Festival de Cinema de Sitges e outros. Além disso, a película foi indicada a diversas categorias do Grande Prêmio do Cinema Brasileiro e do Prêmio Guarani de Cinema Brasileiro.

Figura 13 - Imagem do filme Bacurau retratando a geografia do Sertão



Fonte: Acervo do filme Bacurau (2020).

Figura 14 - Cenas de Bacurau mobilizando a comunidade por causa da morte de uma liderança



Fonte: Acervo do filme (2020).

Figura 15 – Retratação das cisternas de placas no filme Bacurau



Fonte: Kleber Mendonça Filho (2021).

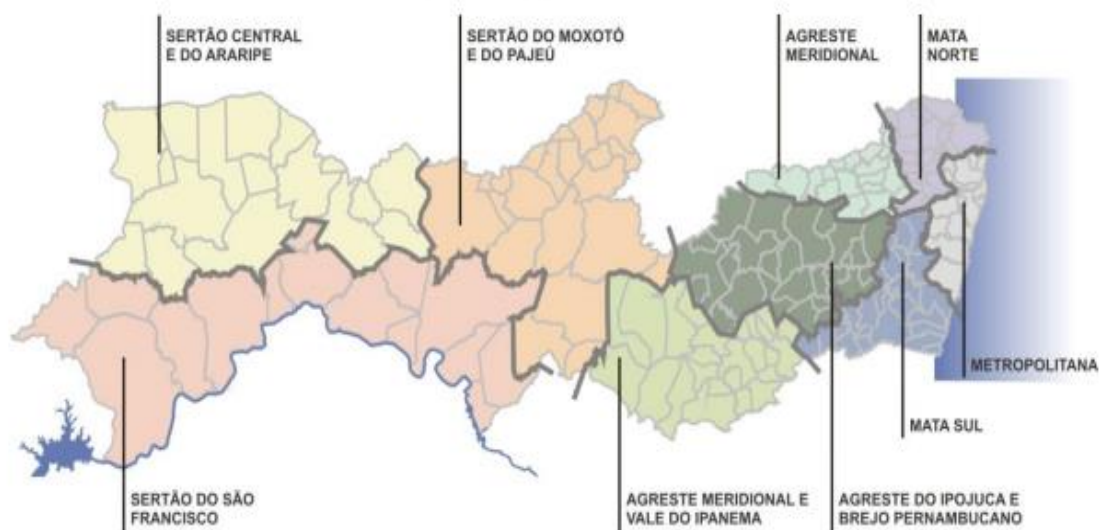
Portanto, discorrer sobre o Semiárido é também identificar vários Sertões com suas próprias identidades e características, principalmente em se tratando de uma pesquisa atual, que leva em consideração as conexões culturais, políticas, econômicas e sociais local e globalmente. A região detém de descrições e paisagens especiais e inerentes a ela, como um universo de contraste, mas peculiar devido a sua carga histórica, simbólica e afetiva à formação do Brasil. É importante estar atento aos fenômenos atuais, mesmo que midiáticos, mas quem detém forte poder de penetração na sociedade, como a narrativa de Juliette ou mesmo o discurso do filme Bacurau, que estão em consonância com a perspectiva da convivência do Semiárido: de um lugar cheio de potencial, da valorização das pessoas enquanto sujeitos protagonistas e capazes de se organizarem para transformarem sua realidade, sua comunidade, seu território.

3.2 SERTÃO DO PAJEÚ

O Semiárido de Pernambuco detém todas essas características de uma região árida e é formado por 122 municípios de sete regiões do estado. Nele, está a identificação e categorização política e geográfica de cinco Sertões que estão dentro do estado. Entre estes o Sertão do Pajeú, o *locus* da pesquisa, especificamente a pesquisa se dará no município de Afogados da Ingazeira²⁰, conforme identificado e detalhado nas Figura 15 e 16.

²⁰Município escolhido para a pesquisa, por ser um centro polo do Sertão do Pajeú e o lugar natal deste pesquisador.

Figura 16 - Mapa de Pernambuco e suas microrregiões



Fonte: Amupe - Associação Municipalista de Pernambuco (2021).

O Sertão do Pajeú é composto por 17 municípios: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Calumbi, Flores, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, São José do Egito, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama. A região recebe esse nome porque parte das cidades são “banhadas” pelo Rio Pajeú, que desagua no Rio São Francisco. Como bem versou e cantou o Rei do Baião, Luiz Gonzaga: “Riacho do Navio corre pro Pajeú. O rio Pajeú vai despejar no São Francisco. O rio São Francisco vai bater no mei do mar”.

Figura 17 - Mapa do Sertão do Pajeú com seus respectivos municípios e IDHs



Fonte: Governo do Estado de Pernambuco (2021).

É uma região conhecida por famosos poetas, lugar que pulsa a poesia popular e muitos talentos artístico-musicais. É até natural que esse território poético beba bem mais da fonte regional, pois a identidade com o meio no qual se vive é intensa. Entretanto, o fato de situar-se nos interiores sertanejos, não coloca a região à margem do cenário mundial. O Sertão do Pajeú faz da poesia um amplificador da voz, muitas vezes dos versos de cunho político-social, demonstrando ao mundo que a arte também é política.

O Sertão do Pajeú também se caracteriza por ter um potencial de grande empoderamento político-social e de forte movimento sindical rural. Nele, estão sediadas algumas importantes organizações da sociedade civil do estado e que fazem parte também da ASA.

3.3 AFOGADOS DA INGAZEIRA: RAÍZES²¹ E O LUGAR DA PESQUISA

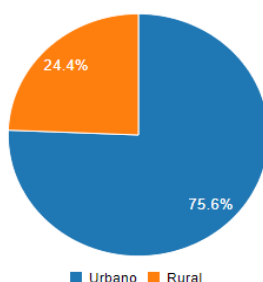
Afogados da Ingazeira²² município localizado na microrregião do Sertão do Pajeú, em Pernambuco, a 386 km da Capital, Recife. Destaca-se por ser um polo regional do estado. Reúne diversos órgãos públicos estaduais e federais, referência em serviços de saúde, educação, comércio e rede bancária, também é a sede da Diocese e abriga o sistema integrado de segurança, como Comando da Polícia Militar, Delegacias Regionais da Polícia Civil e da Mulher, e Corpo de Bombeiros.

Aos 112 anos de emancipação política, Afogados possui o terceiro melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região, com uma população de 37.546, estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo, 2010. É o segundo município mais populoso do Sertão do Pajeú. É a única cidade pernambucana com menos de 50.000 habitantes classificada pelo IBGE como Centro Subregional B, devido sua rede de influência (IBGE, 2010).

O município tem 75,6% da população no meio urbano e 24,4% vivendo no meio rural. A densidade demográfica é de 98,6 habitantes por km² no território, conforme Figura 17. No entanto, Afogados é um município rural, a partir da classificação de José Eli da Veiga (2002), com características típicas de um lugar do interior do estado. Segundo o autor, um município essencialmente rural é aquele “com densidade demográfica inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado” (VEIGA, 2002, p. 97).

Figura 18 - Disposição da população de Afogados da Ingazeira pelo Censo 2010

População Urbana e Rural (2010)



Fonte: IBGE (2010).

²¹Vão perceber poucas referências bibliográficas no texto que se segue; pois as descrições e apresentações dos diversos setores/áreas sobre Afogados da Ingazeira advêm da memória, vivência e escuta deste pesquisador – o mesmo é natural do município.

²²A origem do nome explica-se com a seguinte história: em tempos distantes, um casal de viajantes tentando atravessar o Rio Pajeú, em época de enchente, foi levado pela correnteza e desapareceu. Somente dias depois os cadáveres foram encontrados. Como o município era distrito da cidade de Ingazeira e já existia uma comunidade, no Recife, chamada "Afogados", terminou incorporando o nome de Ingazeira ao seu nome. Daí o nome Afogados da Ingazeira. Também há quem diga que o casal foi encontrado embaixo de um pé de árvore ingazeira.

Para Veiga (2002), o mundo rural é maior do que se admite e tem uma vitalidade que as estatísticas oficiais não conseguem revelar. Sobre o tema, Wanderley (2013) assinala que o meio rural, pela sua própria definição, não é mundo isolado, que possa ser entendido como uma realidade autônoma, e acrescenta:

[...] compreendemos o mundo rural enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (WANDERLEY, 2013, p. 41).

Discorrendo ainda sobre o espaço rural, Veiga (2002) coloca que ele está muito além das atividades agropastoris:

Não há nada mais equivocado do que imaginar que o espaço rural está reduzido à dimensão agropastoril. [...] Afirmar que a agricultura é multifuncional significa simplesmente reconhecer que, mediante seu ato de produção, ela assegura outras funções territoriais, ambientais e sociais, que vêm sendo cada vez mais exigidas pela sociedade (VEIGA, 2002, p.88 e 90).

Nesse mesmo caminho defendido por Veiga (2001), observa-se que além da agricultura, como ilustrada na Figura 18, existem no município de Afogados da Ingazeira outros atrativos econômicos, com destaque para o turismo e a gastronomia, como atividade econômica para os moradores. Hoje, pensar no meio rural é vislumbrar também outros nichos de geração de renda, como serviços, lazer e artesanato. É o salão de beleza na comunidade, é o mercadinho próximo da casa da família, clubes de banho e recreação, visitação em sítio arqueológico, é o campo de futebol que reúne dezenas de jovens das comunidades vizinhas em campeonato nos finais de semana ou mesmo o bar que oferece comida regional e recebe gente até da cidade.

Figura 19 - Agricultor na zona rural de Afogados da Ingazeira



Fonte: Foto - Cláudio Gomes (2018).

Uma parte da economia do município advém também do campo. Sempre teve como base a pecuária de corte (bovinocultura e caprinocultura) e a agricultura familiar, com o cultivo de milho, mandioca e frutas. Todas as sextas-feiras e sábados, Afogados realiza a feira livre, espaço de comercialização e reencontros dos moradores da cidade. Uma oportunidade para os agricultores afogadenses comercializarem seus produtos de suas roças. A cidade ainda se destacada na avicultura; o município também é referência como um dos maiores polos moveleiros do Nordeste, além do forte e diverso comércio que atrai gente das cidades vizinhas.

3.3.1 Aspectos hídricos de Afogados da Ingazeira

O município de Afogados da Ingazeira por estar localizado na região Sertão compõe características intrinsicamente comum aos municípios que estão no Semiárido nordestino, como irregularidade pluviométrica, ou seja, muito sol e pouca chuva. O período chuvoso do ano dura 8,2 meses, de 14 de novembro a 21 de julho, com precipitação de chuva de 31 dias contínuos mínima de 13 milímetros. O máximo de chuva ocorre durante os 31 dias por volta do dia 27 de março, com acumulação total média de 125 milímetros e uma temperatura média anual é de 24°C²³ (Fonte: Site da Prefeitura Municipal, 2021).

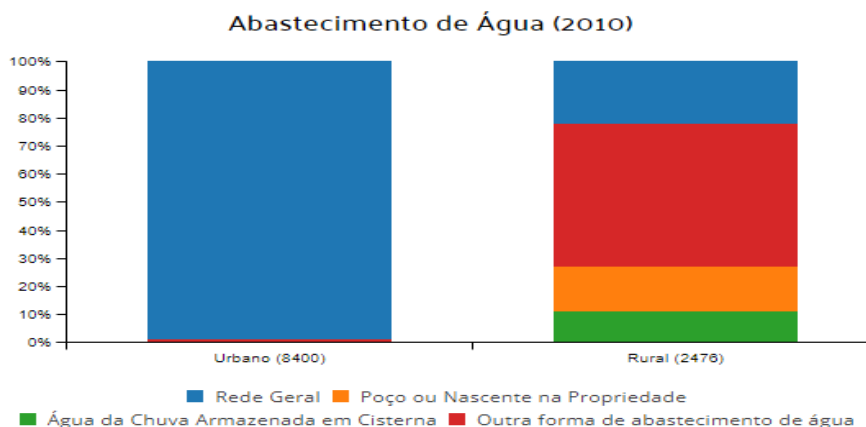
Afogados infelizmente ainda não atingiu a universalização do acesso à água para todo a população. Segundo o IBGE (2010), pode-se verificar que apenas 79,8% (27.947 habitantes) da população possui acesso à água através de rede geral de distribuição pela Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA). Deste percentual, a zona urbana destaca-se com o atendimento chegando à quase 100% dos cidadãos (98,8% desta área). No entanto, o cenário evidencia também uma preocupante defasagem no tocante ao atendimento ao meio rural, onde a situação é muito crítica, uma vez que somente 12,1% tem acesso à água. A Figura 19 demonstra essa realidade do acesso à água em Afogados.

A maior parte das comunidades rurais depende de ações da prefeitura municipal, que realiza a operação e manutenção de inúmeros Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) simplificados, juntamente com os moradores. Geralmente, os SAAs contam com poço, reservatório, chafariz coletivo ou pequenas redes de distribuição, existindo ainda

²³Fonte: Instituto Federal de Educação - Campus Afogados da Ingazeira. https://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/pro-reitorias/prodi/observatorio/microrregiao_pajeu/afogados_da_ingazeira.pdf Acessado em setembro de 2021.

fortemente o abastecimento por carros-pipa em tempos de estiagens prolongadas. “Não há micro ou macromedição da água produzida e/ou distribuída pelos SAAs, assim como em raríssimos casos há unidades de tratamento da água (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO, 2015).

Figura 20 – Gráfico do cenário do abastecimento d’água em Afogados da Ingazeira em 2010



Fonte: IBGE (2010).

O abastecimento municipal urbano de Afogados é realizado através do Sistema Integrado Afogados – Tabira, por meio da Barragem de Brotas, ilustrada pela Figura 20, que faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú e que abastece também o município vizinho, Tabira. Já a Bacia do Rio Pajeú é a maior de Pernambuco, envolvendo e abastecendo 28 municípios, que se encerra no município de Floresta, também Sertão, onde se encontra com o Rio São Francisco, ou seja, o Pajeú é importante afluente do São Francisco. É um rio sazonal, que passa algum tempo com cheia e outro tempo seco. Nos últimos dez anos, mais seco do que cheio. Hoje, o Pajeú encontra-se extremamente poluído em virtude do despejo de esgoto doméstico ao longo de todo o seu leito²⁴.

²⁴i) Disponível em <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-1edicao/videos/v/esgostos-desaguam-no-rio-pajeu-no-sertao-de-pernambuco/4901932/>. Acesso em 16 de setembro de 2021.

ii) G1. Disponível em <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-1edicao/videos/v/esgostos-desaguam-no-rio-pajeu-no-sertao-de-pernambuco/4901932/>. Acesso em 16 de setembro de 2021.

ii) G1. Disponível em <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-1edicao/videos/v/esgostos-desaguam-no-rio-pajeu-no-sertao-de-pernambuco/4901932/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

Figura 21 - Vista da Barragem de Brotas



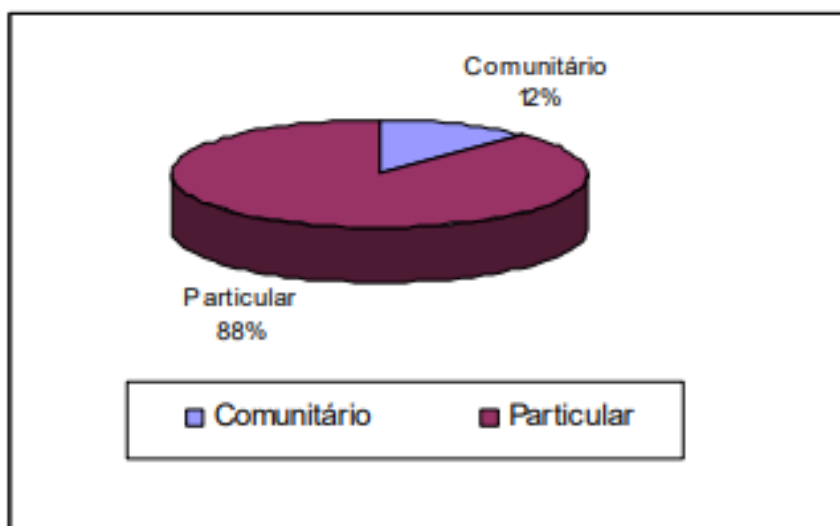
Fonte: Foto - Cláudio Gomes (2018).

Em Afogados da Ingazeira, o Rio Pajeú é muito presente na memória afetiva da população, pois faz parte da lenda do surgimento do município. Por muitas décadas, além de ser uma fonte de abastecimento, de pesca e geração de renda, até a hoje é conhecido carinhosamente entre os moradores como “a prainha”. Era o ponto de lazer, com banho, sol e cadeiras (de praia) dos afogadenses. Por causa das estiagens prolongadas, o rio secou e ocasionou também uma crise hídrica não só na cidade, mas em quase todo o Sertão do Pajeú em 2013, impactando severamente as famílias agricultoras afogadenses. Ainda neste mesmo ano, o sistema operado pela Compesa entrou em colapso devido à indisponibilidade hídrica na barragem de Brotas.

Nesse período, Afogados da Ingazeira começou a ser abastecida pelas águas da Adutora do Pajeú (captação no reservatório da barragem de Itaparica) que a partir de então passou a pertencer, também, ao Sistema Integrado Afogados – Tabira. Além de Itaparica, Afogados ainda hoje recebe água do Sistema de Poços Zé Dantas (poços do Caruá, no município vizinho de Carnaíba); do poço do Sítio Mansinha, em Tabira; e de poços localizados no distrito de Fátima, em Flores (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO, 2015).

Nesse mesmo ano, as famílias agricultoras de Afogados foram socorridas com carros pipas devido à falta de chuva na região²⁵. O Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea - Diagnóstico do Município de Afogados da Ingazeira (2005), destaca que 88% dos poços no meio rural afogadense estão em terrenos e sob proprietários de particulares. A Figura 21 detalha melhor essa situação no município. Quanto ao tipo de abastecimento a que se destina a água, os pontos cadastrados foram classificados em a) comunitários, quando atendem a várias famílias; e, b) particulares, quando atendem apenas ao seu proprietário.

Figura 22 – Gráfico com a finalidade do abastecimento dos poços no meio rural



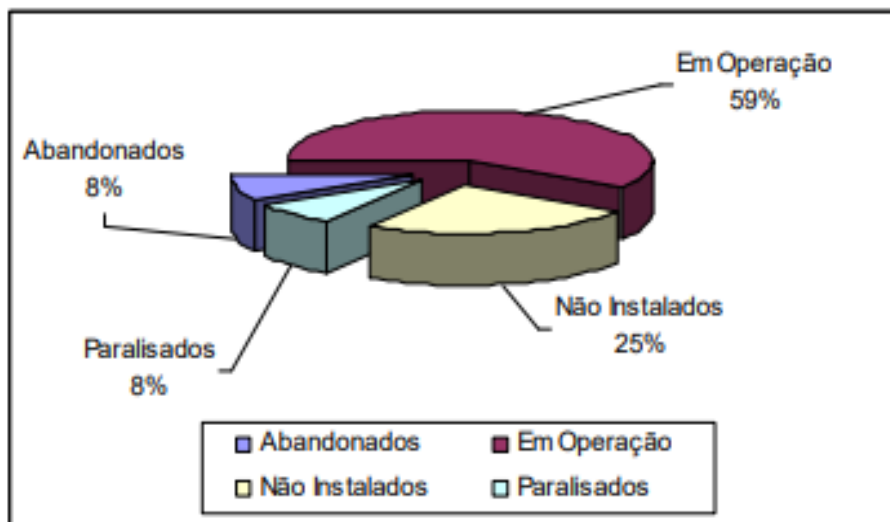
Fonte: Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea (2005).

O mesmo Diagnóstico revelou quatro situações distintas em relação aos poços: i) poços em operação, ii) paralisados, iii) não instalados e iv) abandonados. Os poços em operação são aqueles que funcionavam normalmente. Os paralisados estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados à manutenção ou quebra de equipamentos. Os não instalados representam aqueles poços que foram perfurados, tiveram um resultado positivo, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os abandonados, que incluem poços secos e poços obstruídos, representam os poços que não apresentam possibilidade de produção.

²⁵Disponível em <https://blogdofinfa.com.br/2013/10/abastecimento-da-zona-rural-foi.html> Acessado em 04 de setembro de 2021.

Ou seja, 59% poços em funcionamento e 41% paralisado, sem funcionar ou desativado. A Figura 22 revela essa situação através de gráfico.

Figura 23 - Situação dos poços no meio rural de Afogados da Ingazeira

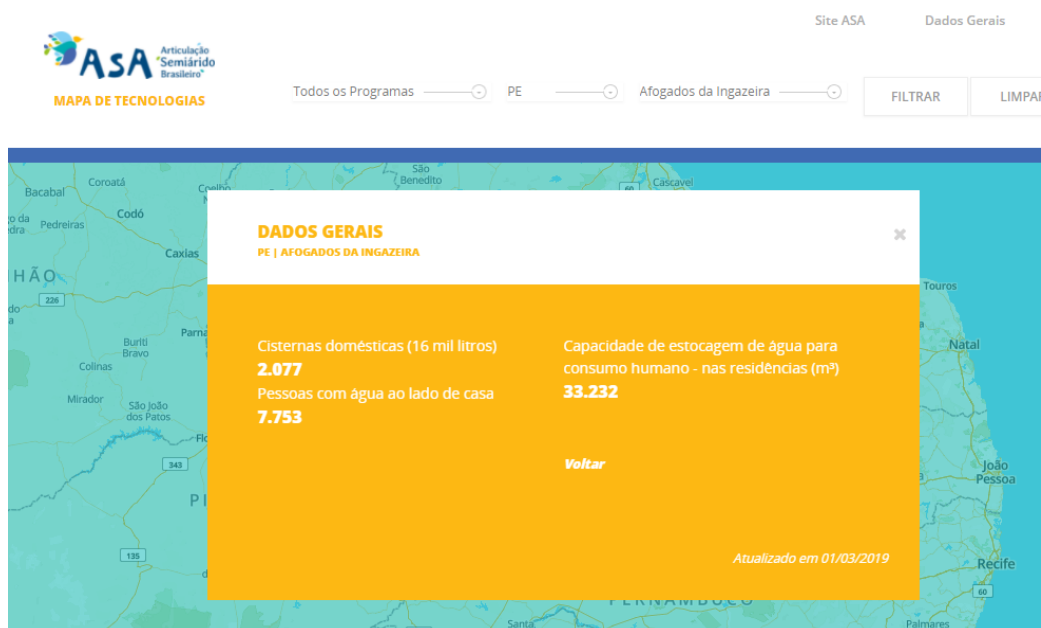


Fonte: Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea (2005).

Na contramão desse contexto, no meio rural de Afogados da Ingazeira já foram construídas²⁶ 2.077 cisternas, de 16 mil litros, para consumo humano pela ASA, ou seja, para beber e cozinhar. Ao todo, são 7.753 pessoas com acesso d'água em casa, conforme Figura 23, por meio da implantação das tecnologias sociais. A capacidade de estocagem de água para consumo nas residências com esses reservatórios chega 33.232m³. É importante trazer todo esse contexto e cenário no município para demarcar e afirmar da importância e necessidade de estruturar os serviços e obras hídricas para a população. Com isto, ressalta-se as ações da Articulação no que se refere ao armazenamento da água de chuva por meio das cisternas no município de Afogados da Ingazeira.

²⁶Fonte: Mapa de Tecnologias/ASA. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/#> Acessado em setembro de 2021.

Figura 24 - Dados da distribuição das tecnologias sociais em Afogados da Ingazeira



Fonte: Site da ASA (2021).

3.3.2 Contextos culturais, turísticos e econômicos de Afogados da Ingazeira

Afogados também é uma cidade pulsante culturalmente, berço de grandes tradições e manifestações culturais. É muito presente a poesia popular e a cena musical no município. Existem na cidade a Academia Afogadenses de Letras, encontros de poesia, festivais de sanfona e rock, Escola Municipal de Música Bernardo Delvanir Ferreira da Silva. Artistas como Diomedes Mariano, Alexandre Morais, Alessandro Palmeira, João Paraibano, Elenilda Amaral, Welligton Rocha, Celso Brandão propagam Afogados mundo afora através da poesia, sem falar na cantora afogadense Maria Dapaz que levou o nome da cidade para todo o mundo, com seu ritmo de xote e baião.

A cidade ainda tem alguns museus e estruturas arquitetônicas que servem de pontos turísticos de visitas para os moradores e turistas, como o Museu da Rádio Pajeú e o Museu da Família Moura, além da casa do artista plástico Edierck José, que serve de visitação com suas belas telas para venda e o Espaço Projeta de Arquitetura, na área central da cidade, localizado na antiga casa memorável de Dr. Jesus (foi um médico famoso da cidade), que serve para receber visitas e que há algumas peças do artista Edierck.

Há outros espaços que são pontos turísticos no município como a Barragem de Brotas e Cine Teatro São José, que funciona até hoje com exibição de filmes comerciais, festivais audiovisuais, espetáculos teatrais e eventos importantes para a cidade – um dos poucos cinemas do interior do estado. Ainda existem a bela Catedral Senhor Bom Jesus dos Remédios integrada com a Praça Monsenhor Arruda Câmara (Figura 24), referência em arquitetura no mundo, cujo projeto arquitetônico já ganhou diversos prêmios internacionais - um cartão postal do município que está localizada bem no centro, no coração da cidade.

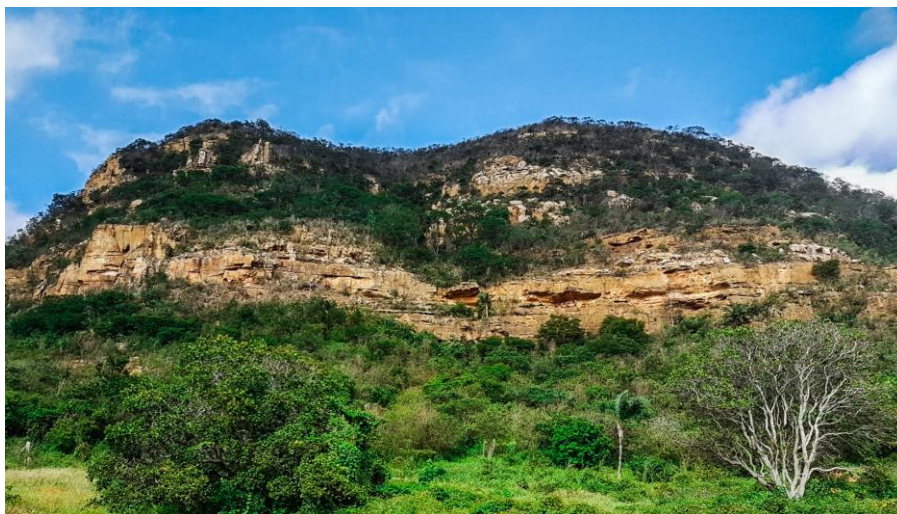
Figura 25 - Registro da Catedral Senhor Bom Jesus dos Remédios



Fonte: Foto - Cláudio Gomes (2019).

Outro importante lugar de visitação do município é o Sítio Arqueológico da Serra do Giz, do Leitão da Carapuça fica localizado no meio rural, numa comunidade quilombola. O local é um espaço de preservação, onde é possível encontrar diversas inscrições rupestres, serras e formações rochosas variadas, conforme apresentados pela Figura 25. Ainda destaca na comunidade o beneficiamento da castanha do caju de marca chamada “Mãos Crioulas”, que exporta para diversos estados do Brasil. Existem também mais atrativos na vizinhança como Mina da Carapuça, onde há uma cachoeira; Caldeirões do Zé Artur, com piscinas naturais; Serra da Queimada Grande, onde há um mirante; e as manifestações culturais locais, como os bacamarteiros (Figura 26), sanfoneiros, pifeiros e coco-de-roda, com a participação e envolvimento dos próprios moradores da comunidade.

Figura 26 - Sítio Arqueológico de Afogados da Ingazeira na Serra do Giz



Fonte: Foto - Cláudio Gomes (2017).

Afogados realiza um dos maiores e melhores carnavais do interior de Pernambuco. Preserva a tradição do frevo pernambucano e os blocos de rua. A grande figura carnavalesca se chama Tabaqueiro. Este personagem mascarado garante a alegria com sinos e chicotes. O nome tabaqueiro é uma referência a um recipiente carregado por eles feito de chifre e contendo fumo. A imagem da Figura 27 retrata um grupo de tabaqueiros reunidos no centro da cidade em período momesco.

Figura 27 - Bacamarteiro se apresentando em praça pública em Afogados da Ingazeira



Fonte: Foto - Cláudio Gomes (2018).

Figura 28 - Tabaqueiro: personagem carnavalesca de Afogados da Ingazeira



Fonte: Foto - Cláudio Gomes (2018).

Um dos maiores eventos da cidade é Expoagro, que se caracteriza como uma das maiores exposições do Nordeste de caprinos e ovinos de raça. A iniciativa alavanca a economia do município e leva aos palcos, entre junho a julho de todos anos, artistas locais e grandes nomes nacionais da música brasileira, além do ciclo junino nos bairros e o festival de quadrilha junina (conforme Figura 28) que também faz parte da programação da Expoagro. O Carnaval fora de época, que acontece todo mês de janeiro, é outro grande atrativo da cidade - um dos únicos ainda dos interiores do Nordeste. A festividade atrai multidão de várias regiões e de outros estados; além do encontro de motociclista que reúne gente de vários cantos do país e ocorre também nesse mesmo mês.

Figura 29 - Quadrilha junina, dança típica da Festa de São João de Afogados



Fonte: Foto - Cláudio Gomes (2018).

A cidade é lembrada ainda no mundo futebolístico com o Afogados da Ingazeira Futebol Clube, que é reconhecido em todo o Brasil pelo trabalho e destaque que vem tendo por ser um time do interior. Além de derrotar grandes times brasileiros, o clube afogadense está na segunda divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol (Brasileirão) e faz parte também da elite do futebol do estado (Série A), pois está na primeira divisão do Campeonato Pernambucano. O município ainda conta com um grande e estruturado estádio (Valdemar Viana de Araújo, o Vianão), por isto também a capacidade de receber grandes campeonatos e importantes times do país.

3.3.3 Abordagens da comunicação e das organizações sociais em Afogados da Ingazeira

Afogados é uma referência quando se trata de meios de comunicação, além de ter a maior quantidade de blogueiros do Sertão do Pajeú, algumas revistas e jornais que ainda circulam de forma impressa, existem três emissoras de rádio FM e grandes comunicadores reconhecidos pela influência em todo o estado, como Nill Junior, Anchieta Santos e Saulo Gomes.

Destaca-se entre os veículos radiofônicos, a Rádio Pajeú. Segundo Ferreira, *et al* (2011), a emissora surgiu em 4 de outubro de 1959, com o objetivo de evangelizar, criar um espaço de difusão de valores éticos, políticos e socioculturais, e propor uma formação educativa para desenvolver a comunidade local. A iniciativa foi da Diocese de Afogados da Ingazeira, por meio de seu Bispo Dom José João Mota e Albuquerque, de fundar a primeira emissora de radiodifusão do interior de Pernambuco, a Rádio Pajeú AM.

Ao longo da sua trajetória, a Rádio Pajeú teve sempre uma preocupação com o desenvolvimento local da região. Sua história está dividida em três fases. Na primeira, se voltou para a educação, por ter sido concebida como instrumento de formação do Movimento de Educação de Base (MEB), da Igreja Católica. Na segunda fase, sua característica foi voltada para a prestação de serviço aos ouvintes e também mais musical, de programas de auditório, resumindo um perfil do entretenimento. A terceira fase da Radio começou a partir dos anos 2000. Percebendo a concorrência desproporcional do sinal mais limpo das FMs ao tocar música em relação às AMs. Mas, emissora precisou também focar em conteúdo mais de cunho noticioso. A partir daí a Rádio Pajeú passou a ter um perfil mais jornalístico e de prestação de serviços. No gênero noticioso e esportivo, sete programas levam, semanalmente, informação aos ouvintes pelas ondas sonoras da emissora, durante 52 horas, das 137 horas totais, de segunda a domingo, distribuídas em

seis programas da emissora. Os programas de informação acabam servindo de fonte, ou como se diz em jornalismo, acaba pautando os demais veículos da região (TAUK SANTOS; LORENZATO, 2018).

Até hoje, a Rádio Pajeú é porta-voz das necessidades, urgências e clamor dos sertanejos. Sempre ecoando as notícias de movimentos e manifestações que ocorrem Afogados da Ingazeira. Destaca-se esse papel em período de grandes secas em favor da falta de atenção e assistência dos governos ao povo sertanejo, tendo como um interlocutor importante para essa causa o primeiro bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira, Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, mais conhecido como pastor e profeta sertanejo. Por si só é um município considerado empoderado politicamente pela população, mas fala-se da importância da Rádio Pajeú nesse processo através do acesso à informação e prestação de serviços à população local.

Ao mesmo tempo, Afogados ancora diversas organizações e entidades representativas de movimentos sociais. Incontáveis vezes Afogados da Ingazeira sediou e foi palco de eventos e movimentos em prol da agricultura familiar e da falta de políticas e ações urgentes para as famílias agricultoras que enfrentavam as estiagens prolongadas. O município ainda reúne diversas instituições de Assessoria Técnica e Extensão Rural (Ater). Entre estas, órgãos públicos estaduais e programas e projetos que prestam serviço à agricultura familiar, como Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (Adagro), Instituto de Terras e Reforma Agrária (Iterpe) e Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural) e Projeto Dom Helder Câmara.

Dentre as organizações da sociedade civil que prestam serviços de Ater ainda em Afogados da Ingazeira estão o Centro Sabiá, Casa da Mulher do Nordeste e Diaconia. Estas instituições prestam serviços de assessoria técnica às famílias agricultoras da região e operacionalizam projetos em parceria com a ASA, na execução e implementação de tecnologias sociais de armazenamento e gestão da água. Elas também farão parte das coletas de dados e informações para esta pesquisa.

O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá) é uma organização não governamental com sede no Recife e também com escritório em Triunfo, no Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Foi fundado em 1993 e trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Vem desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. Juridicamente é uma associação civil de direito privado sem

finalidade econômica, de natureza técnico-ecológica e educacional (Fonte: Site do Centro Sabiá).

A **Casa da Mulher do Nordeste (CMN)** é uma organização não governamental feminista que há 38 anos contribui para a igualdade de gênero no Nordeste brasileiro. Sediada em Recife, capital do estado de Pernambuco, e com um escritório em Afogados da Ingazeira, tem como missão fortalecer a autonomia econômica e política das mulheres, afirmando a agroecologia com base no feminismo e na igualdade racial (Fonte: Site da CMN).

A **Diaconia** é uma organização social, de inspiração cristã e sem fins lucrativos, comprometida com a promoção da justiça. Fundada em 1967, em atendimento à convocação da Confederação Evangélica do Brasil às Igrejas Evangélicas, a entidade concentra, hoje, sua atuação em três estados do Nordeste – Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com um escritório também em Afogados da Ingazeira. Ela está presente em territórios urbanos e semiáridos do Nordeste brasileiro. E, tem como compromisso maior o serviço para transformação de vidas, para isso, estimula o empoderamento de mulheres, homens, jovens e famílias agricultoras; e mobiliza comunidades, igrejas e outros grupos sociais para defesa e efetivação dos direitos humanos (Fonte: Site da Diaconia).

4 COMUNICAÇÃO E EXTENSÃO RURAL: DIÁLOGOS E CONEXÕES

Para adentrar em qualquer discussão a respeito do binômio “extensão rural e comunicação”, compreende-se que é praticamente impossível essa indissociabilidade. Extensão rural é comunicação, como já debatia o pernambucano Paulo Freire no seu livro “Extensão ou Comunicação?” (1969).

Tauk Santos (2016) considera o que não é comunicação na extensão rural não é da competência específica deste campo. Ainda segundo a autora, é matéria da interdisciplinaridade com as ciências agrárias ou com outras ciências. Partindo dessa premissa, a “extensão rural e ambas, numa visão contemporânea, pertencem ao campo mais amplo da comunicação” (TAUK SANTOS, p. 71, 2016).

Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender onde está ancorado esse debate e traçar um pouco do percurso teórico desses dois termos: extensão rural e comunicação. Ressalta-se que o modelo de extensão rural implantado no Brasil advém das experiências norte-americanas, conhecido também como modelo clássico ou difusionista.

A corrente teórica que norteia o difusionismo baseia-se nos estudiosos funcionalistas da comunicação, como Daniel Lerner e Willbur Schramm. Nessa linha de ideias, a comunicação parece como a viabilizadora das políticas modernizadoras do Estado, que incorpora a tarefa de promotor e provedor do desenvolvimento nacional (TAUK SANTOS, 2016).

As universidades de Michigan e Wisconsin, nos Estados Unidos, foram os centros de excelência da cultura difusionista da extensão rural, as quais deram origem à formação e pensamento dos primeiros extensionistas no Brasil. Considera-se tanto esta referência que a formação dos técnicos brasileiros no exterior à época vinha para suprir a necessidade do mercado, sendo as organizações governamentais as grandes absorvedoras dessa mão de obra especializada (MELO, 1976).

A princípio, esse modelo (difusionista) trazia como característica e estratégia de comunicação a persuasão aos agricultores para adoção de novas práticas agrícolas que pudessem aumentar sua produção e, assim, fazer chegar ao mercado; e também havia como aspecto a modernização no campo. Para tanto, a comunicação seria o meio pelo qual os agricultores entrariam em contato com as novas tecnologias, ocasionando, em consequência, uma mudança tecnológica permanente na vida desses agricultores (FONSECA, 1985).

A inovação do campo, como previa o contexto da época, seria através da difusão de informações sobre técnicas agrícolas, já no término do século XVIII, antes da chegada da imprensa no Brasil. Já adiantando, a relação e o papel da imprensa na informação, na disseminação de conteúdos para os agricultores.

Segundo Mello (2003), antes de fundar o jornal *Correio Brasiliense*, Hipólito da Costa, que viria mais tarde ser o patrono da imprensa brasileira, trabalhava para a Coroa Portuguesa e embarcou para os EUA com o objetivo de realizar um levantamento de dados sobre as práticas e as inovações agrícolas, com a ideia de usar tais inovações no Brasil Colônia. Costa se reuniu com o então presidente John Adams, visitando laboratórios de pesquisa e campos experimentais, recolhendo sementes e materiais impressos.

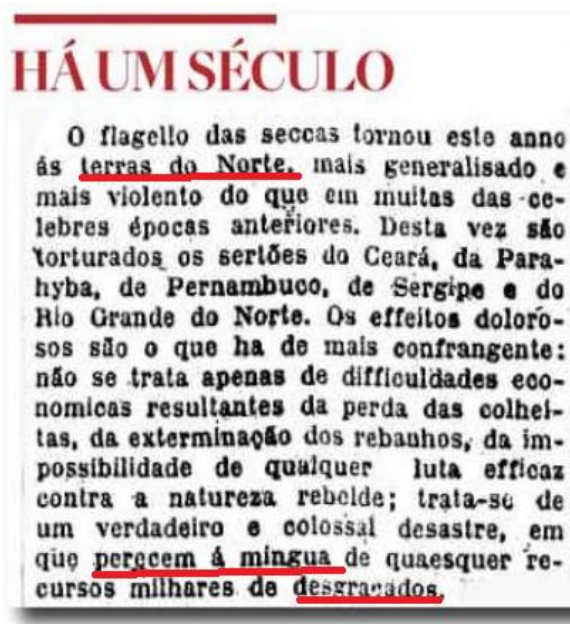
Outros exemplos nesse contexto são a *Revista Imperial do Instituto Fluminense de Agricultura – IIFA* de 1969, que trazia o uso da ciência para melhorar a produção agrícola; a publicação *A Lavoura*, sobre experimentos no campo; *O Estado de São Paulo*, que apresentava materiais informativos para agricultores; e em 1908 vai às ruas *O Imigrante*, editado pela Secretaria da Agricultura em 1917, que chegou à soma acima de 415 mil publicações (BORDENAVE, 1983).

A trajetória do difusionismo e a modernização no contexto rural ganham disseminação e respaldo, sobretudo, nos meios de comunicação, como por exemplo, na imprensa escrita à época aqui, no Brasil. Ao longo da história, parece que essa mesma imprensa foi responsável pela construção de estereótipos²⁷ nos contextos rurais dos interiores do país, principalmente no Semiárido nordestino. Talvez, detenha-se na insistência de um rural caricaturado, ou seja, é bem comum ler nas matérias expressões como caipiras, matutos, roceiros, flagelados, perecer à mingua, confrangente, lugar incerto, desesperançados, retirantes, desgraçados, os nortistas ou terras do Norte se referindo ao Nordeste²⁸. As Figuras 29 e 30 trazem expressões que denotam uma carga de preconceitos sobre a região, como “terras do Norte”, “parecem à mingua”, “retirantes” e “problemas do Nordeste”, que foram veiculadas nos meios de comunicação.

²⁷Observa-se que esses estereótipos foram reforçados pela modelo de comunicação difusionista no contexto rural.

²⁸É comum ir ao Sul e/ou Sudeste e as pessoas chamarem o Nordeste do Norte, ou seja, há uma generalização e preconceito, pois desde o processo de colonização do Brasil considera a região Norte subdesenvolvida, atrasada, enquanto a região Sul é desenvolvida, abastada.

Figura 30 - Texto extraído do Jornal O Estado de S. Paulo



Fonte: Acervo digital do O Estado de São Paulo (1915).

Figura 31 - Reportagem sobre a estiagem prolongada do jornal Diário de Natal



Fonte: Acervo digital do Diário de Natal (1964).

Foi preciso trazer as concepções anteriores sobre difusão, imprensa, modernização do campo (inovações agrícolas) no contexto rural em um esforço de compreender qual foi o papel da mídia nesse processo de construção simbólica e imagética do Semiárido. Voltando ao debate agora sobre extensão e comunicação, de acordo com Callou (1986),

ressalta-se que a perspectiva e proposta do que viria a ser chamado de extensão rural surge nos meados do ano de 1914 nos EUA e se espraia na América Latina após a Segunda Guerra Mundial.

Aqui, no Brasil, a noção de extensão rural, até então, estava vinculada a propaganda da técnica agrícola, à difusão de tecnologia ou ao difusionismo, como foi sistematizado pelo pesquisador norte-americano Everett Rogers. Para ele, o “start” se dá com as primeiras divulgações, que eram repetidas várias vezes, e estavam atreladas as novas ideias, como a proposta de tornar mais eficiente a adoção da tecnologia. A repetição, a disseminação de informações insistentemente, é uma característica peculiar da persuasão - artifício e estratégia para se fazer chegar e convencer os agricultores.

Nesse momento, o Brasil contou com apoio internacional, como do Instituto Interamericano para Assuntos da América (IIAA/EUA), Fundação Ford e Fundação AIA – da família Rockefeller, Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (FIGUEIREDO, 1981).

É preciso ressaltar a contribuição da Fundação Rockefeller dos EUA no processo de modernização e difusionismo no campo e para o desenvolvimento rural no Brasil. A entidade buscou apoiar, sobretudo, no campo da pesquisa em comunicação e persuasão por meio de seminários.

No final do século XIX, alguns estados apresentaram algumas experiências e iniciativas de criações de setores e estruturas para dar conta de aglutinar informações e promover assessoria técnica voltada ao campo. Em São Paulo, por exemplo, foi criado o Serviço Agrônomo do Estado, dando poder a Secretaria de Agricultura. Em Minas Gerais, é instalada também a Secretaria de Agricultura e implantada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (BORGES *et al*, 2006).

Tauk Santos e Callou (2013) reforçam como outras experiências foram importantes, por volta da década de 1940, em outros estados brasileiros para a criação dos serviços de Extensão Rural governamentais:

Partido de ações isoladas, contando com o apoio de professores norte-americanos, o governo do Estado de Minas Gerais cria em 1948 a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), iniciativa que, 1956, transforma-se em sistema nacional com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Após crise institucional, A ABCAR perde cerca de 50% de seu corpo técnico e é substituída em 1974 pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) (TAUK SANTOS; CALOU, 2013, p.1).

Já no século XX, o Ministério da Agricultura do Governo brasileiro estimula a difusão de técnicas agrícolas com propaganda e disseminação de informações. Em 1938, é implantado um setor específico voltado para essa área com a criação o Serviço de Publicidade Agrícola, que décadas depois seria chamado de Serviço de Informação Agrícola (SIA).

O apogeu do SIA se deu entre as décadas de 40 e 50, principalmente, informando as famílias agricultoras sobre o tempo, a lavoura, o plantio e a colheita. Os meios de comunicação eram responsáveis por noticiar pautas ligadas à agricultura em geral, enquanto que as lideranças sindicais e comunitárias retransmitiam as informações para os agricultores em suas comunidades (BORDENAVE, 1983).

Em meados de 1945, iniciou-se no Brasil a expansão do excesso de produção de maquinário, principalmente a agrícola, e começou a propaganda (comunicação e persuasão) de transferência de tecnologia (obsoleta para eles) na direção ao rural brasileiro, escoando seu excesso de produção, então com o apoio dos Estados Unidos.

Inspirado nos EUA, o Brasil inicia a campanha pelas inovações tecnológicas com apoio massivo da comunicação voltado aos contextos rurais. Nesse mesmo período, parece, ainda, não haver uma noção mais sistematizada do conceito de comunicação rural (CALLOU, 1986). Nesse sentido, a extensão rural até então estava atrelada a propaganda da técnica agrícola, à difusão de tecnologia ou difusionismo que foi sistematizada pelo pesquisador norte-americano Everett Rogers. Compreendendo como uma etapa inicial as primeiras divulgações sobre uma inovação através da imprensa. Era algo tão persuasivo que eram repetidas diversas vezes, remetia às novas ideias com o intuito de tornar eficiente e eficaz a adoção das tecnologias (DUARTE; SOARES, 2011).

É Rogers, em 1960, que embute aos organismos públicos brasileiros o funcionamento da informação e da adoção das novas técnicas, dando amparo teórico e explicando o vocabulário técnico. Pode-se afirmar que era um modelo de comunicação linear, persuasivo e vertical, de cima para baixo, como representado na Figura 31. Ou seja, os agricultores recebiam as informações científicas e as pesquisas inovadoras das tecnologias do campo. Neste caso, o papel da extensão rural fazer a codificação das mensagens sobre as ideias científicas e o agricultor adotar o modelo. (LERNER e SCHRAMM, 1973).

Figura 32 - Modelo de comunicação difusionista



- a) É autoritária;
- b) Não provoca debate;
- c) Os sujeitos da comunicação estão em posições desiguais;
- d) Não há retorno.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

O modelo da comunicação difusionista faz usos de alguns recursos e estratégias como reuniões comunitárias, explicações em dias de campo, informações pelo rádio, pelos periódicos, pelos manuais agrícolas e convencimento dos líderes de opinião da comunidade com o objetivo de influenciar as unidades familiares no campo. Traz um caráter inovador e solucionador de velhos problemas no âmbito da produção agrícola. É assim que vai reforçando os estereótipos em tono do agricultor, como sendo o obsoleto e atrasado. E, assim, o Governo brasileiro, à época, vai absorvendo a ideia que o agricultor de fato tinha conhecimentos defasados e arcaicos sobre a agricultura.

Valeu por algum tempo a premissa que a alternativa do “subdesenvolvimento” por meio da passagem linear da sociedade tradicional, com todos os defeitos, seria adentrar na modernização, com todas as suas vantagens. E, os meios de comunicação foram fundamentais pela disseminação desta ideia, estimulando o agricultor a aderir a nova forma ou modelo de viver fruto desse processo de inovação, como fundamenta Lerner e Schramm (1973):

O processo de modernização começa quando alguma coisa estimula o camponês a querer ser um fazendeiro ou agricultor proprietário, o filho do camponês a querer aprender a ler, de modo que ele possa trabalhar na cidade, a mulher do camponês a não mais procriar, a filha deles a querer usar vestido e fazer penteado (LERNER; SCHRAMM, 1973).

É nesse contexto que, ao longo da sua trajetória, que a extensão rural no Brasil assumiu uma concepção mais funcionalista e difusionista, no sentido de disseminar tecnologias “modernas”. O modelo americano de difusão de inovações foi capitaneado por Everett Roger, que obteve no país, particularmente nos anos 1970/1980, uma considerável aceitação por parte das agências governamentais de extensão, quanto pelos

pesquisadores de extensão rural. Ressalta-se que a ideia não é “demonizar” ou construir atritos em relação ao modelo difusionista, mas compreendê-lo como um processo importante para a extensão rural.

Destaca-se, aqui, como modelo difusionista (ROGERS; SHOEMAKER, 1971), o processo pelo qual as inovações são comunicadas aos membros de um sistema social. O objetivo da difusão é aumentar a eficiência da adoção de inovações que se baseiam em “novas ideias”, assim como as tecnologias de informação e comunicação a favor da extensão rural.

Para Bordenave (1988), um dos objetivos do modelo difusionista é dá ênfase a questão comunicacional, tanto referentes às informações necessárias para avaliar e aplicar inovações, quanto à disseminação de informações como estratégia de formação e apropriação de conhecimentos pelos agricultores.

Dentro deste contexto, o difusionismo também veio contribuir com a melhoria do entendimento do processo de comunicação, indispensável à mudança social atrelada a uma prática extensionista. Esta mudança, de acordo com o modelo difusionista, é direcionada do tradicional para o moderno.

No entanto, a comunicação que ancorou difusionismo, anos depois vai reforçar e contribuir para a mudança de pensamento e estratégias, como um modelo participativo, coletivo e integrador. Eis que surge neste ambiente a comunicação rural, como será debatido mais adiante. E, assim, com os passar dos anos, a comunicação se firmou como instrumento estratégico na prática da extensão rural.

A “modernização” no meio rural está alicerçada, obviamente, no sistema capitalista e conseqüentemente na globalização e a construção de novos conceitos voltados ao mundo rural, como a própria concepção de comunicação rural. Nesse processo, a dimensão educativa e comunicativa da extensão rural deve ser valorizada, conforme já antecipado por Paulo Freire (1977), como o acesso de informação/comunicação pelos agricultores.

Nesse sentido, o processo de globalização no meio agrícola vem exigindo novas definições no conceito do espaço do rural. A principal consequência foi a construção conceitual sobre “novas ruralidades” (WANDERLEY, 2013), compreendidas como atividades produtivas não agrícolas desenvolvidas no meio rural. Essa nova perspectiva ajudou a construir um novo olhar sobre a ruralidade, sobre o Semiárido e também em relação ao trabalho da ASA.

O contexto rural, como afirma José Graziano da Silva (1982), não é mais uma realidade que tende ao desaparecimento, mas um cenário com amplas possibilidades de inclusão social e, agora mais do que nunca, de novos processos e dinâmicas de comunicação.

É nesse caminho das “novas ruralidades” que trilha também um novo modelo de extensão rural, estendendo-se agora ao ciberespaço, até como já defendido por alguns autores como *ciberextensão* (CALLOU, 2011). Portanto, é diante desse contexto, cenário e ambiente que será apresentado logo mais a experiência da ASA, como objeto de estudo e análise deste trabalho.

Com o passar dos anos, a expressão “extensão rural” passa a ter múltiplos significados. Para além do ato de transmissão de conhecimentos, como nos primórdios, bem no início do desenvolvimento da extensão no Brasil, deve-se levar em consideração fundamentalmente o saber local das famílias agricultoras e o seu protagonismo na prática extensionista. Nesse sentido, é chega de outros instrumentos e políticas que se voltam especificamente para os territórios e para a agricultura familiar, mas partindo da socialização e intercâmbio de conhecimento, da construção coletiva do saber.

A Lei de Ater (2010) do Ministério do Desenvolvimento Agrário apresenta como significado de extensão rural:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida [...] (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

Ainda sobre os aspectos conceituais de extensão rural, a Lei de Ater (2010) define como práticas mediante uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural”.

Nesse sentido, Tauk Santos e Calllou (2013) ressalta que:

É sempre bom lembrar que as estratégias de comunicação embutidas nas metodologias participativas, ou em qualquer outra metodologia para a ação extensionista são produtoras de informação e sentidos. Não são neutras. (TAUK SANTOS; CALLOU, 2013, p.43).

Contudo, foi preciso fazer essa trajetória até aqui para compreender a história e os processos fundantes da extensão rural atrelada da comunicação (rural) desde sua

formação inicial no Brasil até o momento atual, cuja etapa será importante para adentrar no campo de análise que se propõe esta pesquisa: as estratégias de comunicação da ASA.

“Extensão rural é também comunicação”, conforme (FREIRE, 1977). Entretanto, a extensão e comunicação rural não são sinônimos, embora atividades de comunicação possam fazer parte de um programa de extensão. Nesse sentido, a comunicação (rural) é aquela que abarca uma temática rural e, segundo Bordenave (1983) é entendida como uma “troca de informações, diálogos e de influência entre todos os agricultores, e entre eles e os outros setores interessados na vida rural”. As formas onde se estabelecem esses contatos com as famílias agricultoras, conforme o autor, podem ser de natureza pessoal, como “visitas mútuas, as reuniões, as feiras e exposições, as festas e velórios”, e impessoal, em que são utilizadas as ferramentas midiáticas. A comunicação rural se faz necessária, pois como explica Bordenave (1983, p.8), “o desenvolvimento rural gira ao redor da comunicação”.

A discussão extensão rural e comunicação não deve se furtar do novo olhar e da nova abordagem que estão postos atualmente ao meio rural. É fadada a visão de pensar o meio rural como espaço único de produção agrícola, principalmente quando se tratando de observar fenômenos contemporâneos de comunicação ligados ao Semiárido.

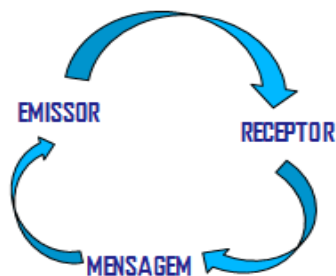
4.1 BREVE APANHADO SOBRE COMUNICAÇÃO RURAL

A compreensão de comunicação rural²⁹ está ancorada aos estudos do *Mass Communication Research* no âmbito do militarismo nos Estados Unidos. Este campo se endossa principalmente com as pesquisas de comunicação para o desenvolvimento tendo à frente o cientista norte-americano, Daniel Lerner, em 1958. Logo mais tarde (1960), o pesquisador se soma aos estudiosos Wilbur Schramm e Pool de Sola.

É no bojo de um novo olhar para extensão rural a partir do respeito e reconhecimento do saber e do protagonismo dos agricultores, que a comunicação rural preconiza essa mudança de pensamento, da transferência entre si de trocas de conhecimentos, de uma comunicação participativa e dialógica. Esse modelo também chamado de circular e participativo encontra-se representado na Figura 32.

²⁹Nesse universo da comunicação dialógica, que traz outra perspectiva da comunicação difusionista, será chamaremos por “comunicação rural” tendo em vista que a pesquisa se volta aos contextos rurais do Semiárido. Ressalta-se que essa mesma compreensão da comunicação dialógica pode ser concebida, por alguns outros pesquisadores, como comunicação popular, comunicação comunitária, comunicação alternativa.

Figura 33 - Modelo de comunicação dialógica (Comunicação Rural)



- a) É interativa, dialógica, circular;
- b) Tecida de contribuição de todos;
- c) Participação popular, construção.

Fonte: Elaborada pelo Autor (2021).

Deve-se compreender que a comunicação rural não surge como afronta ou oposição ao modelo de comunicação difusionista. No entanto, como uma mudança, um giro ou um passo à frente das novas concepções das dinâmicas e interações de um outro rural, atrelado também as outras e novas compreensões de se fazer extensão rural. Ou seja, a construção de uma (nova) narrativa de rural entrelaçada a outra noção de comunicação e desenvolvimento.

Para Callou e Tauk Santos (2013), a comunicação rural é o esforço interativo de organizações governamentais e não governamentais com a população rural no sentido de promover mudanças sociais. Essas mudanças variam desde a legitimação de políticas agrícolas às tentativas de transformações estruturais do sistema socioeconômico do meio rural. Para os autores, acha-se embutida a noção de desenvolvimento. É a razão de existir dessa área de especialização dentro da Teoria da Comunicação. Ao longo de sua história, a comunicação rural esteve, portanto, subordinada às orientações que nortearam as diferentes visões de desenvolvimento de cada época.

Nesse caminho, a comunicação rural na perspectiva da comunicação participativa se evidencia ainda mais a partir das contribuições de Luiz Ramiro Beltrán, sob a influência do livro de Paulo Freire “Comunicação ou Extensão?” (1969). Em seguida, abriu caminho para outros pesquisadores como Robert Benjamin (1969), João Bosco Pinto (1980), José Graziano da Silva (1981), Maria Salett Tauk Santos (1982), Juan Díaz Bordenave (1983) e Walmir de Albuquerque Barbosa (1988).

Bordenave (1983) destaca que a comunicação rural deve ser entendida e praticada não para ocultar a realidade ou desviar os produtores rurais de seus reais problemas, nem para controlar seu conhecimento sobre sua verdadeira situação e suas causas, mas para

aproximar-se da verdade total, dos problemas concretos e condicionantes do desenvolvimento rural. O autor ainda reforça que somente quando concebida dessa forma, a comunicação rural contribuirá para dinamizar as potencialidades latentes e a criatividade, de análise crítica, de verdadeira participação e de expressão autêntica dos produtores. Conforme o autor citado (1983), a comunicação rural conscientiza a população, para contribuir, ativamente, nos processos de mudança social e de construção de uma sociedade democrática e participativa”.

Ressalta-se ainda a grande contribuição de Paulo Freire (1969) como um “divisor de águas” na Teoria da Comunicação para o desenvolvimento entre as correntes que utilizam a comunicação como persuasão e uma nova concepção da comunicação como prática dialógica, participativa e interativa. Para Freire, o que acontecia até então era o ato de transferir conhecimento. E, para ele, a transferência do conhecimento do ponto de vista científico reflete uma posição de dominação.

A perspectiva freiriana ganha o mundo, em especial os estudos da comunicação na América Latina. As ideias de libertação, contidas na sua pedagogia, vinha ao encontro de um país oprimido pela ditadura militar instalada a partir de 1964. Neste contexto, que se iniciam diversas experiências de comunicação participativa. A maioria desses exemplos adveio de organizações da sociedade civil e movimentos populares ligados à igreja Católica do Brasil.

A construção da comunicação rural como campo de estudo permitiu a mobilização de pesquisadores brasileiros no sentido de construir um modelo de comunicação para o desenvolvimento que possibilitasse a participação popular, como assinala Callou e Tauk Santos (2013):

Os anos 1980 consolidaram a participação como tema predominante dos discursos, tanto dos movimentos populares e das organizações não governamentais que lhes dão apoio, quanto das agências governamentais que se ocupam de questões ligadas ao desenvolvimento rural no Brasil (CALLOU, TAUK SANTOS, p. 71, 2013).

A comunicação rural atenta para os contextos locais, é algo que se desenvolveu independente de mudanças, tanto pela via da extensão rural do governo, quanto através dos movimentos alternativos capitaneados pela Igreja Católica ou de outras organizações da sociedade civil.

Sobre essa comunicação, a Peruzzo (2004) descreve que é o meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. É canal por “excelência de expressão das denúncias e reivindicação dos setores

organizados da população oprimida. Deve estar vinculada à luta pela conscientização [e integrada] num processo de luta com perspectiva de [uma] nova sociedade” (PERUZZO, 2004, p. 125).

É nesse sentido também que a comunicação nas últimas décadas surge como uma estratégia de transformação social, algo que se constrói paulatinamente e conforme as circunstâncias e necessidades de cada organização popular ou movimento social no seu tempo e no lugar em que se situa. “É preciso considerar também o grau de clareza quanto a esses contextos, bem como a capacidade de lidar com os meios de comunicação” (PERUZZO, p. 4, 2016).

Nessa mesma direção, a comunicação rural tem um potencial importante para contribuir também na efetivação dos objetivos, metas e estratégias das organizações de base popular, sindical, associativa e dos movimentos sociais (PERUZZO, 2016). Essa compreensão se dá porque essa comunicação

é protagonizada por esses atores como algo deles mesmos, feito por eles e para eles e/ou por aliados organicamente ligados a seus propósitos. Portanto, é capaz de refletir suas próprias necessidades, anseios e visão de mundo. Segundo, porque essa outra comunicação se realiza de forma articulada às atividades e estratégias mais amplas de ação social delineadas e executadas numa dinâmica construtiva de alternativas frente às condições desfavoráveis ao pleno desenvolvimento social integral e comunitário (PERUZZO, p.5, 2016).

Para Peruzzo (2016), ao falar sobre comunicação rural no contexto das organizações da sociedade civil que assessoram as famílias agricultoras, é comum percebê-la outra dimensão mais evidente, ou seja, a partir dos meios – ou canais – de comunicação que lhe dão mais visibilidade (focados na apresentação institucional) e materialidade (por meio da difusão de conteúdos sobre suas propostas e ações concretas, além de materiais informativos).

No entanto, tão ou mais importantes são os meios através dos quais as organizações e movimentos populares se expressam para a difusão de mensagens e aqueles utilizados, como é comum dizer, como instrumentos de conscientização e para a mobilização. Nesse sentido, a comunicação se mescla às atividades de formação, organização e ação e são direcionadas a seus públicos principais, ou seja, os destinatários prioritários de suas estratégias de atuação institucional (PERUZZO, p. 5, 2016).

Peruzzo (2016) ainda acrescenta que:

além disso, para fazer valer suas estratégias tanto de difusão de suas reivindicações e visão de mundo na sociedade quanto de mobilização e trabalho de base, as organizações têm recorrido cada vez mais ao emprego de tecnologias (vídeo, rádio, televisão, jornal, blogs, sites, Whatsapp, mídias e

redes sociais online, etc.). Ao incorporar essas mídias, a comunicação rural, popular e/ou comunitária acaba se constituindo num processo facilitador da realização de outros processos, como os de conscientização -organização-ação de segmentos das classes subalternizadas (PERUZZO, p.13, 2016).

Como discorrido por alguns autores anteriormente, essa comunicação traz no cerne da sua prática o diálogo e a participação que é inerente às relações humanas. Ela acontece nas conversas cotidianas; na contação de casos; nos rituais presenciais (danças, festas, rezas) e outras manifestações artísticas e culturais; mas também no diálogo de saberes entre técnicos e agricultores; nas comunicações em eventos nas universidades e centros de pesquisa; em reuniões da associação, encontros, palestras, oficinas e visitas de intercâmbio; nas marchas de protesto e caravanas, e em outros espaços de interação social. “Afinal, comunicar é dialogar, é pôr em comum, é compartilhar, é coordenar ações de interesse comum. É uma via de mão dupla, pois implica reciprocidade e, naturalmente, está presente em todas as experiências de associativismo comunitário” (PERUZZO, p. 13, 2016), da vida em comunidade, do território, do município. E, é partindo do local, como o Sertão do Pajeú, que se dará o *locus e* análise dessa pesquisa.

4.2 ASA E A PRÁTICA EXTENSIONISTA RURAL

Diante de tudo que já foi abordado, percebe-se como um viés formativo, mobilizador e educativo, que a atividade de Assessoria Técnica e Extensão Rural (Ater) não é uma prática exclusiva de órgãos públicos e organizações de cunho rural ou agrícola, nem tão pouco um privilégio para ofertar ou disseminar serviços de práticas, “pacotes” e orientações produtivas agrícolas por instituições públicas. Por isto, o trabalho da ASA junto às comunidades e às famílias agricultoras são e caracterizaram como assessoria técnica, articulada e em conjunto com as suas organizações locais. A Figura 26 ilustra bem esse contexto: ao centro da foto, o técnico da ASA acompanhando intercâmbio de agricultores no Sertão do Pajeú.

Figura 34 - Intercâmbio com agricultores realizado pela ASA



Fonte: Acervo ASA (2015).

Tais considerações anteriores nos remetem a Lei nº 12.188, Lei da Ater, de 11 de janeiro de 2010, que compreende a extensão rural como:

Um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

Em um sentido amplo, a extensão rural pode ser entendida ainda como um processo educativo, de comunicação, de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos produtivos agrícolas ou não. Nesse caso, a extensão rural difere conceitualmente da assistência ou assessoria técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o agricultor, como na maioria das vezes acontece com os serviços ofertados pelas instituições públicas. Neste mesmo contexto, Peixoto (2008) aborda que essas experiências, como a da ASA, “tem ainda um caráter educativo que o serviço de extensão rural, normalmente, não desempenha” (2008, p. 26).

A ação das organizações de Ater, através de seus colaboradores, não se resumiria mais no simples processo de transmissão do conhecimento do extensionista para o agricultor, mas sim na utilização de métodos participativos, "alicerçada na valorização do saber das culturas populares" (CALLOU *et al.*, 2008, p.19), como é o caso da ASA. A Figura 34 exemplifica essa situação: existe a figura do técnico, mas os agricultores contribuem e participam da construção das cisternas.

Figura 35 - Construção de cisternas de forma coletiva e participativa pelas famílias



Fonte: Acervo ASA (2015).

Nesse sentido, as ações de comunicação da ASA parecem ter contribuído com a construção de diálogos, nas comunidades, sobre a realidade das famílias, buscando caminhos para superar os desafios a partir do potencial das pessoas daquele local e com os instrumentos que estão ali, bem no entorno, como revela a publicação da ASA “Comunicação Popular no Semiárido – um caminho para o fortalecimento da denúncia, da resistência e da luta por mais qualidade de vida” (2018):

Esse jeito de fazer é orientado pelos princípios da educação e da comunicação (rural), pois têm como base a certeza de que os processos de transformação, para serem reais, devem nascer dentro das próprias comunidades, sendo protagonizados por quem deseja fazer essas transformações” (p. 12).

A Figura 35 apresenta os momentos formativos com os agricultores com usos de recursos de comunicação mais tradicionais, como a utilização de cartolina, e também como o uso de novas tecnologias - como o notebook e Datashow. Percebe-se que o processo formativo-aprendizagem se dá de forma coletiva e participativa.

Figura 36 - Momento de formações e acompanhamento das ações pelos agricultores



Fonte: Acervo ASA (2015).

Nessa perspectiva, para Callou e Saraiva (2009), a extensão rural contemporânea exige planejar as estratégias de comunicação, pois é por meio delas que é possível instaurar processos de mobilização e participação dos atores locais em suas diferentes instâncias, até como uma ação política. Assim, a comunicação surge como territórios estratégicos para a prática extensionista. De acordo com Prazeres (2009), as coisas não estão descoladas. Comunicação e projeto político, e a comunicação é um dos pilares da atuação política de organizações e movimentos sociais.

É nesse caminho, que a extensão rural assume também o papel de facilitadora e gestora dos processos comunicacionais na mobilização e inclusão de atores locais. Ao mesmo tempo, percebe-se que a comunicação tem uma vocação educativa e formativa, muito própria dos processos e estratégias que visam alcançar o desenvolvimento rural. E, esse potencial da comunicação pode ampliar no universo da extensão rural à medida que os processos (de comunicação) envolvem a base, o território, as famílias agricultoras.

5 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Cada vez mais na contemporaneidade a comunicação tem ocupado maior centralidade na ação institucional dos movimentos sociais, aliando-se às possibilidades e estratégias de mobilização social. Parece ser um campo interessante não só do ponto de vista da pesquisa acadêmica, mas como um fenômeno que merece atenção e análise junto aos profissionais que estão dentro dessas dinâmicas.

Como afirma Kunsch (2014), nos estudos das estratégias em comunicação na contemporaneidade, faz-se necessário situar as organizações no contexto mais amplo da sociedade, chamando a atenção de sua importância como partes integrantes do sistema global e micros sociedades. Elas exercem grande influência no desenvolvimento econômico e social e nas transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, pois fazem parte dessa sociedade e têm que ser vistas como atores importantes na dinâmica da história social, política e econômica.

O crescimento do chamado Terceiro Setor provoca o desafio de buscar formas diferentes de lidar com organizações que se orientam por valores distintos e que podem, por isso mesmo, buscar instrumentos diferentes, mesmo que inseridos em outra lógica e orientação de mercado. Constata-se que a comunicação tem sido uma das preocupações nas dinâmicas dos movimentos sociais.

Antes de ampliar a discussão, faz-se necessário buscar a compreensão sobre movimentos sociais, a exemplo da ASA. O autor Alexander (1998) caracteriza os movimentos sociais como tradutores daquilo que a sociedade civil identifica como problemas, remetendo-os a instâncias administrativas – que geralmente não se mostram imediatamente sensíveis às demandas sociais.

Os movimentos sociais podem ser vistos como mecanismos sociais que constroem traduções entre o discurso da sociedade civil e os processos institucionais específicos de tipo mais particularista. São movimentos de natureza prática e histórica, mas que apenas podem ter êxito se forem capazes de empregar a metalinguagem civil para relacionar esses problemas práticos ao centro simbólico da sociedade e suas premissas utópicas (ALEXANDER, 1998). Ou seja, parafraseando Galeano (2001), é a utopia que move os movimentos sociais.

Vale ressaltar também que desde a reabertura democrática, na década de 1980, percebe-se cada vez mais a necessidade dos movimentos sociais em ampliar sua articulação e difusão das suas causas; e assim conquistar a adesão da sociedade. Daí que

entra a comunicação, como aliada e suas estratégias nesse processo, como afirma Gohn (2003), coloca que “na atualidade os movimentos sociais intervêm localmente, regionalmente, nacionalmente e internacionalmente, construindo e utilizando suas estratégias de comunicação.

O período entre 1990 e 2000, foi marcado por um grande número de estudos que buscavam ampliar o olhar em torno da comunicação organizacional com base em novos métodos e novas percepções teóricas, passando a adquirir uma forma mais abrangente. Não bastava somente informar, era preciso que as informações estivessem em harmonia com os propósitos da organização. Assim, segundo Oliveira e Paula (2007), “a comunicação ganha notoriedade, pela sua função de conhecer, analisar e direcionar esses fluxos informacionais para o objetivo geral da organização, dando um sentido estratégico à prática comunicacional” (OLIVEIRA; PAULA, 2007, p. 2).

Para Kunsch (2018), a comunicação organizacional deve ser entendida de forma ampla e holística. “Pode-se dizer que é uma disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações e todo seu contexto político, econômico e social” (KUNSCH, 2018, p. 17).

A comunicação antes era pensada apenas como uma “ferramenta” para alcançar os objetivos organizacionais, mas era utilizada de forma aleatória. Agora, são as estratégias que parecem dar o norte no âmbito das organizações, inferindo um sentido aos processos comunicacionais. Isso perpassa as relações, a vida orgânica institucional, seus valores, missão e afetividade perante a sociedade. Como considera Kunsch (2010), “a comunicação como fator de humanização das organizações”. E nesse caso, as estratégias quando bem construídas podem aproximar e criar relações e afetos com seu público, com os beneficiários.

De acordo com Kusch (2014), a comunicação deve ser analisada a partir de quatro dimensões: instrumental, humana, cultural e estratégica. Para tanto, a comunicação organizacional deixa de ter a função meramente tática e passa a ocupar uma ancoragem em nível de estratégias. Segunda a autora, precisa levar em conta a questão humana e agregar valor às organizações. Ou seja, deve ajudar as organizações a valorizar as pessoas - nesse caso os sertanejos agricultores e agricultoras familiares e agentes das instituições parceiras da ASA. E, ao cumprir sua missão, atingir seus objetivos globais, contribui na fixação pública dos seus valores e nas ações para atingir seus ideais no contexto de uma visão de mundo, como por exemplo, a perspectiva da convivência com o Semiárido.

Ainda do ponto de vista de pensar a comunicação organizacional quanto à dimensão humana, é necessário compreender que as organizações não são meros instrumentos para atender a fins específicos e que são constituídas por pessoas de diferentes culturas, com desejos e necessidades específicas e que estes estão em constante alteração e interação (LIMA; ABBUD, 2015), principalmente quando se tratam de organizações da sociedade civil, com seus anseios, seus sonhos transformadores e suas bandeiras de luta.

Nesse mesmo caminho, Ribeiro (2000) chama à atenção de que a comunicação favorece a mobilização, seja material ou simbólico, ligada à transformação social. O novo contexto em rede “promove novas e complementares de produção de informações, que pode significar o pensar institucional sobre suas práticas” (RIBEIRO, 2000, p.33). E assim, uma nova perspectiva se insere de forma enfática no cotidiano e nas estratégias de comunicação dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais, enquanto segmento da sociedade civil, estão voltados não só para o público ou causa que defendem, mas com um projeto político-institucional de forma mais ampliada, em um âmbito maior da sociedade a fim que suas ações cheguem a espectro mais abrangente. Neste sentido, o projeto político-institucional da ASA é de fato, o da convivência com o Semiárido.

Nessa direção, Armani (1999) aponta que a comunicação está inscrita no campo do desenvolvimento institucional dos movimentos sociais. Para ele, “é nesse campo que reside a força motriz produtora de instrumentos específicos de articulação, comunicação e representação, contribuindo para a maior projeção pública dos movimentos” (ARMANI, 1999, p. 14). É nessa abordagem, também, que a comunicação passou a ser inserida com maior força nos processos de gestão dos movimentos sociais, sendo não só instrumento, mas, concebendo estratégias no planejamento organizacional e mobilização social. Esse processo pode potencializar uma “maior visibilidade às ações desenvolvidas, de forma que os próprios resultados alcançados possam configurar como um importante elemento de mobilização social e sensibilização” (MENEZES, 2005, p.22).

A temática da participação popular e da mobilização deve ser pensada também no âmbito das estratégias de comunicação. Isso implicaria em desafios de registrar, dissecar, revelar, aquelas estratégias mais promissoras, em termos de comunicação popular, para apoiar diferentes tipos de ações, incidências e público. Conforme Callou e Tauk Santos (2013) é bem verdade que as preocupações atuais com as estratégias de comunicação se distinguem daquelas realizadas pela Difusão de Inovações e Folkcomunicação, na medida

em que se pretende abrir/desobstruir canais à inserção cidadã dos contextos populares nos processos de desenvolvimento.

Tendo em vista que toda análise e estudo se dará a partir da ASA - uma organização do movimento social - no Sertão do Pajeú, no Semiárido pernambucano - espaço demarcado pelos contextos populares. É preciso compreender que os contextos populares ocupam uma “posição desnivelada do mundo, porque desnivelada é a distribuição das riquezas materiais e simbólicas em nossa sociedade” (LOPES, 1990, p. 56). Esta distribuição/apropriação desigual provoca formas desiguais e ambivalentes de estar no mundo. Tauk Santos (2001) aponta que a principal característica nos contextos populares é da contingência, ou seja, o acesso aos bens materiais e imateriais se dá de forma incompleta, desigual ou desnivelada, pois se trata de uma pesquisa no Sertão do Semiárido pernambucano, em contexto predominantemente rural.

No âmbito das estratégias, pode-se dizer assim, que nem todas as estratégias de comunicação são legitimamente comunicação estratégica, embora o inverso seja mais provável. A comunicação estratégica geralmente envolve estratégias bem específicas, modos de fazer peculiares, que os diferenciam de outras formas de se apresentar o processo de comunicação. Aqui, será abordado tão somente sobre as estratégias de comunicação e suas dinâmicas no âmbito da atuação da ASA no Sertão do Pajeú.

O termo “estratégia”, segundo Kunsch (2018), é recorrente no cotidiano da vida das pessoas e das organizações. Para a autora, o conceito de estratégia sob dois enfoques que podem ser aplicados à comunicação. O primeiro se baseia numa visão mais conservadora e racional, centrada nos resultados; e o segundo, em uma perspectiva mais complexa, que leva em conta as incertezas e busca novas alternativas para repensar a comunicação.

Adotar estratégias significa compreender os cenários e observar os contextos. É pensar positivamente, tendo resultados, mobilização e participação. Falar em estratégias é construir valores das ações preconizadas, que devem refletir as narrativas e a proposta discursiva. Ao passo, que as estratégias colaboram na identidade e interação social, como na sensibilização daquilo que é esperado pela sociedade. Neste caso, como na ação político-institucional da ASA com o paradigma da convivência com o Semiárido.

Kunsch (2010) afirma que as estratégias não são instrumentos e nem objetivos, são os caminhos que atendem tanto aos propósitos quanto ao ambiente e atuação da organização para desenvolver suas ações, levando em consideração os contextos, a

missão e mobilização social. Para tanto, serão as estratégias de comunicação que serão analisadas e discutidas ao longo deste trabalho.

Para Henderson (1998) e Almeida (2003), a referência ao termo estratégia denota a capacidade que a organização desenvolve de pensar e analisar os cenários e definir posicionamentos e táticas³⁰ baseadas em suas necessidades, desejos e demandas ao ambiente externo. A elaboração de estratégias, segundo Dornelles (2012), considera o alinhamento com a missão (razão da organização), a visão (focalizada no futuro, o que idealiza abrangência da organização) e os propósitos, contando com elementos subjetivos como a criatividade e a singularidade da ideia.

A adoção de estratégias implica entendimento perfeito no âmbito de atuação da organização, do setor, do território em que ela é aplicada, da definição de ações que venham ao encontro das necessidades e expectativas de seus públicos, do analisar dos meios e procedimentos comunicacionais que contribuam efetivamente para a obtenção de resultados, engajamento e mobilização (DORNELLES, 2012).

Para Ferrari (2009), as estratégias de comunicação tendem a buscar o cumprimento da missão e dos objetivos organizacionais. Marchiori (2011) amplia esse entendimento, uma vez que considera que as estratégias permitem que a organização inove e se adapte às mudanças do ambiente, considerando que as pessoas devem responsabilizar-se pela criação e desenvolvimento desse processo.

Assim, o tema das estratégias nas organizações está ligado à efetiva adaptação da organização com seu ambiente, por meio do tempo, entendendo por estratégia a criação e prática dos meios adequados para atingir os resultados desejados, melhorando a capacidade total de planejamento e organização para que possa adaptar-se ou inovar com sucesso aos tempos (MARCHIORI, 2011, p.164).

Não obstante aos ensinamentos e a literatura disponível sobre definição de “estratégias” no campo da comunicação - em especial voltadas aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, não existe uma única maneira ou melhor modo de definir conceitualmente de forma limitada ou engessada, pois depende da natureza, da realidade, dos contextos, do público, da missão, etc. O que se tem é mais uma compreensão ou um entendimento

Alguns pesquisadores têm se debruçado sobre as estratégias de comunicação aplicadas em projetos sociais e comunitários, desenvolvendo metodologias aplicadas para planificação participativa das estratégias de comunicação a sob a perspectiva de ações

³⁰Alguns autores defendem que a palavra “estratégia” foi utilizada pela primeira vez em contexto militar, em cenário de guerra.

compartilhadas entre os sujeitos envolvidos no processo (MASSONI, 2013), a partir de uma dimensão sociocultural numa perspectiva dinâmica e interativa. Como por exemplo, defendem nas suas abordagens, uma visão holística e complexa das estratégias de comunicação e suas aplicabilidades no âmbito das realidades das comunidades locais e rurais, como é o caso da ASA no Semiárido brasileiro.

As estratégias da comunicação ampliam o espectro das práticas comunicacionais na organização à medida que passa a considerar os públicos como agentes ativos da organização na produção de conteúdos e não somente como mero “contêiner” (LIMA; ABBUD, 2015) em que as informações são transmitidas, muitas vezes, de forma aleatória. A comunicação passa a ser vista como uma via de mão dupla. Ou seja, o público passa também a contribuir e a participar nos processos de comunicação da organização, seja na produção ou no protagonismo das informações.

Ainda as estratégias de comunicação no campo das organizações da sociedade civil permitem uma interação face a face, retomando os contextos interativos de copresença, promovendo uma maior proximidade entre indivíduos e possibilitando mais ações coesas. Henriques (2004) aponta que tais estratégias quando voltadas para projetos da sociedade civil “assume funções específicas, a fim de dinamizar a mobilização e potencializar os movimentos” (HENRIQUES, 2004, p. 20).

Henriques (2004) ainda classifica as estratégias de comunicação de acordo com as suas funções no âmbito da mobilização social, da causa e do projeto. Para o autor, uma das funções das estratégias é: **difundir informações**: num nível primário, a rede comunicativa se estabelece por meio da difusão (divulgação e publicitação) do tema mobilizador, através da comunicação segmentada, dirigida e de massa, dando visibilidade da iniciativa aos diversos atores. “Como as pessoas precisam no mínimo de informações para se mobilizar, mas, além disso, precisam compartilhar visões, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando a reflexão e o debate para a mudança” (BRAGA; MAFRA, 2000, p. 4). A difusão de informações a respeito dos movimentos é fundamental para que as pessoas tenham conhecimento de sua existência, conheçam suas propostas, seus objetivos e possam formar um julgamento sobre ele.

Outra função das estratégias é: **promover a coletivização**. De acordo com Henriques (2004), a simples difusão não é garantia de que as pessoas irão se sensibilizar e participar da mobilização. A coletivização pode ser alcançada pelo sentimento e certeza de que não se está sozinho na luta pela mudança, há outros atuando com o mesmo sentido e propósito. Distingue-se da simples divulgação porque há um compromisso com os

resultados, espera-se que as pessoas não apenas tomem conhecimento da informação, mas incorporem-na de alguma forma, utilizem-na, compartilhem-na e tornem-se, elas próprias, fontes de informações.

Em relação à categorização das funções, o autor aponta: **registrar memória do movimento**. A existência de um banco de dados e outros modos de organização do acervo e da memória do movimento como o intuito de registrar sua trajetória é também fundamental para fortalecer a mobilização. Como exemplo, podem-se citar as sistematizações de experiências – uma estratégia de comunicação muito comum nas organizações como uma maneira de registrar e disseminar os conhecimentos.

A outra função das estratégias, ainda segundo Henriques (2004), é fornecer elementos de identificação com a causa e com o projeto mobilizador. Cabe à comunicação uma articulação entre valores e símbolos no processo de construção da identidade de um movimento, estabelecendo de uma maneira estruturada a produção de elementos que orientem a serem referências para a interação dos indivíduos, possibilitando, assim, um sentimento de reconhecimento e pertencimento capaz de torná-los corresponsáveis.

A busca de uma identidade comum, inclusiva, que ajude a organizar a vida comunitária e a solidariedade coletiva, possibilita transcender objetivos instrumentais, mais imediatos, sem o que se torna impossível atingir um grau de conscientização e sensibilização traduzido em uma postura de corresponsabilidade por parte da sociedade. Os atores sociais podem se sensibilizar e se identificar com a beleza e coerência das peças gráficas do projeto, com o ritual das reuniões e eventos que promove, com os valores que defende, com os conhecimentos que dissemina.

Entendendo que as estratégias de comunicação parecem contribuir para o processo de mobilização social. As estratégias e mobilização, antes de tudo, é dialógica, libertadora e educativa, tais características estão intrinsecamente relacionadas, não existindo isoladamente. “A comunicação no processo de mobilização não é a transferência do saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores” (HENRIQUES, 2004, p. 25). Desta forma, existe uma reciprocidade, uma comunhão, dos sujeitos envolvidos e uma totalidade de ambos como seres presentes e coparticipantes no diálogo.

Nessa perspectiva, as estratégias de comunicação também assumem um caráter pedagógico. De acordo com Braga (2001), “aprender é mudar o repertório e as atitudes e a cada momento, através das interações no espaço social e das relações com o mundo natural, o ser humano se modifica, se constrói e elabora sua identidade” (BRAGA, 2001,

p.6). A comunicação é a grande responsável pelo estabelecimento destas interações entre indivíduos que, simplesmente não absorvem os materiais simbólicos comunicados, mas interagem estes, percebem suas interpelações, reagem e interpretam (HENRIQUES, 2004).

Ao mesmo tempo, as estratégias de comunicação para a **mobilização social** tendo um caráter dialógico tenderá também a ser libertadora já que um sujeito não tenta invadir ou manipular o outro, reduzindo-o a mero objeto ou recipiente. No entanto, tenta, com o outro, problematizar um conhecimento sobre uma realidade concreta para melhor compreender esta realidade, explicá-la ou transformá-la.

É preciso adentrar no debate sobre o entendimento e nuance de mobilização social, que muitas vezes é confundida com manifestações públicas, com pessoas em uma praça, passeata, concentração. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade, um território ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados decididos e desejados pelo coletivo, por todos (TORO; WERNECK, 2004).

Toro e Werneck (2004) conceituam que “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO; WERNECK, 2004, p. 13). Os autores ainda ressaltam que participar de um processo de mobilização social é uma escolha, porque a participação é um ator de liberdade. Para os autores, toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo predefinido, um propósito comum; por isso, é um ator de razão. Para que ela (a mobilização) seja útil a uma sociedade, ela tem que estar orientada para um projeto de futuro. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados cotidianamente.

Todo processo de mobilização deve ter como meta contribuir para o alcance dos objetivos da Constituição Brasileira (TORO; WERNECK, 2004).

Tais objetivos funcionam para validar e legitimar a mobilização social.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II - garantir o desenvolvimento nacional;
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

A participação é algo importante no processo de mobilização social. Portanto, não se pode falar de participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e

essencial de um processo de mobilização. Toro A. e Werneck (2004) colocam que a mobilização precisa crescer em abrangência e profundidade ao longo do processo. Para isso é importante considerar a participação como um valor democrático; a abrangência dessa participação como valor e sinal democrático; e a participação de todos como uma necessidade para o desenvolvimento social (TORO; WERNECK, 2004, p. 30).

Um processo de mobilização social tem início quando uma pessoa, um grupo ou uma organização decide começar um movimento no sentido de compartilhar o imaginário e esforço para alcançá-lo. Tem-se como exemplo de processo de mobilização social o trabalho realizado pela ASA. Essa mobilização da ASA se dá em torno de sua missão, que é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social. E, a ASA fortalece a sociedade civil através de um processo de mobilização social.

Por isso, os papéis de um processo de mobilização social não são desempenhados por uma única pessoa, mas por um coletivo, um grupo, citando como exemplo, o público de agricultores familiares. Algumas vezes, o conjunto de pessoas ou uma rede de organização, no caso da ASA, está junto desempenhando um desses papéis. O fundamental é que alguém esteja desempenhando essas funções, com as preocupações, os critérios e os valores apresentados. E quem desempenha esses papéis, segundo Toro e Werneck (2004), é chamado de produtor social.

Compreende-se por produtor social o conjunto de pessoas ou organizações que têm a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra. Uma secretaria de estado, uma instituição pública, um grupo ou uma ONG, como a ASA, pode ser uma produtora social (TORO; WERNECK, 2004).

O produtor social tem a intenção de transformar a realidade, tem certos propósitos de mudança e se dispõe a apresentar e compartilhar esses propósitos com outras pessoas, que não ajudá-lo a explicitá-los e, é claro, a alcançá-los. Por isso, ele (o produtor) precisa ter legitimidade, seja ela própria, conferida por alguém ou por algum princípio, senão é difícil que ele consiga a credibilidade necessária no primeiro momento. Ao longo do processo, essa legitimidade vai crescer ou diminuir, refletindo a qualidade da gestão do processo. É essencial que o produtor social seja visto não como dono, mas como precursor de um movimento que reflete uma preocupação, a construção de um paradigma ou um desejo de mudança compartilhado (TORO; WERNECK, 2004, p. 42).

As estratégias para mobilização devem se propor a orientar os indivíduos em seus espaços de interação, ou mesmo criar ambientes, onde as relações e as interações ocorrerão através do diálogo livre entre os sujeitos e o conhecimento será apreendido e reelaborado através dos próprios contextos da comunidade. Entretanto, esta aprendizagem não será simplesmente episódica, difusa ou pontual, mas sim, estimulada por uma comunicação que estabelece “lugares” próprios de interação, superando a pauta espontaneidade através da geração de uma referência que direcione a vivência, a troca e a apreensão de novos significados (HENRIQUES, 2004).

Sobre a relação comunicação e mobilização social, Henriques (2004) ainda reforça que a comunicação adequada à mobilização social é antes de tudo dialógica, libertadora e educativa. Corroborando com o autor, Brochardt (2013) afirma que a “comunicação dialógica considera o homem um ser de relações, sujeito de saberes. Não transfere conhecimento, mas propõe um encontro de interlocutores” (2013, p. 79).

Valendo-se dessa conjugação entre comunicação e mobilização social, Peruzzo (2004) coloca que isso parece ser possível, porque a comunicação (rural, dialógica, participativa, popular) se faz e se constrói como “um meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. Deve estar vinculada à luta pela conscientização [e integrada] num processo de luta com perspectiva de [uma] nova sociedade” (PERUZZO, 2004, p. 125). Foi preciso fazer essa trajetória para compreender como as estratégias de comunicação podem contribuir, incidir e resultar em um processo de mobilização social, ou não, junto à ASA.

6 ASA E AS TECNOLOGIAS SOCIAIS

6.1 DA GÊNESE À TRAJETÓRIA DA ASA

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) surge oficialmente em 1999 como uma rede formada por organizações da sociedade civil, que atuam na criação, na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com o Semiárido. Há mais de 20 anos³¹, atua na região semiárida brasileira, conectando pessoas organizadas em entidades defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. Além da ASA Brasil, que coordena (chama-se coordenação executiva) todas as dinâmicas e trabalho enquanto rede, cada estado tem uma organização e representação para acompanhar, articular e animar as atividades locais, a exemplo da ASA Pernambuco, em que o maior recorte da região árida se encontra no Sertão.

Nesse contexto, faz-se necessário uma análise a partir de sua realidade e sua vivência histórica com o Sertão, com o Semiárido. O coordenador executivo da ASA Pernambuco, Alexandre Pires³² (2021) explica como foi cunhado o Sertão historicamente até chegar na expressão Semiárido:

A expressão Sertão é uma expressão moura, que vem para cá com os colonizadores e ela está vinculada a ideia da distância. Ou seja, aquilo que não está no centro, entendendo o centro como o poder, como espaço de convivência, as cidades. Embora ela seja uma expressão muito poética, o Sertão, mas ela sempre foi construída de forma do ponto de vista da construção histórica. A região foi sempre compreendida como o lugar da distância. Já o Semiárido, volta-se do povo e dos povos que vivem nesse território. A expressão Semiárido dá certo grau de unidade em torno da ideia do que a região, ou seja, de um ambiente como um lugar que nos une, que é comum a todos nós (ALEXANDRE PIRES, 2021).

O coordenador nacional da ASA, Naidson Batista³³, explica a dinâmica de funcionamento da Articulação:

ASA é também formada pela ASA de cada estado, ou seja, é a aglomeração dos estados do Semiárido. Um elemento chave em que a gente se aglutina respeitando, fortemente, aquilo que os estados e as organizações avaliam que devem e podem fazer. E, o elemento que nos une é um elemento da convivência com o Semiárido. A cisterna cabe nesse elemento aglutinador?

³¹Durante sua trajetória, a ASA conquistou prêmios nacionais e internacionais em reconhecimento a melhoria na qualidade de vida das famílias agricultoras, através de suas ações de convivência com o Semiárido.

³² Devido ao contexto da Pandemia, a entrevista foi concedida via plataforma de web-conferência no mês de setembro de 2021.

³³Entrevista concedida a este pesquisador em setembro de 2021 via mensagens de áudios pelo aplicativo WhatsApp, por causa do contexto de pandemia da Covid-19 e também porque o entrevistado está realizando tratamento de saúde.

Cabe, porque a cisterna busca de angariar e guardar água pra viver nos tempos mais difíceis. A Educação Contextualizada também se insere nessa junção, não existe um elemento obrigatório, obrigatório é a fidelidade com a convivência com o Semiárido (NAIDSON BATISA, 2021).

Colaborando com essa ideia de organização da ASA apresentada por Neidson Batista, a coordenadora da Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom), Fernanda Cruz³⁴, coloca que a “ASA é uma articulação política e funciona a partir das bases locais, chamadas ASA Estaduais, compostas pelas organizações sociais, sem vínculo partidário. Essas compõem o que chamamos ASA Brasil” (FERNANDA CRUZ, 2021).

A ASA tem como missão fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social. (FERNANDA CRUZ, 2021).

Fernanda Cruz (2021) ainda aponta que os valores da ASA é “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social”.

Já em 1999, durante a Terceira Sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP 3), ocorrida no Recife-PE, a Articulação lançou a “Declaração do Semiárido”³⁵ (que se encontra em Anexo e conforme capa do documento na Figura 36), afirmando que a convivência com as condições do Semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. Foi a largada para a construção da história e da trajetória da ASA. O documento, cuja capa está ilustrada na Figura reúne propostas baseadas em duas premissas: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; e a quebra do monopólio de acesso à terra, à água e aos outros meios de produção.

Considerado um documento de ruptura com a filosofia e as ações do combate à seca, a Declaração aponta medidas estruturantes para o desenvolvimento sustentável da região, pauta um conjunto de medidas políticas e práticas de convivência com o Semiárido. É nesse contexto que surgem as primeiros iniciativas e programas voltados à construção e/ou implementação das tecnologias sociais, tendo no centro das ações o envolvimento as famílias agricultoras frente ao fenômeno secular e passou a ser

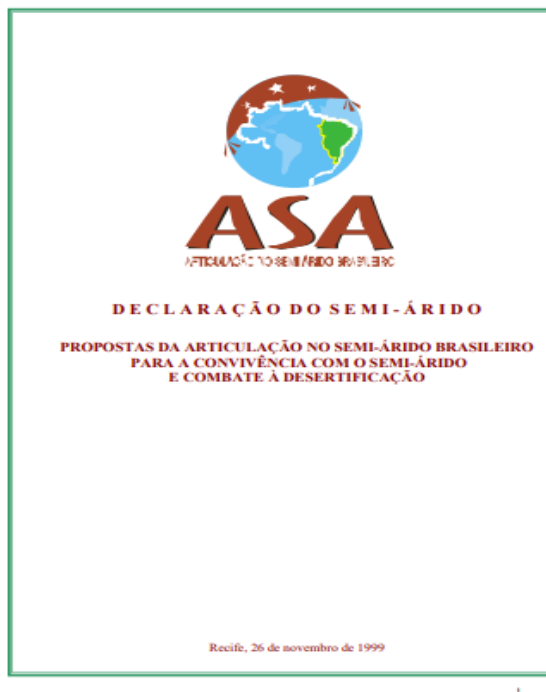
³⁴Entrevista concedida a este pesquisador em setembro de 2021, via formulário/questionário on-line devido ao contexto de pandemia da Covid-19.

³⁵Disponível em https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf Acessado em setembro de 2021.

denominada de “Indústria da Seca”, como caracteriza o coordenador da ASA, Antônio Barbosa³⁶ (2021):

A Indústria da Seca é justamente usar da ideia de que, aqui, as pessoas passam fome, que, aqui, o lugar é inóspito; que as pessoas sofrem e que precisam de dinheiro. E, quem tem que garantir esse dinheiro é o Estado (ANTÔNIO BARBOSA, 2021).

Figura 37 - Capa do documento “Declaração do Semiárido”



Fonte: Site da ASA (2021).

No entanto, antes do seu surgimento como pessoa jurídica, como organização formal, a ASA já tinha iniciado um processo de diálogos e articulação com outras organizações, instituições e atores locais. Segundo Alexandre Pires (2021), o “surgimento da Articulação está diretamente relacionado ao processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil”.

Um dos momentos mais marcantes na sua trajetória foi a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1993, com o objetivo de fomentar a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época, que era o combate à seca, com as frentes de emergências, grandes obras

³⁶ Entrevista concedida a este pesquisador em setembro de 2021, via web-conferência devido ao contexto de pandemia da Covid-19

inacabadas e exploração da pobreza e da miséria pela “indústria da seca”. Neste período, uma grande e prolongada estiagem assolava às famílias agricultoras da região.

Outro marco bastante significativo, principalmente para o estado de Pernambuco foi em 2013, quando a ASA - com o seu conjunto de organizações - elabora e institui as “Diretrizes para a Convivência com o Semiárido³⁷”, com a contribuição da sociedade civil para a construção de políticas públicas. A proposta do documento é incentivar a implementação políticas pelos estado e municípios, para a universalização do acesso à água, o monitoramento climático, a educação para a convivência com o Semiárido, a estruturação fundiária e a assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares.

A iniciativa fomentou, nesse mesmo ano, que Pernambuco tivesse a primeira Política Estadual de Convivência (Lei nº 14.22/2013). O debate resultou também em um Plano para o estado dentro dessa temática, construído a partir de cinco conferências regionais nas regiões dos Sertões Central, do São Francisco, do Araripe, de Itaparica, do Moxotó e do Pajeú, Agrestes Meridional, Central e Setentrional, envolvendo os 122 municípios que compõem o Semiárido pernambucano, inclusive Afogados da Ingazeira sediou o encontro regional.

A ASA se firma como uma rede formada por organizações da sociedade civil, que atuam na criação, na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com o Semiárido.

Atualmente, a ASA se mantém através de apoios de projetos de organismos da ONU, como FAO, Fida, Unicef, e também da cooperação internacional. Hoje, tem uma equipe de 10 pessoas, além de alguns consultores. O contexto rural nesse momento, que a ASA se depara, é bastante vulnerável devido as perdas de políticas públicas, falta de orçamentos e fome. Mas, a ASA continua uma organização social ainda pujante. Devido ao contexto político, há quase nada de investimentos públicos do Governo Federal nas políticas de convivência com o Semiárido (FERNANDA CRUZ, 2021).

As ações da ASA se concretizam nas comunidades, por meio de experiências agroecológicas que envolvem a captação de água de chuva, o cultivo e multiplicação de sementes crioulas, a implementação e o cuidado com os quintais produtivos, o manejo dos recursos naturais e a comercialização, entre outras. Essas práticas são impulsionadas pelos Programas de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que é considerada a ação estratégica guarda-chuva da ASA, de acordo com Barbosa (2021), que vai desencadear quatro frentes de ações programáticas da Articulação: **i) Um**

³⁷Disponível em

<http://www.contag.org.br/arquivos/portal/Diretrizes%20para%20a%20convivencia%20com%20o%20semiario.pdf> Acessado em setembro de 2021.

Milhão de Cisternas (P1MC), ii) Uma Terra e Duas Águas (P1+2), iii) Cisternas nas Escolas e iv) Sementes do Semiárido.

A principal ação da ASA é o Programa “Um milhão de Cisternas”. Obviamente, depois a ASA vai para o P1+2, produção de sementes, mas a principal, principal programa da ASA é esse, P1MC (ANTÔNIO BARBOSA, 2021).

A assessoria técnica de acompanhamento e implementações das ações às famílias é realizada pelas organizações locais de cada município e que, conseqüentemente, fazem parte da ASA, como no caso da Diaconia, Centro Sabiá e Casa da Mulher do Nordeste, como acompanhamento e validação da Comissão Municipal³⁸.

A participação social e comunitária está prevista em todas as etapas de execução da execução e implementação das tecnologias sociais pela ASA. O processo de mobilização tem início com a articulação da Comissão Municipal - instância legítima de controle social dos programas da ASA, responsáveis pelo processo de seleção das famílias, organização dos eventos e acompanhamento das construções com as equipes técnicas das organizações executoras da ação, que existe em cada município. Esta comissão é formada, no mínimo, por três organizações sociais com atuação no município, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios.

Segundo a Cartilha Comunicação População no Semiárido (2018), o surgimento da ASA foi motivado por um desejo coletivo de construir novas formas de organização, que contribuíssem para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas à realidade do Semiárido. “Nessa caminhada, o direito à água ganha o centro das atenções, mas, com ele, são abertas janelas para a luta pela garantia de outros direitos, entre eles, o direito à terra, ao território, à segurança alimentar e à comunicação” (COMUNICAÇÃO POPULAR NO SEMIÁRIDO, 2018).

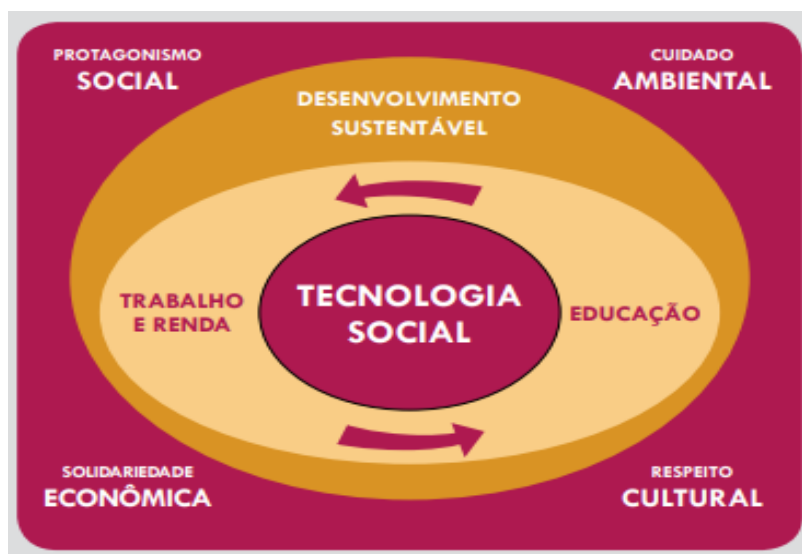
³⁸Em Afogados da Ingazeira, as organizações executoras, e que estão da rede da ASA, são Casa da Mulher do Nordeste, Centro Sabiá e Diaconia. Em cada município, as comissões municipais e comunitárias participam efetivamente do cadastramento e seleção das famílias a partir dos critérios estabelecidos. Estas comissões ajudam a identificar as famílias e comunidades; suas necessidades hídricas e as características do terreno onde as tecnologias serão construídas.

6.2 AS TECNOLOGIAS SOCIAIS³⁹

O **Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)** consiste no armazenamento da água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa, com capacidade de 16 mil litros. Uma tecnologia social de baixo custo, feita de placas de cimento pré-moldadas e construídas ao lado das casas. A cisterna tem o formato cilíndrico, é coberta e fica semienterrada. O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva aproveitando o telhado da casa, que escoar a água através de calhas.

A metodologia de trabalho garante a mobilização e a formação das famílias e comunidades rurais como eixo fundamental da ação do programa. Incluir a participação das famílias em cada etapa do processo contribui para a construção do entendimento de que a água é um direito e a cisterna é uma conquista da família.

Figura 38 - Infográfico para compreender a lógica da tecnologia social



Fonte: Fundação Banco do Brasil (2021).

As etapas de implementação são cadastramento⁴⁰ e seleção de famílias, cursos de Gestão de Recursos Hídricos (GRH), capacitação das Comissões Municipais e

³⁹As tecnologias sociais “visam o desenvolvimento sustentável a partir de fatores importantes como protagonismo social, cuidado ambiental, solidariedade econômica, respeito cultural, trabalho e renda e educação” (TECNOLOGIAS SOCIAIS: COMO OS NEGÓCIOS PODEM TRANSFORMAR COMUNIDADES, 2017).

⁴⁰As comunidades e famílias são selecionadas a partir dos critérios pré-definidos na estrutura do programa e que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Depois de selecionadas as

capacitação de pedreiros em construção de cisternas domiciliares e por último a construção da cisterna. Faz parte da estratégia de mobilização das famílias que elas apresentem uma contrapartida para a construção da tecnologia, que geralmente é a mão de obra. Segundo Gomes e Heller (2016), o P1MC caracteriza-se como um dos maiores programas mundiais de aproveitamento de água de chuva para consumo humano. O Programa estreia fortemente a comunicação como parte das ações e das dinâmicas da ASA e se consolida como um elo entre a pauta da convivência com o Semiárido e o direito à comunicação, materializado e fortalecido nos processos de mobilização social e participação cidadã.

O **Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)** tem o intuito de ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais para dar conta das necessidades dos plantios e das criações animais. O nome do programa faz jus à estrutura mínima que as famílias precisam para produzirem – o espaço para plantio e criação animal, a terra, e a água para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais.

Os objetivos do P1+2 são promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas. A estratégia para alcançar esses objetivos é estimular a construção de processos participativos para o desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro.

O P1+2 ainda visa a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras do Semiárido em situações de insegurança alimentar, a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica. O Programa se baseia nos seguintes princípios e estratégias metodológicas⁴¹, como processos formativos, protagonismo dos agricultores e atividade produtiva com base na Agroecologia.

Para executar o Programa, precisa ser cumprido algumas etapas como seleção e cadastramento das famílias⁴²; realização de capacitações como em Gerenciamento da Água para Produção de Alimentos (Gapa), Sistema Simplificado de Manejo da Água (SSMA) e para formação de pedreiros e pedreiras, até chega na fase de implementação

famílias participam do Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) que aborda questões como relacionadas ao Semiárido e ao cuidado com a cisterna e a água.

⁴¹Fonte: Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc> . Acesso em 10 de outubro de 2021;

⁴²Para ser contemplada, a família precisa atender a critérios como: ter renda per capita familiar de até meio salário mínimo; estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); ter Número de Identificação Social (NIS); possuir cisternas de água para consumo humano; ser beneficiada ou vir a ser com prioridade no caso de extrema pobreza. **As famílias chefiadas por mulheres, com crianças de 0 a 6 anos, crianças frequentando a escola, pessoas com 65 anos ou mais e com deficiência física e/ou mental devem ser atendidas em caráter de prioridade.**

das tecnologias, além de momentos formativos sobre a lógica e a proposta da convivência com o Semiárido.

Ressalta-se, aqui, que as tecnologias sociais que captam e guardam água da chuva para produção de alimentos são variadas e levam em consideração as características do local onde vão ser implementadas e a sua interação com a estratégia utilizada pela família para produzir, bem como a vocação produtiva da família e da comunidade. Entre as tecnologias estão cisterna-calçadão⁴³, Barragem subterrânea, tanque de pedra ou caldeirão, bomba d'água popular, barreiro-trincheira, barraginha e cisterna-enxurrada⁴⁴.

A cisterna-calçadão é a tecnologia mais popular e mais implementada nas comunidades. Ela capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m² construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil litros.

Outras estratégias que estão inseridas no escopo do P1+2 são os intercâmbios e as sistematizações de experiências, um dos principais componentes do Programa. Eles proporcionam momentos de partilha, troca e construção de conhecimentos entre agricultores e agricultoras de comunidades, municípios, territórios e estados diferentes do Semiárido.

De acordo com Alexandre Pires (2021), é do reconhecimento do papel e do protagonismo das famílias agricultoras nos processos e nas dinâmicas da ASA, bem como no trabalho em casa e na comunidade pelas famílias agricultoras, que surge a expressão “agricultor experimentador”.

O quarto Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (Econasa) realizado, na cidade de Campina Grande em 2003, trouxe a noção de agricultor experimentador. Foi um momento auge e definidor da metodologia política da ASA em que os agricultores e as agricultoras são o centro de sua ação, pois os primeiros Econasas, participavam apenas técnicos. A Carta Política⁴⁵ do evento trazia ainda a importância e protagonismo dos agricultores e das agricultoras das dinâmicas da ASA, nas suas comunidades e em seus territórios. São agricultores e agricultoras inovadores, produtores, empreendedores, que estão mostrando de forma concreta, que é possível conviver com o Semiárido. São experiências desenvolvidas com base em iniciativas de inovação técnica e sócio-organizativa de milhares de famílias e centenas de grupos comunitários, cooperativas, associações, sindicatos, a partir das quais se pode extrair ensinamentos para a formulação de políticas públicas orientadas para a

⁴³. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. O calçadão também é usado para secagem de alguns grãos como feijão e milho, e raspa de mandioca. A água captada é utilizada para irrigar quintais produtivos: plantar fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, e para criação de animais.

⁴⁴Saiba mais sobre essas tecnologias sociais em <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>

⁴⁵Para acessar a Carta Política na íntegra do quarto Enconasa: https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta_politica.pdf

promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola em convivência com o Semiárido (ALEXANDRE PIRES, 2021).

Nesse caminho, Antônio Barbosa (2021) ressalta a importância do agricultor experimentador para o território, para a assessoria técnica e para a ASA na perspectiva da convivência com o Semiárido:

O resultado do diálogo entre agricultores e agricultoras e técnicos e técnicas é bastante positivo. Da mistura do conhecimento popular com o técnico - produzido por organizações da sociedade civil, universidades e centros de pesquisas - geram soluções inovadoras para a convivência com o Semiárido e com impactos positivos na vida das famílias. Os agricultores e as agricultoras são consideradas como agentes portadores e construtores de conhecimento. A ideia é romper com a lógica da ciência positivista que considera que as comunidades estão sempre em desvantagem e precisam de ajuda externa; e promover o diálogo entre os diversos conhecimentos e saberes existentes nas comunidades para encontrar soluções e estratégias de convivência com o ambiente (ANTÔNIO BARBOSA, 2021).

Antônio Barbosa (2021) ainda acrescenta:

A expressão “agricultores experimentadores” surge sim a partir da ASA. Nesse caso, os intercâmbios são centrais, o que vai acontecer a partir do quarto Encontro Paraíba, quando a ASA muda sua estratégia e passa a ter na centralidade a ação e conhecimento das famílias agricultoras. Isso também se inspira no método campesino a campesino utilizado em especial na Nicarágua (ANTÔNIO BARBOSA, 2021).

Os agricultores experimentadores são conhecedores do Semiárido, são homens, mulheres, jovens, anciãos, que ao longo de suas vivências, acumularam saberes, interpretaram o lugar e hoje utilizam tanto desses conhecimentos tradicionais quanto de informações científicas e meteorológicas, químicas, físicas, entre outros. Questionam e refletem sobre a realidade do lugar e partir de seus aprendizados desenvolvem suas estratégias de Convivência com o Semiárido.

A sistematização de experiências é um importante instrumento pedagógico de construção coletiva do conhecimento e de comunicação no P1+2. Resulta das experiências de convivência com o Semiárido e potencializa a divulgação das iniciativas bem-sucedidas no campo da agricultura familiar entre as comunidades, entre outros territórios, entre outros estados.

A sistematização torna-se um espaço importante e momento da gestão do conhecimento, e ainda como meio de construção e divulgação de informações para serem disseminadas nos diversos canais de comunicação da Articulação. (FERNANDA CRUZ, 2021).

Sobre o **Programa Cisternas nas Escolas**, ele tem como objetivo levar água para as escolas rurais do Semiárido, utilizando a cisterna de 52 mil litros como tecnologia social para armazenamento da água de chuva. A chegada da água na escola tem um significado especial porque possibilita o pleno funcionamento deste espaço de aprendizado e convivência mesmo nos períodos mais secos. A iniciativa também abrange escolas dos estados do Semiárido que não têm acesso à água e que foram mapeadas pelo Governo Federal. Essa lista inclui as escolas localizadas em aldeias indígenas e comunidades quilombolas, que devem ser priorizadas nas ações do Programa.

Não simplesmente construir e entregar a cisterna na escola. Dentro da sala de aula, a chegada da cisterna possibilita que os conteúdos estudados tenham a ver com a realidade local. Os professores e alunos têm uma oportunidade de debater sobre a questão da água no Semiárido não a partir da perspectiva da escassez e da falta, mas a partir de uma visão crítica sobre a histórica concentração da água, fruto da forte desigualdade social da região e do país. Essa visão crítica também desmistifica a imagem do Semiárido como um local inóspito e sem vida.

Entre as atividades previstas para a implementação do Programa Cisterna nas Escolas estão a seleção e cadastramento das escolas em comunidades sem sistemas de abastecimento regular de água potável, com nível alto de semiaridez e grande número de crianças; realização de capacitações como oficinas e reuniões para diferentes públicos; e momentos de encontros em diversas esferas – local, territorial e microrregional – com o objetivo de envolver os sujeitos que devem protagonizar a ação, incluindo os pais e a comunidade local, estimulando o envolvimento de todos aos preceitos da convivência com Semiárido.

Já o **Programa Sementes do Semiárido** reforça a cultura do estoque, desta vez, das sementes crioulas. Além de infraestrutura para estocar água para beber e produzir, as famílias são apoiadas na sua prática de guardiães das sementes crioulas.

De acordo com a região do Semiárido, as sementes crioulas também são conhecidas como Sementes da Paixão, da Resistência, da Gente, da Fatura, da Vida. Variados nomes que simbolizam a relação de afeto das famílias agricultoras e populações tradicionais pelas sementes que as acompanham há gerações.

Segundo a coordenadora da Diaconia (Escritório de Afogados da Ingazeira, Ita Porto⁴⁶, a concepção educativa a ser implementada pelo Programa Sementes do Semiárido, a exemplo do P1MC e do P1+2, traz novos olhares e concepções para dentro do Semiárido.

O programa possibilita uma visão holística sobre a realidade e as políticas de convivência entre as pessoas e o semiárido, numa relação sustentável e complementar, valorizando os conhecimentos produzidos por agricultores e agricultoras através da troca horizontal de saberes e da sistematização de experiências vinculadas à produção de alimentos, manejo da agrobiodiversidade e outras estratégias que garantam autoestima para as famílias e uma nova imagem do semiárido brasileiro (ITA PORTO, 2021).

Entre as etapas e momentos previstos no Programa estão o i) cadastramento⁴⁷ de famílias integrantes de bancos e casas comunitárias de sementes. Em um primeiro momento a proposta é identificar iniciativas existentes, casas e bancos que possam ser apoiados tanto no campo da gestão quanto em infraestrutura, contudo, serão também apoiadas iniciativas de estruturação de novos bancos e casas de sementes; ii) realização de capacitações técnicas, como Capacitações das Comissões Municipais, Capacitação em Gestão Comunitária da Diversidade de Sementes, e Capacitação Territorial sobre Seleção, Produção e Multiplicação de Sementes; iii) formação regional de equipes; iv) realização de visitas de intercâmbios entre experiências, entre agricultores, entre comunidades; v) implementação dos bancos e casas de sementes; vi) sistematização de experiências.

Para Naidson Batista, as tecnologias sociais não só mudaram a realidade do Semiárido, mas mudaram a vida das famílias, as oportunidades, os acessos, os sonhos.

As passam a ter água potável a alguns passos. Não se faz mais necessário o sacrifício do deslocamento de quilômetros para buscar água para fazer um café, cozinhar e beber. Em vez de grandes açudes, muitas vezes construídos em terras particulares, as cisternas estocam um volume de água para uso de cada família (NAIDSON BATISTA, 2021).

⁴⁶Entrevista concedida a este pesquisador em agosto de 2021 via mensagem de texto do WhatsApp, devido ao contexto de pandemia da Covid-19.

⁴⁷As comissões municipais e comunitárias participam efetivamente do cadastramento das famílias que fazem parte dos bancos e casas comunitários. Serão priorizadas famílias e comunidades que já acessaram água para beber e produzir e também serão observados os critérios vigentes para os demais programas da ASA: mulheres chefes de família; existência de crianças de zero a seis anos de idade; crianças e adolescentes matriculados e frequentando a escola; adultos com idade igual ou superior a 65 anos e deficientes físicos e/ou mentais. Na identificação das famílias também conta a existência de alguma prática de estoque familiar ou coletivo de sementes.

Para Alexandre Pires (2021), além da água para beber e para o uso diário, as cisternas armazenam também a possibilidade de geração de renda através da agricultura e pecuária familiar, garantindo o sustento dessas famílias e viabilizando a economia regional. “Para milhares de famílias, essas cisternas são sua única fonte de água. Até hoje, mais de 1 milhão de cisternas já foram construídas por todo o Nordeste e norte de Minas Gerais. No entanto, é preciso muito mais” (ALEXANDRE PIRES, 2021).

O surgimento da ASA foi motivado por um desejo coletivo de construir novas formas de organização, que contribuíssem para o desenvolvimento de políticas públicas adequadas à realidade do Semiárido. Nessa caminhada, o direito à água ganha o centro das atenções, mas, com ele, são abertas janelas para a luta pela garantia de outros direitos, entre eles, o direito à terra, ao território, à segurança alimentar e à comunicação (COMUNICAÇÃO POPULAR NO SEMIÁRIDO, 2018).

6.3 LEGADO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O PROTAGONISMO DAS AGRICULTORAS

Todos esses marcos, momentos e execução dos programas e implementações das tecnologias, desde o seu surgimento da ASA, tiveram um papel relevante, bem como as contribuições das organizações da sociedade civil, que compõem essa articulação, principalmente no incentivo à construção de políticas como na garantia de direitos. As organizações Casa da Mulher do Nordeste, Diaconia e Centro Sabiá caminham nessa conjuntura e dinâmicas da ASA.

É nesse sentido que o paradigma da convivência com o Semiárido é diferente no que diz respeito à gestão, pois apenas do Estado que norteava as políticas para a região semiárida do Nordeste brasileiro, trazendo o combate à seca, o enfretamento ao natural, cíclico.

Nas últimas décadas as organizações da sociedade civil ganham espaço e destaque, fundamentando-se na compreensão e lógica da convivência. As organizações têm alcançado ganhos nas políticas para o Semiárido. Na perspectiva de convivência, essas organizações atuam e contribuem por meio de assessorias técnicas e isso diferente do paradigma do combate; trabalham compreendendo a realidade e o contexto na qual se inserem às famílias agricultoras (ALEXANDRE PIRES, 2021).

Nessa perspectiva, a jornalista Verônica Pragana⁴⁸, que integra a Assessoria de Comunicação da ASA (ASACom), ressalta a formação da Articulação como uma rede

⁴⁸Entrevista concedida a este pesquisador pelo WhatsApp, devido ao contexto de pandemia da Covid-19 em setembro de 2021.

formada por pessoas, famílias agricultoras, e pelas organizações. É aí que está a diferença na trajetória da ASA.

Quando penso a ASA, algo muito marcante diz da força que esta rede tem. É uma rede formada por pessoas espalhadas em todo o Semiárido. Agricultores/as familiares, famílias quilombolas, comunidades tradicionais se dizem ASA. Se identificam com a ASA. Veem a ASA como algo que faz parte de suas vidas. Não é algo distante, à parte, separado. Isto é a grande força da ASA. Esta identidade ASA que está nas pessoas (VERÔNICA PRAGANA, 2021).

Sobre essa valorização dos povos⁴⁹ que habitam o Semiárido, Alexandre Pires (2021), enfatiza que

a ASA compreendeu também que seria importante a gente mostrar pra sociedade brasileira e também para o próprio povo do Semiárido; o semiárido a partir do seu povo, a partir das potencialidades, a partir dos aspectos da cultura, dos conhecimentos e dos valores (ALEXANDRE PIRES, 2021).

Nas últimas décadas, houve avanços quanto a participação e intervenção das organizações da sociedade civil nas políticas para o Semiárido. Essas conquistas estão ligadas às implementações e alternativas de tecnologias sociais, como por exemplo as cisternas, para uma transformação e mudança de vida das famílias agricultoras beneficiadas.

Essas mudanças estão atreladas a partir da participação das famílias agricultoras nos espaços de discussão e decisão no âmbito das dinâmicas da ASA, sobretudo das mulheres, como destaca Neidson Baptista (2021):

A ASA desde o início priorizou as agricultoras, que as famílias fossem nominadas pelas mulheres. Inclusive, por exemplo, quando nós fizemos os critérios de priorização se você tivesse, por exemplo, uma família com quatro crianças, duas famílias com quatro crianças e uma delas fosse chefiada por mulheres essa daí teria prioridade no receber a cisterna (NEIDSON BATISTA, 2021).

Colaborando com as ideias apresentadas, Peixoto (2008) aborda que essas experiências, como da ASA, têm ainda “um caráter educativo que o serviço de extensão rural, normalmente, não desempenha. Nessa mesma direção, Callou et al (2008) coloca a ação das organizações, a exemplo da ASA, não se sumiria mais ao simples processo de transmissão do conhecimento do extensionista para o agricultor, mas sim utilizar métodos participativos, e promover e fomentar a participação das famílias agricultoras em importantes espaços político-institucionais.

⁴⁹ Os movimentos sociais orientam e reconhecem que devem ser usados no plural (povos) devido à diversidade da população que habitam e vivem no Semiárido, como agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, indígenas.

São elas conscientes dos problemas socioeconômicos e políticos gerados pela indústria da seca. Ao se engajarem e participarem ativamente na busca da mitigação dos efeitos das estiagens, elas se envolvem na construção do paradigma da convivência, como afirma a jovem agricultora da comunidade rural Pajeú Mirim de Afogados da Ingazeira, Tatiana Faustino⁵⁰:

Participar de atividades ligadas à ASA mudou minha concepção, e minha participação e atuação política. Eu comecei a participar dos conselhos do município, conselho de segurança alimentar, nutricional; a participar de outros movimentos, como das lutas dos camponeses e negros, dos movimentos de cultura. Comecei a ter outra relação com o meu território, que antes eu não tinha essa relação. Meu olhar foi bem ampliado e eu comecei a participar e interagir, junto à sociedade nessa construção popular, onde as pessoas e os sujeitos levam suas vozes, levam suas questões, problemas e soluções também. Ajudando a construir um Semiárido vivo, forte (TATIANA FAUSTINO, 2021).

As agricultoras do Semiárido possuem uma íntima ligação com a água. Secularmente eram invisíveis na “problemática da seca”, seu trabalho na roça ou em casa era visto como “ajuda”. Nem sempre estiveram conectadas e amparadas com as benesses trazidas pelos movimentos emancipatórios.

Nos programas da ASA, as agricultoras são prioritárias e elementos importantes na seleção para receberem o benefício. Tanto no P1MC como no P1+2, elas são critérios, ou seja, só recebe as tecnologias a família que tem a mulher como chefe do lar.

Passei a conhecer a ASA do Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC. Ela traz um marco muito forte, permitiu nosso acesso à água de beber, né? E, a gente tinha que caminhar, caminhar muito pra pegar essa água de beber. Tanto água de cacimba como também água de poço. Às vezes, a gente ia de carro de boi, às vezes ia buscar na cabeça mesmo, ou então (risos) esperava a chuva chegar e aparar água do telhado no tambor. Então, a ASA escreve uma nova história, nossa vida, que foi o acesso ao direito a água de qualidade. É até difícil falar assim, o valor da ASA, porque não é só um valor. É um direito garantido, assim, do acesso a água de qualidade. A ASA traz uma mudança muito grande pra minha vida, assim, enquanto mulher, enquanto criança que tinha que garantir essa água em casa. Garante não só o acesso, mas também uma vida mais digna, menos sofrida (TATIANA FAUSTINO, 2021).

Para Ita Porto (2021), a perspectiva da convivência com o Semiárido torna-se visível e protagonista a agricultora em sua casa, em sua comunidade, em seu território.

São elas que participam das comissões, dos movimentos, das associações. São elas que por muitos anos andaram quilômetros e mais quilômetros com lata d'água na cabeça. Por isso, o fim das longas caminhadas, com peso da lata na cabeça, propiciado pelas cisternas. Porque são elas as primeiras a serem impactadas com as realidades de injustiças sociais, econômicas e ambientais da

⁵⁰Entrevista concedida a este pesquisador pelo WhatsApp, devido ao contexto de pandemia da Covid-19 em agosto de 2021.

lógica tradicional de combate à seca; e as mais interessadas em saírem dos ciclos de pobreza e opressão. São as mulheres as primeiras a serem abandonadas pelos companheiros, a sentirem os impactos da falta de alimento e água. São elas que gerenciam as crises e que acham soluções de otimização do uso da água, dos alimentos, da energia, etc. E, são as mulheres que têm uma capacidade de compaixão com a situação de crise das pessoas. É necessário cada vez mais que as mulheres sejam reconhecidas como agentes de espaços públicos, por sua luta pela terra, pela água e pelo acesso aos programas de convivência com o Semiárido (ITA PORTO, 2021).

Alexandre Pires (2021) também acrescenta a importância das mulheres na gestão do conhecimento e ainda reforça porque elas são as primeiras a aderirem as dinâmicas da ASA:

Ao participar das dinâmicas da ASA, as agricultoras passaram a incorporar novas relações de saber e poder. Passam a sustentar a unidade familiar, como por exemplo com a produção e comercialização dos produtos dos seus quintais produtivos, participando das feiras agroecológicas na sede da cidade, ou enverando por um novo ofício: pedreiras das cisternas de placas. É importante ressaltar o papel da mulher nesse processo. Além de ser um dos primeiros critérios de escolha, elas também participam ativamente nas associações e se envolvem desde a mobilização até na implementação e construção das tecnologias sociais. As agricultoras se mostram mais abertas às inovações e possibilidades de mudanças (ALEXANDRE PIRES, 2021).

A agricultora da comunidade Laje do Gato, município de Afogados da Ingazeira, Lucineide Cordeiro⁵¹, é assessorada pela organização Casa da Mulher do Nordeste, além de ser contemplada com as tecnologias sociais, participa das dinâmicas da ASA.

Receber as tecnologias foi um divisor de água, literalmente (Risos). Eu tive o prazer de receber em 2013 ser contemplada com a Cisterna de primeira água, a do PIMC, que foi um projeto da ASA assessorado pela Casa da Mulher. Quando a Casa chegou junto com a ASA trazendo o projeto foi algo divisíssimo para a minha comunidade, porque a gente ia pegar água a quase um quilômetro, né? Pra abastecer a casa, pra abastecer aqui pra o consumo da família. E, através da cisterna isso melhorou muito. Depois, com o passar do tempo, a gente também recebeu a segunda água pra produção, o P1+2. A gente tava muito feliz, porque a gente pôde ter a água de beber e cozinhar, e a água da produção. Como nós estamos num lugar de semiárido, com escassez de chuva, na verdade só temos três a quatro meses que chove bem, o restante é tudo seco. Aí a gente faz o possível para aproveitar a água que vem, que cai do céu pra gente. Quando chove a gente tanto enche a cisterna calçadão como a cisterna de enxurrada, passamos de seis a oito meses com estoque de água (LUCINEIDE CORDEIRO, 2021).

Além de ter sido contemplada com as cisternas e participar do grupo de mulheres assessorada pela Casa da Mulher, também foi implementada na área de Lucineide o sistema de reuso de água, plantio em consórcios, aquaponia⁵², biodigestor⁵³ e produção de

⁵¹Entrevista concedida a este pesquisador pelo WhatsApp, devido ao contexto de pandemia da Covid-19 em agosto de 2021.

⁵²O sistema de aquaponia integra o cultivo de peixes e hortaliças em sistemas de recirculação de água e nutrientes, sendo uma alternativa de renda para as famílias agricultoras do Semiárido.

algodão agroecológico. As Figuras 38 e 39 mostram como sua área de atividade produtiva e um tanque de peixe, ambos implementados através dos programas da ASA.

Figura 39 - Lucineide em sua propriedade na zona rural de Afogados da Ingazeira



Fonte: Acervo Pessoal: Lucineide Cordeiro (2021).

Figura 40 - Agricultora Lucineide no tanque de peixes



Fonte: Acervo Pessoal: Lucineide Cordeiro, 2021.

⁵³É uma tecnologia social que possibilita a decomposição fezes de animais produzindo biogás e biofertilizante.

A agricultora da comunidade de Lajedo, zona rural de Afogados da Ingazeira, Hosana Feitosa⁵⁴, também recebeu as mesmas tecnologias e serviços de Lucineide. Hosana recebe assessoria técnica pela Diaconia e exalta a importância da ASA e da organização no território:

A Diaconia, sendo fazendo parte da ASA, foi a melhor coisa que aconteceu. Na minha vida e na vida da minha em comunidade e na vida da minha família. Porque a gente tem um acompanhamento da Diaconia, vendo o lado dos agricultores, o lado das mulheres e assim é muito importante muito, muito mesmo. Eu não me imagino hoje sem a Diaconia na minha comunidade, ela tem mudado, não só a minha vida, mas a vida de todas as mulheres, das agricultoras e agricultores. Participar desses espaços tem nos incentivando a lutar pelos nossos direitos, a conquistar nosso lugar. Mesmo nessa pandemia não tem deixado a gente de lado, tem nos ajudado de muitas formas. É um trabalho muito, muito, muito importante nas comunidades, nos grupos de mulheres sim e na minha vida não tem nem explicação (HOSANA FEITOSA, 2021.)

Todo esse contexto retrata como as mulheres têm um papel fundamental nos processos e dinâmicas da ASA e de suas organizações locais. Ao mesmo tempo, confirma como elas são fortes, encorajadas e fazem a diferença na vida da família, da comunidade do território. Por muitos anos foram “as viúvas da seca”⁵⁵. Hoje, protagonizam suas histórias com a agricultura familiar e com a convivência com o Semiárido, a exemplo das Figuras 36 e 37 que retrata a participação e o envolvimento da agricultora, Hosana Feitosa, nas atividades produtivas da sua área rural.

⁵⁴Entrevista concedida a este pesquisador pelo WhatsApp, devido ao contexto de pandemia da Covid-19 em agosto de 2021.

⁵⁵Alusão ao livro “Viúvas da seca” (Edições Rebento, 1999), remetem as agricultoras que ficam em suas casas, em suas terras, enquanto seus esposos migravam para os grandes centros urbanos em busca de trabalho, da sobrevivência da família nos períodos de seca. A viuvez está ligada à solidão, a perda mesmo que temporária do esposo, a dor da partida; a espera de uma carta, de notícias do marido.

Figura 41 - Agricultora Hosana recebendo em sua área assessoria técnica



Fonte: Acervo Pessoal: Hosana Feitosa (2019).

Figura 42 - Agricultora Hosana em manejo da produção do algodão agroecológico



Fonte: Acervo Pessoal: Hosana Feitosa (2019).

7 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO À MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Toda trajetória da ASA, bem como suas ações e programas, tem como elemento importante a comunicação.

A ASA acredita no poder dessa comunicação que não apenas informa, mas mobiliza pessoas e é capaz de defender uma causa e projetar uma ideia do povo para o povo. Por isso, ao longo de sua trajetória, vem investindo numa comunicação para além do instrumental, focada em formações, oficinas, sistematizações de experiências, valorização da cultura local e, sobretudo, no trabalho em rede. Uma comunicação que expressa e fortalece o que é desenvolvido pelas comunidades, experiências que vêm sendo reconhecidas pela sua importância e multiplicadas Semiárido afora (COMUNICAÇÃO POPULAR NO SEMIÁRIDO, 2018).

Alexandre Pires (2021) aponta que a comunicação tem uma contribuição na construção de narração própria da ASA para o Semiárido, a partir do local, dos povos, das culturas.

Uma comunicação que se baseia na contra narrativa do que foi construído historicamente para mostrar para o próprio povo do Semiárido e para a sociedade brasileira, que esse é um lugar de pessoas com muito conhecimento, de pessoas com uma carga cultural muito forte, seja do ponto de vista do folclore, seja do ponto de vista dos seus hábitos culinários, dos seus hábitos de relação com a natureza, dos seus rituais, das suas culturas. Ajuda na construção afirmativa do Semiárido como um lugar onde tem muitas potencialidades. Por exemplo, a Caatinga é um bioma que, predominantemente, é do Semiárido, embora a gente tenha uma parte do Cerrado também, mas que a Caatinga tem uma força, do ponto de vista da biodiversidade, dos recursos genéticos, dos vegetais, principalmente, disponíveis. É o semiárido mais chuvoso do planeta (ALEXANDRE PIRES, 2021).

Nesse sentido, tal entendimento, é confirmado por Prazeres (2009), quando afirma que as coisas não estão descoladas, como comunicação e projeto político. E, a comunicação é um dos pilares da atuação política de organizações e movimentos sociais. Contribuindo com esse debate, Ita Porto (2021) acredita que a construção da nova narrativa proposta pela ASA contribui na consolidação do discurso e da perspectiva da convivência com o Semiárido, de uma posição política frente ao paradigma do “combate à seca”.

É preciso influenciar as narrativas históricas que construíram o estereótipo das pessoas que vivem no Semiárido. Desconstruí-las necessita evidenciar novas e outras narrativas que traduzam os modos de vida a partir dos princípios da convivência com o Semiárido, seja no âmbito da relação com a produção ou da organização social (ITA PORTO, 2021).

É nesse caminho que se firma a construção de duas perspectivas: a do combate à seca e a da convivência com o Semiárido. Assim afirma a jornalista do Centro Sabiá, Rosa Sampaio⁵⁶, a primeira narrativa impera há anos sobre a região:

A gente tem duas narrativas sobre o Semiárido. A gente tem uma narrativa negativa, construída há séculos, que é a narrativa da fome, do flagelo, da seca. E, as pessoas também começaram a pensar "não, peraí, o meu território não é isso", né? Por isso, a importância de construir narrativa a partir do olhar de quem está dentro, de quem vive naquele local. E, a comunicação é um processo importante nessa identidade, que ela vai construir essa narrativa. Ela vai desconstruir narrativa de um olhar sudestino, de um olhar da capital, outros olhares sobre meu território que me coloca de uma identidade que eu não me vejo, ou seja, como um morto de fome, como um flagelado. Quando eu reconstruo essa narrativa, eu desconstruo também essa narrativa fomentada pelos grandes meios de comunicação por décadas (ROSA SAMPAIO, 2021).

De fato, a convivência com o Semiárido é um paradigma, porque surge para responder de modo mais adequado às questões postas em jogo em um determinado momento histórico. Tendo em vista que o paradigma antigo, que é o do combate à seca, não dá mais conta de atender às necessidades específicas de explicar uma série de questões, tanto de ordem teórica como metodológica (KUHN, 200). Ou seja, parece que o combate à seca não se sustenta mais enquanto uma ordem social e política e não responde aos anseios e demandas estruturais e sustentáveis do Semiárido.

Em relação à comunicação, Naidson Batista (2021) também resgata a importância dessa área para a ASA:

A comunicação da ASA é casada com a proposta da ASA. Num é a comunicação pela comunicação, mas é a comunicação a serviço de um projeto, um projeto de libertação das pessoas, das comunidades, do povo do Semiárido, o projeto de mudanças sociais: é o projeto da convivência com o Semiárido (NAIDSON BATISTA, 2021).

Ainda de acordo com Naidson Batista (2021), foi a comunicação que deu voz aos povos do Semiárido:

A comunicação atuou muito na perspectiva de tornar possível a fala dos agricultores e das agricultoras. Essas falas a que eu me refiro são falas dos homens e mulheres que sempre foram silenciados pelo poder, pelas oligarquias do Semiárido (NAIDSON BATISTA, 2021).

Em alinhamento as ideias apontadas anteriormente, para Callou e Tauk Santos (2013 essa comunicação voltada aos contextos rurais é um esforço interativo de organizações não governamentais com a população rural no sentido de promover

⁵⁶Entrevista concedida a este pesquisador em plataforma de web-conferência em outubro de 2021, devido ao contexto de pandemia da Covid-19.

mudanças sociais. Essas mudanças variam desde a legitimação de políticas às tentativas de transformações estruturais do sistema socioeconômico do meio rural. Para os autores, acha-se embutida a noção de desenvolvimento.

Essa comunicação para a ASA torna-se um direito. Em sua caminhada, as ações de comunicação têm contribuído com a construção de diálogos, nas comunidades, sobre a realidade das famílias. A jornalista, Verônica Pragana amplia essa compreensão:

O direito à comunicação perpassa toda a ação prática e trajetória da ASA. O entendimento da comunicação como direito das pessoas existe nas ações que são promovidas junto às famílias. No entanto a compreensão de que os direitos são inseparáveis e que, por isso, precisamos lutar pelo direito à comunicação tanto quanto defendemos a terra e a água, ainda é algo que precisa ser amadurecido (VERÔNICA PRAGANA, 2021).

Nessa mesma perspectiva compreendendo o trabalho da ASA em campo como prática extensionista, Callou e Saraiva (2009) reforçam que a extensão rural contemporânea exige planejar as estratégias de comunicação, pois é por meio delas que é possível instaurar processos de mobilização e participação dos atores locais em suas diferentes instâncias, até como uma ação política. Nesta mesma direção, Prazeres (2009) ressalta que as coisas não estão descoladas. Comunicação e projeto político, e a comunicação é um dos pilares da atuação política de organizações e movimentos sociais. A comunicação torna-se um instrumento da ação político da Articulação na promoção e operacionalização das suas ações junto às comunidades rurais.

Fernanda Cruz (2021) reforça esse entendimento colocando que: “as conquistas são muitas nessa comunicação (popular) que, a cada passo dado, fortalece a luta pela efetivação do direito à comunicação e outros direitos. Essa compreensão está consonância com Tauk Santos (2016) e Peruzzo (20016), pois as comunidades apropriam-se de meios e formas de comunicação fazendo valer os direitos e deveres de cidadania dos contextos populares. E, conseqüentemente, exercitar a comunicação como um direito humano (PERUZZO, 2016). Essa perspectiva comunicacional se incorpora também às ideias de Paulo Freire (1969) quanto à comunicação dialógica, como transformadora das condições de submissão e dominação. Tal condição remete-se ao paradigma do combate à seca e, conseqüentemente, à Indústria da Seca.

7.1 AS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DA ASA

Ao reconhecer politicamente uma comunicação voltada aos povos do Semiárido e à construção da convivência com o Semiárido, a ASA contribui para a efetivação do direito humano à comunicação e na execução e operacionalização das suas estratégias de comunicação a partir de todo o conjunto de suas ações.

Ampliando esse entendimento, a jornalista Fernanda Cruz (2021) discorre que:

Graças à capacidade de descentralização e capilaridade da ação da ASA, são criados instrumentos de comunicação e novos canais para a troca de saberes, como estratégias de comunicação de atuação e projeto político da ASA. A Articulação reconhece que os sujeitos das suas ações não são meros receptores de informação e conteúdo, mas também produtores e multiplicadores de conhecimentos (CRUZ, 2021).

Para Neidson Batista (2021), as estratégias de comunicação são primordiais na consolidação do paradigma da convivência com o Semiárido e na construção da imagem, de um novo pensar e olhar para a região:

Foi a comunicação como elemento importante e estratégico que apoiou e projetou a ASA para a comunidade brasileira e essa perspectiva do Semiárido para o mundo, porque ela sempre trabalhou uma mudança de imagem. Eu acho que é estratégico na comunicação é a mudança de imagem, a mudança de paradigma do que é colocado como Semiárido. Então, nós saímos da ideia de um Semiárido chão rachado, de um Semiárido de pobres, de miseráveis, de esmolé para um Semiárido bonito, onde as pessoas são sujeitas de seu caminho, de sua história, onde elas produzem conhecimento, onde elas vivem e podem ser felizes. Esse confronto, vamos dizer, ou essa substituição de imagens foi feito em todos os trabalhos da ASA, mas a comunicação teve um processo vital (NEIDSON BATISTA, 2021).

Em consonância, Ribeiro (2000) chama à atenção de que a comunicação favorece a mobilização, seja material – como os instrumentos e meios, ou simbólico – a própria compreensão e assimilação do paradigma da convivência, ligada à transformação social. E assim, uma nova perspectiva se insere de forma enfática no cotidiano e nas estratégias de comunicação dos movimentos sociais (RIBEIRO, 2000).

As estratégias de comunicação da ASA não estão sistematizadas em um único documento, mas sim em diversas publicações e cartas políticas como dos EnconASA ao longo das duas últimas décadas de existência da ASA. “Nós não temos uma política de comunicação formal e institucionalizada. Temos valores e orientações que foram compilados na cartilha numa cartilha sobre comunicação popular” (FERNANDA CRUZ, 2021).

A estratégia de comunicação da ASA tem a ver com a sua essência, seu jeito de ver o Semiárido. As ações são propostas a partir do jeito que vemos o mundo, a partir da nossa visão. A principal estratégia de comunicação está no DNA da ASA. E, por isso, ela está muito arraigada no “ser ASA”. É indissociável. A ASA defende a convivência baseada na crença de que o Semiárido tem solução e esta solução deve ser construída de dentro pra fora. Esta visão guia a forma como a ASA se posiciona no mundo e expressa sua leitura, críticas e propostas para a construção da convivência (VERÔNICA PRAGANA, 2021).

Fernanda Cruz (2021) ainda complementa sobre a construção das estratégias de comunicação e como elas são utilizadas para fins da missão da ASA:

Dividimos as estratégias de comunicação em Incidência Política; Fortalecimento Institucional; Produção de Conteúdo; e Fortalecimento da Comunicação Popular e Comunitária. Isso teve origem em um planejamento estratégico anos atrás. Temos várias linhas e com isso objetivos diferentes no que dizem respeito aos resultados das estratégias, do que esperamos com elas, como captação de novos parceiros e doadores; visibilizar as nossas ações, o Semiárido e seu povo; e incidir sobre governos e políticas públicas (FERNANDA CRUZ, 2021).

Nesse mesmo caminho, Peruzzo (2016) reforça também que a comunicação é um grande potencial para contribuir na efetivação dos objetivos, metas e missão das organizações. Para a autora, é uma comunicação “protagonizadas pelos autores que fazem parte de suas dinâmicas de trabalho, feito por ele e para eles e por aliados organicamente a seus propósitos” (PERUZZO, 2016, p. 5).

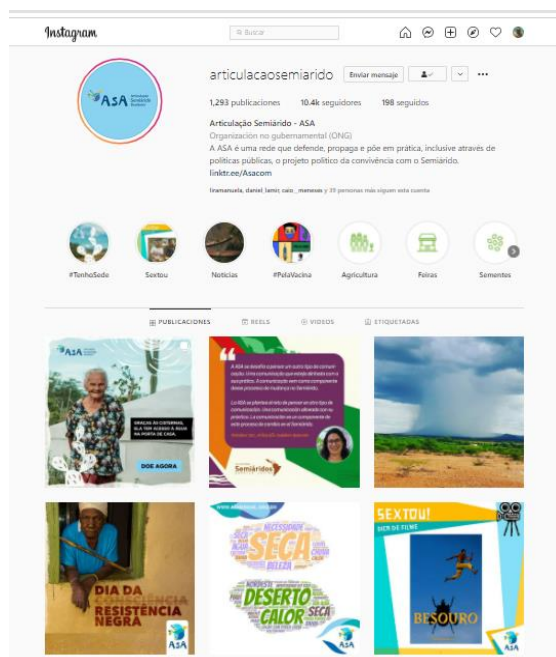
A incidência política e o fortalecimento institucional permeiam todas as demais estratégias. A produção de conteúdo se estrutura e se ancora a partir dos instrumentos de comunicação da ASA, como as redes sociais (Figura 42), o boletim “O Candeeiro⁵⁷”, o programa de rádio “Riquezas da Caatinga⁵⁸”, os spots, as cartilhas, os vídeos, os banners, os cordéis e o próprio site institucional da ASA (www.asabrasil.org.br), registrado na Figura 43. Já a comunicação popular e comunitária se dá a partir do envolvimento e mobilização da Rede de Comunicadores Populares composta por todos os estados que fazem parte da ASA.

A comunicação é responsável pela elaboração, pela apresentação da missão da ASA, vamos dizer assim. Temos excelentes materiais didático-pedagógicos, de primeira categoria. Temos ainda outros produtos de comunicação, como as nossas cartilhas, os nossos folders. O nosso material de comunicação é um material bonito, bem elaborado, bem pensado. E, sempre numa linha adequado ao Semiárido e adequada às pessoas, aos agricultores e às agricultoras, aos quais eles prioritariamente precisam chegar (NEIDSON BATISTA, 2021).

⁵⁷Para acessar o acesso dos boletins “O Candeeiro”: <https://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro>

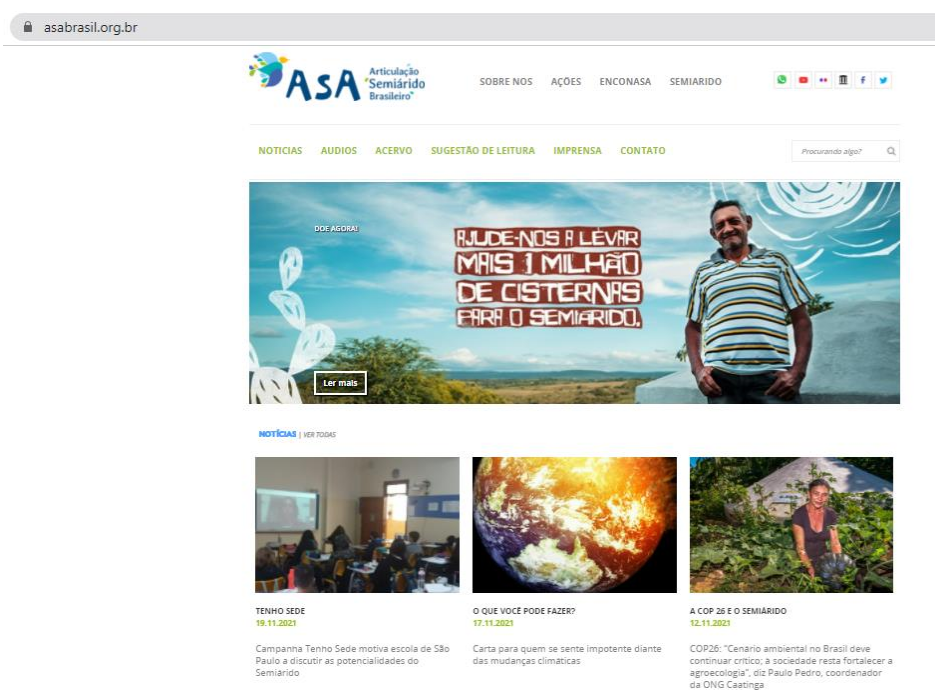
⁵⁸Para acessar os programas “Riquezas da Caatinga”: <https://www.asabrasil.org.br/radio-asa/riquezas-da-caatinga>

Figura 43 - Imagem do Instagram institucional da ASA



Fonte: Instagram da ASA (2021).

Figura 44 - Imagem do site institucional da ASA



Fonte: Site da ASA (2021).

“O Candeeiro” é um boletim impresso de uma página, frente e verso, que tem como objetivo dar visibilidade às experiências de agricultores, comunidades e grupos, no intuito de fortalecer a convivência com o Semiárido. E, sua publicação e impressão era umas das metas de um dos programas da ASA. As Figuras 44 e 45 ilustram como é o modelo e formatação do desse instrumento que se tornou bem popular e acessível nas comunidades rurais do Semiárido a partir das sistematizações de experiências das famílias agricultoras envolvidas nas ações da Articulação.

Configura-se como uma ferramenta de comunicação institucional no fortalecimento das organizações que compõem o coletivo da ASA. Nele, estão sistematizadas as boas práticas junto às famílias agricultoras, com apoio dos comunicadores e comunicadores populares e dos técnicos e técnicas estão as organizações (FERNANDA CRUZ, 2021).

Sobre a ideia apresentada anteriormente por Fernanda Cruz, Neidson Batista (2021) defende que os agricultores e agricultoras se veem nos materiais de comunicação, a partir de suas contribuições na construção e também com depoimentos.

A comunicação trabalha os boletins e outros processos através dos quais as pessoas do Semiárido falam, ou seja, os agricultores e agricultoras se enxergam ali. A comunicação se faz e se constrói a partir e para a convivência com o Semiárido; não é a comunicação de uma cisterna, não é comunicação de um tanque, não é a comunicação de um banco de sementes, mas a comunicação para um projeto maior, universal, para dentro do processo de convivência com o Semiárido (NAIDSON BATISTA, 2021).

Figura 45 - Imagem do boletim “O Candeeiro” de uma experiência em Afogados da Ingazeira

Barragem subterrânea: garantia de alimento para as famílias agricultoras

PE - DIACONIA - Acesso à Água -



Depois de um dia exaustivo de trabalho, o agricultor Denilson de Souza Cardoso (40) ainda precisa enfrentar uma nova maratona: gasta mais duas horas para pegar água na barragem, acerca de três quilômetros de casa, na comunidade de Serrinha, em Afogados da Ingazeira, Sertão do Pajeú. É com essa água que ele mantém viva sua produção de frutas, hortaliças, mandioca e macaxeira, conquistada graças à construção de uma barragem subterrânea pelo P1+2.

Fonte: Site da ASA (2021).

Figura 46 - História de uma família de Afogados da Ingazeira no boletim “O Candeeiro”

Tecnologias sociais e práticas agroecológicas transformam a vida no Sertão do Pajeú

PE - DIACONIA - Acesso à Terra -



Dona Genedite, 50 anos, é agricultora agroecológica da comunidade de Poço do Moleque, zona rural de Afogados da Ingazeira, Sertão do Pajeú de Pernambuco. Produz com o marido, seu Deda, 53, grande variedade de hortaliças, frutas, mel e polpa. Tudo é comercializado nas feiras agroecológicas da região. A família possui tecnologias de convivência com o Semiárido e adota uma proposta de agricultora familiar agroecológica.

Fonte: Site da ASA (2021).

A jornalista Érica Silva⁵⁹, que integra a equipe da ASACom, descreve como é a construção e formatação do boletim “O Candeeiro” e do “Riquezas da Caatinga” para ser acessível às famílias agricultoras:

A ideia do boletim é tornar a linguagem acessível, algo com a linguagem clara, com uma diagramação leve, simples e atraente. Uma forma de chegar as pessoas, mesmo que a pessoa não saiba ler, mas se outra pessoa ler pra ela, ela não vai ter dificuldade de entender aquela mensagem. Com um texto limpo, um texto claro, que fala ali do dia a dia das pessoas, contando sua experiência de dona Maria e seu João, e da família. Já as entrevistas do “Riquezas da Caatinga” trazem dizendo como é que ela faz, como é que ela cultiva, como é que se cria e porque que aquilo é bom, que resultado trouxe e tal. Eu acho que traz do agricultor e da agricultora, esse contato, as experiências dos agricultores e agricultoras que é algo bem interessante. E, o mais importante, que todos esses materiais têm uma abrangem, chega em todos os estados e organizações do Semiárido (ÉRICA SILVA, 2021).

Desde 2005, a ASA produz e disponibiliza o programa audiófônico Riquezas da Caatinga. O objetivo é divulgar a proposta política da convivência com o Semiárido. O produto é disponibilizado mensalmente para rádios parceiras, organizações da Articulação e instituições parceiras em todo o país. “Esses formatos de áudio valorizam a sabedoria das famílias agricultoras, debatem e defendem políticas públicas para o Semiárido e apresentam as belezas e singularidades dos biomas da Caatinga e do Cerrado” (ALEXANDRE PIRES, 2021).

⁵⁹Entrevista concedida a este pesquisador durante o mês de setembro de 2021, via plataforma de web-conferência, devido ao contexto de pandemia da Covid-19.

De forma mais geral, Érica Silva (2021) faz um apanhado de todas as dinâmicas de comunicação, inclusive as redes sociais, e de como tudo isso se espraia nas famílias agricultoras e nos territórios do Semiárido:

A gente produz muito material para as redes sociais, produz muito material para o Spotify, pra outros canais como o YouTube, principalmente nos tempos de hoje devido a esse período da Pandemia, será se tá chegando ao, né? Ao público mesmo. Outra meio interessante é O Candeeiro e quando os programas do Riquezas da Caatinga tocavam na rádio comunitária ou nos programas das organizações que estão na ASA. O Candeeiro tem muito o envolvimento do técnico e técnica de campo. As equipes técnicas pegam o boletim, entrega às famílias e distribui nas comunidades; e as pessoas guardam, colocam no mural da associação, lia, e fazia uma formação mesmo. E, aí acho que são estratégias que de fato elas traduzem bem, assim, esse trabalho de comunicar uma outro Semiárido (ÉRICA SILVA, 2021).

São estratégias, materializadas nos instrumentos de comunicação, que alcançam um propósito e incidência na construção do paradigma da convivência, como um projeto político da ASA. Essa evidência é corroborada por Kunsch (2008) quando ressalta que as estratégias são os caminhos que atendem tanto aos propósitos quanto ao ambiente e atuação da organização para desenvolver suas ações, levando em consideração os contextos, a missão e mobilização social da organização.

No que diz respeito a Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA, ela surgiu em 2007, com a criação do P1+2. “Se organiza nos diversos territórios de atuação do programa, desenvolvendo processos de comunicação junto às organizações que compõem a ASA e às comunidades, contribuindo, assim, com a visibilização de um Semiárido diverso e plural” (VERÔNICA PRAGANA, 2021).

Érica Silva (2021) reforça ainda o papel e a importância da Rede de Comunicadores da ASA.

É fundamental o trabalho da Rede de Comunicadores e Comunicadoras da ASA. Havia frequentemente formações com os comunicadores e comunicadoras das instituições, sempre fazendo esse debate do próprio direito à comunicação; a comunicação como incidência política, como elemento importante para a mobilização social, para visibilidade da ação da ASA, para o fortalecimento do paradigma da convivência com o Semiárido (ÉRICA SILVA, 2021).

Segundo Verônica Pragana (2021), a Rede de Comunicadores Populares é uma estratégia importante de comunicação e uma via de mão de dupla, pois constrói as informações junto às famílias agricultoras e dissemina também para fora da Articulação, para todo o Semiárido.

Então, posto isso, as estratégias de comunicação que temos pensado conta com uma rede de pessoas, de comunicadores e comunicadoras, ligadas ao campo, que tem apreço pela ação da ASA e nos dá credibilidade, nos ouve e repassa nossos conteúdos. O nosso desafio é fazer com que as nossas mensagens continuem chegando para estas famílias num contexto de desidratação total das políticas públicas de convivência e de fortalecimento da agricultura familiar. E, como consequência, de perda de equipe das organizações e até sua desestruturação (VERÔNICA PRAGANA, 2021).

Sobre o processo de formativo no âmbito da comunicação, Ita Porto (2021) ampliar essa perspectiva a partir de que

são as estratégias que fortalecem os espaços de formação em comunicação política, envolvendo as pessoas sujeitos sociais (em todas as categorias) nas ações, estimulando participação nos espaços (reais e virtuais) a partir da dominação de instrumentos e ferramentas de comunicação, identificando assim espaços de comunicação, como por exemplo a própria Rede de Comunicadores e Comunicadoras – que é pulsante e diversa (ITA PORTO, 2021).

A Rede de Comunicadores Populares da ASA vai de encontro à compreensão construída por Castells (1991) sobre redes, quando afirma que são as conexões entre indivíduos (atores), não necessariamente em ambiente digital, em constante contato, formando um emaranhado de relações complexas que envolvem diversos tipos de ações, sentimentos e desejos. Ou seja, os comunicadores estão em diferentes territórios, mas que se unem à teia da comunicação desfrutando ou almejando de um mesmo sentimento e anseio: construção da convivência com o Semiárido,

Ainda sobre as estratégias, Ita Porto (2021) também corrobora nesse entendimento das estratégias de comunicação da ASA. Para ela, as estratégias de comunicação da ASA se baseiam nos princípios da comunicação popular, da comunicação contextualizada e com a leitura formativa política; todas características importantes para construção de novas e outras narrativas que educam a população sobre o conceito da qualidade de vida no Semiárido.

A construção de narrativas a partir da convivência dialoga com vários estilos de comunicação (plataformas e mídias) que alcancem todos os âmbitos de perfis de consumidores de informação, seja das famílias agricultoras, dos técnicos, da sociedade em geral, ou de espaços de incidência. São formas – ao meu ver – eficientes de comunicar e influenciar sobre as ações do movimento (ITA PORTO, 2021).

As estratégias de comunicação da ASA têm a ver com a sua essência, seu jeito de ver o Semiárido, como afirma a jornalista Verônica Pragana, da ASACom:

As ações são propostas a partir do jeito que lemos o mundo, a partir da nossa visão. A principal estratégia de comunicação está no DNA da ASA. E, por isso, ela está muito arraigada no ser ASA. É indissociável. A ASA defende a

convivência baseada na crença de que o Semiárido tem solução e esta solução deve ser construída de dentro pra fora. Esta visão guia a forma como a ASA se posiciona no mundo e expressa sua leitura, críticas e propostas para a construção da convivência (VERÔNICA PRAGANA, 2021).

Uma das últimas publicações que norteia a perspectiva comunicacional da ASA é a cartilha “Comunicação Popular no Semiárido – Um caminho para o fortalecimento da denúncia de resistência e da luta por mais qualidade de vida” (2018), da qual Fernanda Cruz se refere no parágrafo anterior.

É nessa perspectiva que para a assessora da Casa da Mulher do Nordeste, do escritório de Afogados da Ingazeira - PE, Wagda França (2021), as estratégias de comunicação pensadas pela ASA incidem nas comunidades.

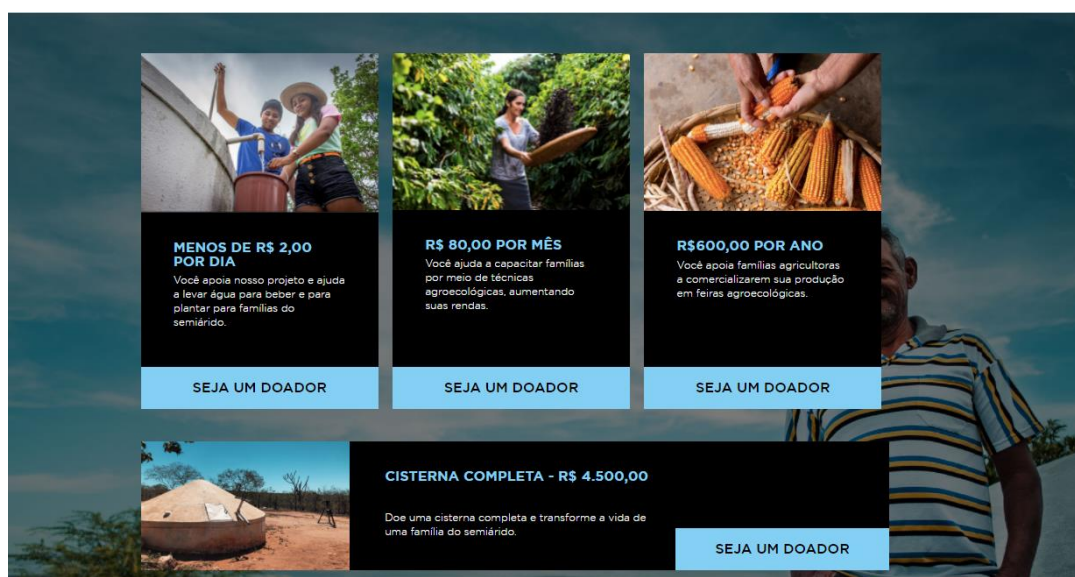
A ASA investe bastante na divulgação das suas ações, com cartilha orientadoras, boletins, entre outros. Esses materiais de comunicação facilitam o entendimento para reaplicação das tecnologias sociais, norteando agricultores e demais públicos que não foram contempladas com os seus programas, para garantir e entender a importância para a construção da convivência com o Semiárido (WAGDA FRANÇA, 2021).

Nesse sentido, existem as estratégias que norteiam as ações de comunicação da ASA no seu dia a dia, mas também há aquelas que são pensadas a partir de um determinado contexto ou urgência. Verônica Pragana (2021) chama à atenção para a importância e necessidade dessas estratégias:

Então, temos uma estratégia de comunicação que está ligada a essência da ASA. E, temos outras estratégias temporais que são construídas e executadas para reafirmar a estratégia-mor. Entre as estratégias, podemos citar ações de comunicação como campanhas, diversas campanhas e com diferentes temas: contra a troca de votos, em defesa da vacinação contra a Covid-19, para divulgar os cuidados para prevenção da contaminação pela Covid-19 quando a doença começava a se interiorizar, e também campanhas como a que vamos lançar em breve para captar recursos via doações de empresas e pessoas físicas (VERÔNICA PRAGANA, 2021).

Em setembro, deste ano, a ASA lançou a campanha “Tenho sede”. Uma referência que precisa ser feito mais pelo Semiárido, construir mais cisternas, e também uma alusão à música de Dominguinhos e Anastácia, que foi relançada por Gilberto Gil. Além de emprestar a voz, Gil encabeçou a campanha, ganhou forte adesão da sociedade pelas redes sociais. O objetivo é angariar recursos para a continuação dos projetos da Articulação na região. As Figuras 46 e 44 ilustram o site e videoclipe da campanha.

Figura 47 - Imagem do site da campanha "Tenho Sede"



Fonte: Site Tenho Sede (2021).

Figura 48 - Imagem de Gilberto Gil: "garoto propaganda" da campanha "Tenho sede"



Fonte: Site Tenho Sede (2021).

Outra estratégia bem particular da ASA, são os momentos de reuniões e intercâmbios, de trocas de conhecimentos e aprendizagens entre famílias agricultoras e técnicos. Esses contextos resultam na sistematização de experiências e na produção de materiais de comunicação a partir do território, da realidade, da boa prática no âmbito da convivência com o Semiárido.

Um exemplo desses espaços e lugares, são as redes de articulações, os intercâmbios entre comunidades rurais, os fóruns e os encontros de agricultores

experimentadores. Tais exemplificações se percebem em concretude e na prática do trabalho da ASA.

Do processo coletivo de recuperação e registro de saberes e práticas locais de convivência com o Semiárido, resultam dois produtos de comunicação: boletim impresso e banner, ambos intitulados O Candeeiro. Independente do formato, as sistematizações são centradas na história de vida dos agricultores e das agricultoras, e causam efeitos relevantes como a produção e à socialização do conhecimento, a elevação da autoestima das famílias ao terem suas histórias registradas e reconhecidas e o aumento da consciência das famílias com relação ao seu processo de produção e outros elementos envolvidos na vida delas (ALEXANDRE PIRES, 2021).

Ainda sobre os intercâmbios, Antônio Barbosa (2021) acrescenta:

Surtem as sistematizações e os intercâmbios, então a ASA passa a olhar, inclusive, nessa perspectiva, ou seja, a comunicação como um instrumento político, no sentido de ter uma rede, de ter uma ação específica; De ter um, um boletim que é O Candeeiro, de qualquer forma como um instrumento que você materializa, os programas de comunicação, então a gente veio ampliando nessa perspectiva. A gente veio sempre trazendo alguma coisa a mais. A comunicação é um elemento forte e ela é pensada nessa perspectiva, ela é pensada no sentido de como é que ela chega, como é que ela empodera e como é que ela constrói (ANTÔNIO BARBOSA, 2021).

Os depoimentos anteriores reforçam umas das funções peculiares das estratégias de comunicação, para além da difusão de informações, que é “promover a coletivização” (HENRIQUES, 2004), ou reunir os grupos de agricultores ou até mesmo o sentimento de pertencimento ao território, à convivência com o Semiárido. Segundo Henriques (2004), a simples difusão não é garantia de que as pessoas irão se sensibilizar e participar da mobilização. A coletivização pode ser alcançada pelo sentimento e certeza de que não se está sozinho na luta pela mudança, há outros atuando com o mesmo sentido e propósito. Neste caso, da perspectiva de convivência com o Semiárido.

7.2 MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO SEMIÁRIDO

O próprio trabalho da ASA e toda sua dinâmica e atuação desde as estratégias de comunicação até a execução das tecnologias sociais contribuem para poder e o potencial de mobilização social dentro no Semiárido brasileiro. E, isto se dá de forma conjunta com as organizações que compõem a Articulação, os técnicos, comunicadores populares e as famílias agricultora.

A mobilização social perpassa todas as dinâmicas de atuação e operacionalização da ASA. Segundo Neidson Batista (2021), ela é uma das bases da Articulação.

A mobilização social é um dos pilares através dos quais a ASA é olhada, olhada com bons olhos ou olhada pelo seu significado que é a mobilização social. E aí nós temos, a gente perguntaria isso “como é que isso funciona? Funciona porque a ASA não é o escritório de Recife, a ASA é a comunidade lá que tá construindo as cisternas ou tá fazendo os bancos de sementes, mas, ao mesmo tempo tá debatendo a convivência com o Semiárido, tá debatendo a leitura política do país. Está fazendo com que as pessoas ampliem s seu leque de conhecimentos sobre como viver melhor no Semiárido. Então a ASA é aquela comunidade lá pequena e aquele técnico, mas a ASA é também a entidade ou a organização a qual o técnico ou as técnicas estão ligados, são essas entidades que terminam celebrando contratos com a, a o setor jurídico da ASA, APIMC⁶⁰, pra execução das ações de convivência; é com para as quais nós celebramos contratos (NEIDSON BATISTA, 2021).

Fernanda Cruz (2021) compreende que a mobilização social é um esforço de articular, organizar e incidir a sociedade local para que ela protagonize a mudança que considera necessária a sua vida. “É a soma dos esforços da sociedade, seja ela a sociedade civil organizada, seja a população, para garantia dos seus direitos” (FERNANDA CRUZ, 2021).

Sobre a questão do acesso a direitos provocado pela mobilização social, Alexandre Pires (2021) acrescenta que

um elemento desse aspecto mobilizador, ou que materializa essa mobilização, é a defesa de direitos. Ou seja, é a população se reconhecer como sujeitos de direitos, e nessa condição de sujeito de direito se movimenta em torno da busca e da luta por esses direitos. Por exemplo, é, a cisterna, como tecnologia social que capta e armazena a água das chuvas, é algo que materializa a capacidade de mobilização. A gente pode enxergar ela (a mobilização) em níveis bastantes distintos. Desde o processo de mobilização local, ou seja, mobilizar a comunidade pra participar dos processos de definição de quem recebe as tecnologias, da participação dos cursos, da participação das atividades, de discussão do programa de cisternas. Há a gestão de conhecimentos através dos intercâmbios que a ASA que foi acontecendo, que são processos de comunicação in loco, né? Ou seja, a coisa acontecendo e a comunicação acontecendo de forma direta, entre agricultores e agricultoras, sobre o que é convivência com o Semiárido, as práticas, métodos, as formas de conviver com o Semiárido, sendo comunicado através da cultura da oralidade, da música, da poesia, da cultura alimentar, da cultura da agricultura em si (ALEXANDRE PIRES, 2021).

Algo importante e característico da mobilização social é sua capacidade de juntar, aglutinar, mover, reunir em torno de algo, de uma causa, de uma urgência, do ponto de vista das reivindicações.

A ASA tem um poder de convocatória muito grande, se você olhar os últimos grandes atos que aconteceram no Nordeste, no Semiárido, foi a ASA que levou milhares de agricultores, agricultoras e representantes de organizações às ruas quando tivemos ameaças ou cortes de políticas públicas pelo Governo Federal ligadas à agricultura familiar, a ações estruturadoras para a convivência com o Semiárido (ANTONIO BARBOSA, 2021).

⁶⁰A pessoa jurídica da ASA se chama Associação Um Milhão de Cisternas.

Ainda sobre esta perspectiva da mobilização social como caráter reivindicatório e articulador, Alexandre Pires (2021) descreve que

É também essa mobilização que do ponto de vista reivindicatório, político, que aí a gente tem várias expressões ao longo da história da ASA, que é mobilizar para em 1999 participar da convenção das Nações Unidas como um fórum paralelo que dá origem a própria ASA, ali já era um processo de mobilização das organizações e movimentos sociais. Então a trajetória da ASA ela foi se configurando como uma forma também de reivindicatória. Mobilização reivindicatória é de reivindicar junto aos governos os recursos necessários pra a implementação de tecnologias sociais. E aí têm várias atividades de mobilização de massas, nas atividades de 2007 em Feira de Santana e 2014, Petrolina/ Juazeiro. Então, acho que esses processos de mobilização são em instâncias diferentes, com objetivos diferentes, mas que tem como foco principal a garantia do direito de ter água em casa (ALEXADRE PIRES, 2021).

Colaborando com ideia apresentada por Alexandre Pires (2021), a mobilização social leva as famílias a lutarem pelos seus direitos e conquistarem seu espaço. A agricultora Hosana Feitosa (2021) relata como é viver isso na prática, como o processo de mobilização incide e transformo sua vida:

A ASA, por meio da Diaconia, tem mudado não só a minha vida, mas a vida de todas as mulheres, das agricultoras e agricultores em geral. Tem nos incentivado a lutar pelos nossos direitos, tem nos apoiado, está sempre ao nosso lado, né? Mesmo nessa pandemia não tem deixado a gente de lado, tem nos ajudado de muitas formas. Então, o trabalho da ASA e da Diaconia é muito, muito, muito importante nas comunidades, nos grupos de mulheres sim e na minha vida não tem nem explicação (HOSANA FEITOSA, 2021).

A caminho de um mesmo entendimento, Henriques (2004) reforça que uma das funções das estratégias de comunicação é fornecer elementos de identificação com a causa e com o projeto mobilizador. Cabe à comunicação uma articulação entre valores e símbolos no processo de construção da identidade de um movimento, estabelecendo de uma maneira estruturada a produção de elementos que orientem a serem referências para a interação dos indivíduos, possibilitando, assim, um sentimento de reconhecimento e pertencimento capaz de torna-los corresponsáveis. E, é assim que as famílias agricultoras demonstram tal sentimento em relação à região e à construção do paradigma da convivência.

As organizações que compõem a ASA também têm em sua essência e atuação as premissas da mobilização social, como isto está impregnado na vida das pessoas e das comunidades, como observa Naidson Batista (2021)

Nessa mesma perspectiva, as organizações sempre tiveram como DNA a mobilização social e por ser ASA a gente não pode perder a mobilização social. Ao contrário, a gente tem que intensificar. Os momentos fortes de mobilização social sempre fizeram parte de nossa vida e vão fazer, num é? Então, nós

tivemos nesses vinte anos, quatro ou cinco grandes momentos de mobilização social, de manifestações fortes aonde se manifesta a, a dimensão de solidariedade das pessoas, por exemplo, eu abordei um agricultor em uma manifestação dessa e perguntei a ele: “você mora aonde?” Ele me disse onde ele morava, disse: “você já teve acesso à cisterna?” Ele disse: “já, mas eu tô aqui porque eu quero que outros também tenham acesso à cisterna”, então a obrigação tá enraizada, ela, ela passa por aí, né? Sem ela não existe ASA, porque a ASA não é a estrutura jurídica, a ASA é essa dimensão de rede que trabalha com essa mobilização social (NAIDSON BATISTA, 2021).

As ideias elencadas, por meio dos depoimentos anteriores, estão em consonância com o que é defendido por Toro e Werneck (2004) quando diz respeito a “mobilizar quando se pretende convocar vontades para “atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO; WERNECK, 2004, p. 13). Para os autores há um propósito comum, que seja útil a uma sociedade, ela tem que estar orientada para um projeto. Neste caso, é a convivência que move, leva às pessoas a se engajarem ao projeto político da ASA.

Outra questão relevante é como as estratégias de comunicação estão conectadas com a mobilização social. Elas contribuem como elemento importante para a mobilização. Ita Porto (2021) comunga dessa mesma perspectiva ao afirmar que

As estratégias fortalecem espaços de mobilização social envolvendo as pessoas sujeitos sociais (em todas as categorias) nas ações, estimulando participação nos espaços (reais e virtuais) a partir do contato ou interação com os instrumentos e ferramentas de comunicação (ITA PORTO, 2021).

Tais pensamentos de Alexandre Pires, Naidson Batista e Ita Porto, apresentados anteriormente, comungam-se com Peruzzo (2004) quando afirma que a comunicação tem um caráter também mobilizador, tornando-se “um meio de conscientização, mobilização, educação política e de articuladora de manifestação do povo. “É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicação dos setores organizador da população oprimida” (PERUZZO, 2004, p. 125).

É a partir das ações de articulação das organizações que compõem a ASA e das ações de mobilização das famílias envolvidas, que a Articulação cumpre um papel estimulador dos debates e empodera as pessoas para uma comunicação popular e para a visão e compreensão da convivência com o Semiárido. Ao passo que o caráter mobilizador leva as famílias a participarem de diversos espaços de discussões e decisões, em que as famílias se reconhecem como sujeitas protagonistas e na apropriação do

paradigma da convivência com o Semiárido. Elas passam a se veem no território como espaço de pertencimento, identidade e lugar para viver e produzir.

8 AS APROPRIAÇÕES DAS ESTRATÉGIAS E DO PARADIGMA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

As apropriações reiteram as produções de sentido no âmbito das estratégias de comunicação e da perspectiva da convivência com o Semiárido, entendendo que a compreensão de apropriações está ligada à apoderação, ao apoderamento, posse do lugar, da identidade, de um território, ou seja, como construção ou afirmação da identidade e como necessidade de pertencimento.

Sobre ser nordestina, viver e morar no Semiárido, a agricultora Hosasa Feitosa (2021) fala de forma orgulho do lugar, da sua vivência com o território:

Eu gosto de viver aqui, de ser nordestina. É um lugar bonito. Tenho orgulho de ser nordestina, de morar no Semiárido. Viver aqui é bom, porque nos ensina ter pé no chão, nos ensina viver com pé no chão, que aqui é possível produzir, nos alimentar e criar nossos filhos (HOSANA FEITOSA, 2021).

A agricultora Lucineide Cardoso também comunga desse sentimento de pertencimento e de identitária. “Pra gente é um orgulho imenso viver no Semiárido, estar no Semiárido, poder saber conviver com a seca, através de projetos, através de capacitações e através de tecnologias que nos faz conviver” (LUCINEIDE CARDOS, 2021).

Outro elemento tangente às apropriações é a questão da identidade, no que diz respeito ao local, à região, ao Semiárido, ao território, bem como e um pertencimento de ser agricultor. Ou seja, esse mesmo entendimento é defendido por Henriques (2004) quando reforça a “apropriação identitária do espaço; a integração de um lugar simbólico já existente” (HENRIQUES, 2004, p. 22).

Nesse sentido, Antônio Barbosa (2021) relata que

as pessoas falam de forma bonita e orgulhosa, “ó, eu tenho água, eu tenho uma cisterna”. Isso é que a transformação, de um coletivo, da soma das pessoas. Então, quando as pessoas se empoderam; um povo que olhava pra baixo e que hoje fala de voz altiva, é lindo demais (ANTONIO BARBOSA, 2021).

Tatiana Faustino (2021) traz esse orgulho de pertença em sua caminhada, em sua forma de viver e conviver no Semiárido brasileiro. As imagens apresentadas nas Figuras 48 e 49 denotam muito bem esse sentimento de alegria e pertencimento à região.

É muito bom viver aqui, a gente pode viver aqui com tecnologias sociais, com respeito a nossa Caatinga, com respeito aos povos que vivem aqui. São camponeses que foram construindo essas resiliências, que foram aprendendo com esse lugar, com as suas plantas, com sua água, com os animais. Nosso lugar é de gente muito forte, de cultura forte, de histórias fortes; de pessoas que lutam pelo acesso à terra. Então eu tenho muito orgulho disso, tenho orgulho porque faço parte dessa construção desse território, da construção de um semiárido mais digno para viver, morar, produzir e me alimentar (TATIANA FAUTINO, 2021).

Figura 49 - Agricultora Tatiana Faustino mostrando parte da sua produção



Fonte: Acervo Pessoal: Tatiana Faustino (2021).

Figura 50 – Colheita do milho na propriedade da agricultora Tatiana



Fonte: Acervo Pessoal: Tatiana Faustino (2021).

No entanto, Naidson Batista (2021) aponta que as apropriações pelas famílias, pelas comunidades, diferem de um lugar para outro dentro do Semiárido. Isso se dá de acordo com o processo histórico sociocultural de fundação, organização e mobilização de cada comunidade.

A apropriação do paradigma de convivência com o Semiárido ela é muito diversificada. Há locais e comunidades em que ela é bem mais intensa e mais concatenada e há locais e comunidades onde ela é menos intensa. Isso depende muito do acompanhamento que as comunidades recebem e da recepção em relação as estratégias. Por exemplo, uma comunidade que já tinha uma história de debate, uma história de assistência técnica, de comercialização da produção; essa comunidade agrega ao redor do processo das cisternas, num conjunto de fenômenos e vai se apropriando, falando, trabalhando, debatendo a perspectiva da convivência (NAIDSON BATISTA, 2021).

Esse sentimento de pertença ao território, ao Semiárido, é corroborado a partir da compreensão de La Soudière (2001, p. 4) quando discorre que a apropriação se baseia essencialmente no processo de identificação. Para a autora, o sujeito se apropria do que gosta de se identificar, do que está disposto a reconhecer como seu. Nesse mesmo caminho, segundo Gléonnec (2003), essa apropriação pode estar ligada a um território, como construção ou afirmação da identidade e como necessidade de pertencimento, como o Semiárido e paradigma da convivência.

Wagda França (2021) defende que as estratégias de comunicação e assessoria técnicas às comunidades são importantes no processo das apropriações:

A ASA investe bastante na divulgação das suas ações, com cartilha orientadoras, boletins, entre outros. Esses materiais facilitam o entendimento para reaplicação das tecnologias sociais, norteando agricultores e demais públicos que não foram contempladas com os seus programas, para garantir e entender a importância para a construção da Convivência com o Semiárido (WAGDA FRANÇA, 2021).

É também nesse caminho que, segundo Tatiana Faustino (2021), as estratégias de comunicação têm trazido a cara do novo Semiárido, a partir dos olhares e falas das famílias agricultoras envolvidas nas dinâmicas da ASA:

É muito bonito de ver os materiais de comunicação da ASA. A gente se enxerga, se vê em casa instrumento, seja um boletim, seja uma camisa, seja um banner. A gente se identifica com outra companheira, outra agricultora que esteja, por exemplo, na Bahia, porque a gente vem da mesma caminhada, na mesma luta. Sinto orgulho de ver em cada foto, em cada depoimento, um pouco de minha, da minha história, do pulsar do Semiárido (TATIANA FAUSTINO, 2021).

Naidson Batista (2021) acredita que seja um desafio ainda para a ASA quantificar ou qualificar essa apropriação, essa assimilação ou incorporação pelas famílias, pelas comunidades.

É difícil de medir a materialização da apropriação, precisamos fazer uma pesquisa, com muita maior qualidade, de ouvir as pessoas, pra a gente ver a apropriação. As pessoas estão gradativamente descobrindo o valor da convivência e elas expressam isso. Essa transformação maior do Semiárido, tá vindo com o tempo. A gente já percebe na transformação da paisagem, na fala das pessoas, na participação e envolvimento das comunidades, das famílias (NAIDSON BATISTA, 2021).

Sobre isto, Verônica Pragana (2021) complementa que

em esse embate e reafirmação - a todo momento e sempre - de que o problema do Semiárido não é a seca e, sim, as políticas públicas direcionadas para quem é pobre e vive na região, não tínhamos edificado tamanha transformação que hoje vemos nos diferentes territórios do Semiárido brasileiro. Olhando para este cenário das políticas públicas, vemos que muito trabalho há para ser feito. Estamos em plena disputa que sempre se renova e se apresenta de formas diferentes. As forças que sempre exploraram a pobreza e a miséria dos povos do Semiárido seguem vivas e atuantes. Neste Brasil atual, elas ganharam mais espaço político e influência, mas seguimos na resistência até o dia em que voltaremos a avançar nas nossas conquistas. Até que todos e todas sejamos livres e felizes no Semiárido e em todas as regiões secas do planeta terra (VERÔNICA PRAGANA, 2021).

A proposta da convivência com o Semiárido foi construída a partir de um olhar sobre a região e da ruptura com a lógica do combate à seca. Havia um embate no campo da narrativa que precisava ser feito para se construir um novo Semiárido para se

concretizar a proposta da convivência. E, ASA tem alcançando comprimir essa missão de consolidar esse novo paradigma junto às organizações e às famílias agricultoras. No entanto, é necessário fazer mais, ampliar o acesso a mias tecnologias sócias, a mais cisternas de captação de água. Não obstante o trabalho da ASA e seu conjunto de organizações, tudo depende, sobretudo, de políticas de Estado estruturadoras e duradoras para fortalecer e avançar na perspectiva da convivência.

9 CONSIDERAÇÕES

Este estudo analisou as apropriações na construção do novo paradigma e as estratégias de comunicação utilizadas pela ASA numa rede de mobilizações no esforço de viabilizar a proposta da convivência com o Semiárido. Especificamente, o trabalho compreendeu como as estratégias de comunicação e as apropriações contribuem para a perspectiva do paradigma da convivência por meios dos assessores técnicos da ASA, bem como das suas organizações locais e das famílias agricultoras no município de Afogados da Ingazeira, no Sertão do Pajeú, em Pernambuco.

Em sua prática e atuação, a ASA reconhece a comunicação como estratégia e elemento importante para a consolidação da convivência com o Semiárido. E, assim, garanti-la como componente metodológico, instrumental e importante nos seus programas, como o P1MC e P1+2. Observou-se que desde o seu surgimento, a Articulação tem um jeito peculiar e próprio de se comunicar. Surge um novo jeito de construir e fazer comunicação a partir das famílias que vivem e habitam na região, envolvendo de forma direta, onde os agricultores são protagonistas das experiências.

A comunicação ainda norteia a concretização de ações da ASA, como a produção do boletim “O Candeeiro”, os programas de rádio “Riquezas da Caatinga”, os encontros, as reuniões, os intercâmbios entre agricultores e as sistematizações de experiências das histórias de vida das famílias agricultoras, para além de produção e geração de conhecimentos e saberes, possibilita a visibilidade e propagação da Articulação e de seu projeto político.

Ao mesmo tempo, constatou que é por meio da comunicação que o Brasil passou a conhecer e compreender a perspectiva do paradigma da convivência com o Semiárido e todo o seu conjunto de ações articuladas e executadas pela ASA. Ainda permite comprar que foi através das estratégias de comunicação que a sociedade passou a enxergar e ter contato com as transformações na região, fazendo com que as famílias se sintam parte e protagonistas dessas mudanças no Semiárido.

Assim, nesse contexto de mudanças e transformações em que a comunicação é mais do que mero instrumento de divulgação e informação, mas, sobretudo, como mecanismo de formação, mobilização social e política. As próprias ações desenvolvidas e sistematizadas pela ASA favorecem uma rede de comunicação que ajuda a criar uma nova dinâmica de socialização do conhecimento forjado no meio do povo e das comunidades.

Percebe-se que a comunicação é um pilar importante da mobilização social, pois permite o engajamento e articulação das famílias agricultoras numa consciência e construção do paradigma da convivência com o Semiárido. A importância das tecnologias não está só no fato de dela estocar e garantir água por um duradouro período do ano ou assegurar alimentação para as pessoas que moram num território onde há irregularidade pluviométrica, mas, principalmente, no fato delas serem um valioso mecanismo de mobilização social numa região que já foi secularmente desassistida por políticas estruturadoras.

Um achado importante e significativo desta pesquisa foi o protagonismo das mulheres na construção do paradigma da convivência com o Semiárido, principalmente as agricultoras. São elas que, muitas vezes, estão à frente das ações da ASA e da execução das tecnologias, participando dos espaços de articulação e decisões. Ao participarem das dinâmicas da ASA, tornam-se fortalecidas, valorizadas, empoderadas reconhecidas e cada vez mais comprometidas com a organização e vida da comunidade.

Conclui-se também que as famílias agricultoras têm a compreensão e contribuem com a construção e consolidação da perspectiva da convivência com o Semiárido ao se apropriarem e contribuírem com as estratégias de comunicação, bem como participarem e serem sujeitas e protagonistas do novo paradigma. A pesquisa ainda evidenciou a importância da trajetória e do trabalho da ASA na construção de um novo modelo de ver, conceber e viver no Semiárido brasileiro. Toda essa trajetória e elaboração do paradigma da convivência junto aos povos do Semiárido foi possível por causa da Articulação, da sua capacidade de mobilização de pessoas e recursos diante desse ideal, dessa perspectiva social, cultural e desenvolvimentista à região.

Pretende-se que este estudo também possa contribuir com a ASA como indício de avaliação das suas práticas desenvolvidas na construção do paradigma da convivência com o Semiárido. Para a academia, mais um aporte como um estudo importante no campo da pesquisa por se tratar da construção de um novo paradigma a partir de uma região historicamente estereotipada pela imprensa e esquecida pelas políticas públicas, que agora resiste e serve de referência para outras regiões semiáridas do planeta, e de estratégias de comunicação voltadas ao contexto rural.

Espera-se ainda que este trabalho possa trazer algumas considerações e reflexões no que diz respeito às estratégias de comunicação da ASA no intuito de contribuir para a construção da identidade da região e do paradigma da convivência com o Semiárido, em especial no Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Ao mesmo tempo, que esta pesquisa possa

contribuir na compreensão e importância do paradigma da convivência com o Semiárido para a sociedade e para a Academia a partir do trabalho da Articulação.

Entretanto, há questões relevantes que devem ser consideradas, como o manutenção e permanência de ações e políticas estruturadoras frente aos cortes de orçamentos que dialoguem com este novo paradigma. São reflexões e questões que não se esgotam para futuras pesquisas no âmbito da comunicação e da mobilização social voltadas à convivência com o Semiárido.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O Futuro das regiões rurais**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2003. _____, et all. **Juventude e Agricultura Familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: edições Unesco, 1998, 2.ed. _____, (1994).
- AB’SABER, A. N. **Os Sertões – A originalidade da terra**. *Ciência Hoje*, 3(18): 43-52, 1985.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **O rapto do Sertão: a captura do conceito de Sertão pelo discurso regionalista nordestino**. *Revista Observatório Itaú Cultural*. N. 25, maio/novembro 2019. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em https://issuu.com/itaucultural/docs/obs25_issuu_1. Acesso em 02 de junho de 2019.
- ALMEIDA, M. I. R. **Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ALEXANDER, J. C. **Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.37, 1998.
- ALVES, J. **História das Secas (Século XVII a XIX)**. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Banco do Nordeste: Governo Federal, 2018.
- ARAÚJO, T. B. de. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, Apr. 1997.
- ART, H.W. **Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Unesp; Melhoramentos, 2001.
- ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Caminhos para a convivência com o Semiárido**. 5ª ed. Recife, 2009.
- ARMANI, D. **Breve Mapa do Contexto das ONGs Brasileiras**, 1999. Disponível em: www.abong.org.br. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- BARBOSA, A. G. **Sociedade civil na construção de políticas de convivência com o semiárido**. Recife: ASA, 2010.
- BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BELTRÁN, L. R.. **“Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal”**. *Comunicação e Sociedade*, [s. l.], n.6, p. 5-35, set. 1981.
- BENJAMIN, R. **Os folhetos populares e os meios de comunicação social**. *Symposium*, Universidade Católica de Pernambuco, v. 2, n. 1, 1969.
- BORDENAVE, J. D. **O que é comunicação rural?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRAGA, C. S.; MAFRA, R. L. M. **Diagnóstico de comunicação do Projeto Manuelzão: a construção de um modelo de análise**. Anais da I Semana de Relações Públicas de Santa Catarina. Itajaí – SC, 2000.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BROCHARDT, V. D. S. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.

BUENO, F. S. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. Santos: Ed. Brasília, 1974. v. 1.

CALLADO, A. **Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

CALLOU, A. B. F.; SARAIVA, R. M. **Políticas públicas e estratégias de comunicação para o desenvolvimento local de comunidades pesqueiras de Pernambuco**. INTERAÇÕES: Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 73-81, jan./jun. 2009.

CALLOU, A. B. F.; TAUKE SANTOS, M. S. **Extensão rural – extensão pesqueira : estratégias de ensino e pesquisa**. Recife: FASA, 2013.

CALLOU, A. B. F.; *et al.* **O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil: relatório de pesquisa**. Recife : Gráfica Artimpresso, 2008.

CANCLINI, G. N. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CANCLINI, G. N. **Ni folklórico, ni massivo: ¿ que es lo popular?** Diálogos de la comunicación. N. 17. Lima: FELAFACS, Junho de 1987.

CANCLINI, G. N. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARDIM, F. **Tratado da Terra e gente do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional-MEC, 1978.

CARNEIRO, M. J. **O Ideal Rurbano: a relação campo-cidade no imaginário dos jovens rurais**. XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. G. **Entre Ficar e Sair: Uma etnografia da construção social da categoria rural**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946. **Documentário do Nordeste**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CEVASCO, M. E. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Afogados da Ingazeira**. Produto 8, 2015. Disponível em: <https://2017.cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2015/03/P8-Afogados-da-Ingazeira-19-08-2015.pdf> Acessado em outubro de 2021.

CRUZ, F. **Agroecologia e convivência com o Semiárido: quebrando paradigmas, transformado vidas**. Revista Observatório Itaú Cultural. N. 25, maio/novembro 2019. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em https://issuu.com/itaucultural/docs/obs25_issuu_1 Acesso em 06 de junho de 2019.

CUNHA, A. G. (org.). **Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha**. Dicionário da Língua Portuguesa – Textos e Vocabulários. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1964.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

DORNELLES, S. M. G. **Relações Públicas: Planejamento e Comunicação**. Série RP. Volume 3. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2012.

DUATE, R; SOARES, B. J. **Extensão rural e comunicação rural no Brasil: Notas históricas e desafios contemporâneos**. Revista de Extensão e Estudos Rurais. V. 1, n. 2, p. 397-426, jul.- dez. 2011.

FARIA, E. (Org.). **Dicionário escolar latino-português**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

FEILDEL, B. **Espaces et projets à l'épreuve des affects: pour une reconnaissance du rapport affectif à l'espace dans les pratiques d'aménagement et d'urbanisme**. 2010. Thèse (Doctorat en Aménagement de l'Espace et Urbanisme) - Université François Rabelais, Tours, 2010.

FERREIRA, L, C. **Representações sociais de sertão entre moradores da região sertaneja Petrolina-PE e Juazeiro-BA**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória - ES. 2012.

FERREIRA, D. *et al.* **No coração do povo: a história da Rádio Pajeú, a pioneira do Sertão Pernambucano**. Recife: CEPE, 2011.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERRARI, M. A. **Uma leitura crítica da comunicação e das relações públicas no Brasil e na América Latina**. In: GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria A.; FRANÇA, Fábio. **Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos**. 1.ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2009.

FOINA, A. **Métodos de aquisição de dados quantitativos na Internet: o uso da rede como fonte de dados empíricos.** *Ciência & Trópico*, [S. l.], v. 30, n. 2, 2011.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 14ª ed. São Paulo: Nacional, 1976.

GOHN, M.G. **ONGs, Sem Terra e Cidadania.** 3ª Ed. São Paulo, Cortez, 2003.

GOMES, U. A. F.; HELLER, L. **Acesso à água proporcionado pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais: Combate à Seca ou ruptura da vulnerabilidade?** *Eng Sanit Ambient* | v.21 n.3 | jul./set 2016 | 623-633. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/4BS7RNWWrPRkkzv7zgLxZ7F/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 10 de setembro de 2021.

GALEANO, E. **Las palabras andantes.** 5ª Ed. Buenos Aires, Catálogos S.R.L., 2001.

GLÉONNEC, M. **Communication et changement organisationnel: le concept de chaîne d'appropriation.** In: COLLOQUE BILATÉRAL FRANCO-ROUMAIN, 10., 2003, Bucarest. Bucarest, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Que é Questão Agrária?** Coleção Primeiros Passos. Editor Brasiliense. São Paulo, 1982.

GUIMARÃES ROSA, J. **Grande sertão: veredas.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

HALL, S. **Identidade Cultural na pós-modernidade.** São Paulo: DP&A, 2002.

_____. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo.** *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HARTLEY, J. F. **Case studies in organizational research.** In: CASSELL, Catherine & SYMON, Gillian (Ed.). *Qualitative methods in organizational research: a practical guide.* London: Sage, p. 208-229, 1994.

HEBERLÊ, A. L. O. HEBERLÊ, M. L. **Os gêneros na comunicação para o desenvolvimento e a comunicação estratégica.** In: INTERCOM, XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, 2011.

HEBERLÊ, A. L.; SOARES, F. **Comunicação para o desenvolvimento: estratégias e conceitos.** *Estudos em Comunicação*. Nº13. Junho de 2013.

HENDERSON, B. D. **As origens da estratégia.** In: MONTGOMERY, C. A. ; POTER, M. E. *Estratégia: a busca da vantagem competitiva.* Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HENRIQUES, M. S. (Org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 204.

HOLADA, A. B. de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. ITS, 2021. Disponível em <http://itsbrasil.org.br/> Acesso em outubro de 2021.

KIENTZ, A. **Comunicação de massa - análise de conteúdo**. Rio de Janeiro, Eldorado, 1973.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3.^a edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KUNSCH, M. M. K. **A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas**. *Media & Jornalismo*, [S.l.], v. 18, n. 33, p. 13-24, nov. 2018. ISSN 2183-5462. Disponível em: <<https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/6020>>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

KUNSCH, M. M. K. **Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual**. V. 8 - Nº 2 jul./dez. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/90446/93218/0>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

KUNSCH, M. M. K. (Org.). **A comunicação como fator de humanização das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010.

_____. (Org.). **Comunicação Organizacional: histórico, fundamentos e processos**. Vol. 1. São Paulo Saraiva, 2009.

KUNSCH, M. K. (Org.). **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Caetano do Sul – SP: Difusora Editora, 2008.

LA SOUDIÈRE, M. **De l'esprit de clocher à l'esprit de terroir**. *Ruralia*, Lyon, n. 8, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, R. B. **Carne e Alma**. 4^a Edição ampliada. FASA - Fundação Antônio dos Santos Branches: Recife, 2009.

LEITÃO, J. A. **Imagem jornalística e Desenvolvimento local: as representações dos sertões na mídia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Programa de Pós – Graduação em Extensão Rural e

Desenvolvimento Local. Orientadora: Maria Salett Tauk Santos. Universidade Federal Rural de Pernambuco: Recife, 2011.

LIMA, M. D.; ABBUD, M. E. **Comunicação Organizacional: Histórico, Conceitos e Dimensões**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Manaus – AM, 2015.

LIMA, I. R. de. **O projeto ideológico das telenovelas brasileiras: análise de conteúdos**. 1981. Orientadora: Esther Maria Arantes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Filosofia. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

LLEWELLYN, S.; NORTHCOTT, D. **The “singular view” in management case studies qualitative research in organizations and management**. An International Journal, v. 2, n. 3, p. 194-207, 2007.

LOPES, M. I. V. de; MOURA, C. Peixoto de. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

_____. **O local e o global nos estudos latino-americanos de recepção**. IV Colloque Franco-Brésilien Des Scien Ces De L’information Et De La Communication. Grenoble: Sfsic / Intercom / Université Stendhal, 1996.

_____. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 1990.

MARCHIORI, M. **Redes sociais, comunicação, organizações**. (Org.). 1. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2012.

MARTÍN BARBERO, J. **Ofício de Cartógrafo Travessias latino americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2004.

MASSONI, S. **Metodologias de la comunicación estratégica: del inventário al encuentro sociocultural**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2013.

MELO NETO, J. C. DE. **Morte e vida Severina: auto de Natal pernambucano**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

MELO, José Marques de (org.). **Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1976.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa qualitativa: teoria e criatividade**. (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Lei de Ater, nº 12.188**. Versão final: Brasília, 2010.

MORAES, A. C. R. **O Sertão um “Outro” Geográfico**. Revista Terra Brasilis, anos III-IV, nº 04-05, 2003.

MORAES, F. **Os Sertões: um livro-reportagem de Fabiana Moraes**. Recife: Editora Cepe, 2010.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

OLIVEIRA, I. de L.; PAULA, C. F. **O que é comunicação estratégica nas organizações?** São Paulo: Paulus, 2007.

OROSCO GÓMES, G. **La Investigaciones Comunicación desde la perspectiva Cualitativa**. Ediciones de Periodismo y Comunicación Social. México: Universidade Nacional de La Plata, 1996.

PINTO, J. B. **“La comunicación participat6ria como pedagogía del cambio: fundamentos epistemol6gicos”**. Cadernos de Comunicaç6es, João Pessoa, Ano 2, n.1, 1980.

PEIXOTO, M. **Extens6o rural no Brasil, uma abordagem hist6rica da legislaç6o**. Textos para discuss6o 48. Senado Federal: Brasília, outubro, 2008.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicar para transformar**. Revista Agriculturas. V. 13, nº 01, março 2016

PERUZZO, C. M. K. **Comunicaç6o nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos**. Revista Contemporânea, Comunicaç6o e Cultura. Universidade Federal da Bahia - UFBA. V.11, nº 01, jan-abril, 2013.

PERUZZO, C. M. K. **Direito à comunicaç6o comunitária, participaç6o popular e cidadania**. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). Comunicaç6o pública. Campinas: Alínea, 2004, v. 1, p. 49-79.

PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA. **Diagnóstico do município de Afogados da Ingazeira**, estado de Pernambuco / Org.: João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltr6o, Luiz Carlos de Souza Junior, Manoel Júlio da Trindade G. Galv6o, Simeones Neri Pereira, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

QUEIROZ, R. **O quinze**. São Paulo: Siciliano, 1993.

RABELO, D. C. **Comunicaç6o e mobilizaç6o na Agenda 21 Local**. Vitória, ES: EDUFES/FACIEC, 2003.

RAMOS. G. **Vidas secas**. São Paulo: Record, 1993.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**: para alunos de graduaç6o e pós-graduaç6o. 3º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RIBEIRO, S. P. F. **Parceria: Os caminhos da relação entre o Poder Público Estatal e as ONGs.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

RIPOLL, F. **L'appropriation de l'espace au regard des mouvements sociaux contemporains: quelques réflexions sur les enjeux, modalités et ressources de l'action.** Espaces et sociétés, Paris, n. 21, p. 45-50, mars 2004.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

SOUSA, M. W. de. **Novos cenários no estudo da recepção.** In: LOPES, Dirceu Fernandes; TRIVINHO, Eugênio (Org.). Sociedade midiática, significação, mediações e exclusão. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2000.

TAUK SANTOS; LORENZATO. **Rádio e desenvolvimento local: análise da programação da Rádio Pajeú.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XLI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Joinville-SC: 2018.

TAUK SANTOS, M. S. **Comunicação para o desenvolvimento: redes da memória.** Recife: Ed. do Autor, 2016.

TAUK SANTOS, M. S.; DIAS, C. **Desafios cooperativos e estratégias de comunicação das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.** V Seminário Internacional da Unircoop. Rio de Janeiro, outubro, 2008.

TAUK SANTOS, M. S. O consumo de bens culturais nas culturas populares: identidade reconvertida ou diversidade refuncionalizada? In: PERUZOO, Cecília M. K; PINHO, J. B. (orgs). **Comunicação e multiculturalismo.** São Paulo: Intercom, Manaus: UFAM, 2001.

TAUK SANTOS, M. S. **Comunicação Rural - velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local.** In: LOPES, M.I.V; FRAU-MEIGS, D.; TAUK SANTOS, M.S. Comunicação e Informação: identidades e fronteiras. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000, p.291-301.

TECNOLOGIAS SOCIAIS: COMO OS NEGÓCIOS PODEM TRANSFORMAR COMUNIDADES. Cuiabá, MT: Sebrae, 2017

TORO A., J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social – um modo de construir a democracia e a participação.** São Paulo: Autêntica, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. **Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa.** 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano de que se imagina.** Campinas: Autores Associados, 2002.

VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX,** In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, n° 43, pp. 251-254. 2002.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

11 APÊNDICES - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

11.1 APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO ASA

QUESTIONÁRIO 1

Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGEXR
Professora orientadora: Janaína Balk Brandão
Professor coorientador: Clayton Hilling
Doutorando: Daniel José do Nascimento Ferreira

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM A EQUIPE DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA

BLOCO 1: IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Escolaridade: _____

Telefone: (____) _____

E-mail: _____

Qual a função na ASA: _____

BLOCO 2: FORMAÇÃO, MISSÃO E ATUAÇÃO NO SEMIÁRIDO

- 1) como surgiu a ideia de criação da Articulação no Semiárido Brasileiro?
- 2) Como funciona a Articulação?
- 3) Qual o os objetivos que sustentam a proposta da ASA?
- 4) Quais os valores e qual a missão da ASA?
- 5) Na sua opinião a ASA constitui um movimento social? Se sim, o que caracteriza um movimento social?
- 6) Como a ASA se mantém? Hoje, quais são os apoiadores/financiadores da Articulação?
- 7) Quantos funcionários/colaboradores trabalham diretamente na ASA?
- 8) O que a ASA considera contexto rural dentro do Semiárido e quais as características desse contexto?
- 9). Atualmente, quantas organizações compõem a ASA? Quais são elas?

- 10) Qual o perfil dessas organizações?
- 11) O que essas organizações têm em comum para compor uma articulação?
- 12) Quais as fontes de financiamento dessas organizações, são recursos públicos, privados?
- 13) Como funciona a articulação das Organizações que compõem a ASA?
- 14) Quais os meios de comunicação utilizados para alimentar a articulação/ a rede?

BLOCO 3: ESTRATÉGIAS E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- 1) Como são pensadas as estratégias de comunicação? A partir de que contexto?
- 2) A ASA tem uma política de comunicação? Se sim, como essa política dialoga com a perspectiva da Convivência com o Semiárido?
- 3) Quais as estratégias de comunicação para desenvolver a ação política?
- 4) Quais as estratégias utilizadas para a construção da identidade do Semiárido?
- 5) Quais resultados esperam obter dessas estratégias, em relação a parceiros diretos na ASA e nas organizações?
- 6) Como são construídas as estratégias e quais tipos/formas de estratégias de comunicação?
- 7) Como e de que forma as estratégias contribuem para uma nova visão do Semiárido?
- 8) Como e de que forma as estratégias institucionais envolvem e incidem sobre os funcionários/colaboradores e organizações agricultores/as familiares
- 9) Como caracterizar a mobilização social? O que se entende de mobilização social?
- 10) O que a ASA considera mobilização social? O que define?
- 11) Como as organizações e as famílias agricultoras participam da construção das estratégias de comunicação e da mobilização social? Como é o envolvimento nessa construção? Como essas dinâmicas são pensadas?

11.2 APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO ORGANIZAÇÕES

QUESTIONÁRIO 2

Universidade Federal de Santa Maria

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGEXR

Professora orientadora: Janaína Balk Brandão

Professor coorientador: Clayton Hilling

Doutorando: Daniel José do Nascimento Ferreira

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM AS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕE A ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO - ASA

BLOCO 1: IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Telefone: (____) _____

E-mail: _____

Escolaridade: _____

Nome da organização: _____

Endereço da organização: _____

Função na organização: _____

BLOCO 2: ESTRATÉGIAS

- 1) Há quanto tempo a organização faz parte da ASA?
- 2) Como você identifica as estratégias (institucional e de comunicação) construídas e articuladas pela ASA?
- 3) Quais seriam essas estratégias de comunicação? Como se observa na prática, no dia-a-dia?

- 4) Como as estratégias de comunicação se articulam e se conectam com o paradigma da convivência com o Semiárido?
- 5) Como as estratégias que visam colaborar com a formatação de uma nova identidade para a região?

BLOCO 3: MOBILIZAÇÃO SOCIAL

- 1) Como as estratégias contribuem para a mobilização social?
- 2) O que você considera mobilização social?
- 3) Como a mobilização social incide na ação política-institucional da ASA?
- 4) Como as estratégias de comunicação contribuem na mobilização social perante a missão e valores da ASA?

BLOCO 4: DO SERTÃO PARA O SEMIÁRIDO

- 1) Qual o sentido e representação da construção do Semiárido?
- 2) O que caracteriza, no sentido político-social, o Semiárido?
- 3) Como as estratégias de comunicação colaboram na construção da identidade e da imagem desse Semiárido?
- 4) Qual a relação entre Nordeste, Semiárido e Sertão?
- 5) Quais outros elementos entram na colaboração da identidade do Semiárido?

11.3 APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO FAMÍLIAS AGRICULTORAS

QUESTIONÁRIO 3

Universidade Federal de Santa Maria

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGEXR

Professora orientadora: Janaína Balk Brandão

Professor coorientador: Clayton Hilling

Doutorando: Daniel José do Nascimento Ferreira

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS AGRICULTORAS ASSESSORAS PELAS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM A ASA

BLOCO 1: IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Sexo: _____

Idade: _____

Telefone: (____) _____

E-mail: _____

Escolaridade: _____

Comunidade: _____

BLOCO 2: ESTRATÉGIAS

1) Conhece algum instrumento de comunicação da ASA, como boletim, programa de rádio? Se sim, quais?

2) O que acha desses instrumentos de comunicação? É importante para você e sua comunidade? Por quê?

3) Você já participou de algum desses instrumentos? Já foi entrevistada? Como se sentiu?

4) Esses instrumentos de comunicação representam vocês, tem “cara” da de vocês, da comunidade? Como? Porquê?

5) Você acha que esses instrumentos de comunicação provocam alguma aprendizagem? O que eles transmitem é importante no dia a dia de vocês, na comunidade? Como e por quê?

BLOCO 3: MOBILIZAÇÃO SOCIAL

1) O que mudou depois que começou a participar, a se engajar, nas atividades das organizações/ASA?

2) Participa de alguma atividade ligada à ASA, como reuniões, conselhos, comitês? Se sim, quais tipos de atividades?

2) Você acha que a ASA contribui e incentiva na participação de espaços, como fóruns, conselhos, associação, sindicato? Por quê?

3) Você já participou de atos, movimentos ou manifestações em prol do Semiárido, da agricultura familiar, apoiado ou incentivado pela ASA? Se sim, quais eventos?

BLOCO 4: SOBRE O SEMIÁRIDO

1) Qual a importância da agricultura na sua vida e da sua família?

2) O que é o Semiárido para você? O que ele representa para você?

3) Você sente orgulho de viver e morar no Semiárido? Por quê?

4) O que você entende sobre conviver com o Semiárido?

5) Como era antes o Semiárido com a chegada das ações das organizações e da ASA em sua comunidade?

6) O que mudou no Semiárido depois que a ASA chegou?

12 ANEXOS

12.1 DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO



O SEMIÁRIDO TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!

Depois da Conferência da ONU, a seca continua...

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 – a terceira sessão da Conferência das partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semiáridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplidão de um fenômeno mundial – a desertificação – do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do Semiárido brasileiro.

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do Semiárido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

É disso que nós, da Articulação no Semiárido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa, porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal – do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

As medidas emergenciais devem ser imediatamente reforçadas

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semiárido; nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir

de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientistas, das Organizações Não Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: **QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO SEMIÁRIDO!**

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, antieconômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A Articulação, por sua vez, afirma que, sendo o Semiárido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

Nossa experiência mostra que o Semiárido é viável

A convivência com as condições do Semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

- que a caatinga e os demais ecossistemas do Semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;
- que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;
- que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;

- enfim, que o Semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

É preciso levar em consideração a grande diversidade da região

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no semiárido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a Nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no Semiárido brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O Semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres). Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde... O que pretendemos com essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas inter-relações, impõe-se mais que nunca.

Dito isto, podemos apresentar a nossa contribuição – fruto de longos anos de trabalho no Semiárido – destacando algumas das propostas que vêm sendo discutidas pela sociedade civil nas duas últimas décadas.

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Este programa está fundamentado em duas premissas:

- A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido.
- A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

CONVIVER COM AS SECAS

O Semiárido brasileiro caracteriza-se, no aspecto socioeconômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso Programa de convivência com o Semiárido inclui:

- O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o Semiárido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais.
- A garantia da segurança alimentar da região, como um objetivo a ser alcançado a curtíssimo prazo.
- O uso de tecnologias e metodologias adaptadas ao Semiárido e à sua população, como ferramentas básicas para a convivência com as condições da região.
- A universalização do abastecimento em água para beber e cozinhar, como um caso exemplar, que demonstra como tecnologias simples e baratas como a cisterna de placas de cimento, podem se tornar o elemento central de políticas públicas de convivência com as secas.

- A articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado às realidades locais, como uma necessidade.
- O acesso ao crédito e aos canais de comercialização, como meios indispensáveis para ultrapassar o estágio da mera subsistência.

ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE

O Semiárido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formado por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infraestruturas deficientes. Pior ainda: as políticas macroeconômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semiárido compreende, entre outras medidas:

- A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do Semiárido.
- A priorização de investimentos em infraestrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.
- Maiores investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas.
- A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL

Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do Semiárido.

Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas implementação dessa Convenção, a Articulação está propondo, para vigência desse direito:

- O reforço do processo de organização dos atores sociais, visando sua intervenção qualificada nas políticas públicas.
- Importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano. Em particular:
 - A erradicação do analfabetismo no prazo de 10 anos.
 - A garantia do ensino básico para jovens e adultos, com currículos elaborados a partir da realidade local.
 - A articulação entre ensino básico, formação profissional e assistência técnica.
- A valorização dos conhecimentos tradicionais.
- A criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o Semiárido e atravesse toda a sociedade brasileira.

INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens.

Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representação nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5 da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a “promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens”, a Articulação Semiárido reivindica, entre outras medidas:

- que seja cumprida a Convenção 100 da OIT, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;
- que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra.
- que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;

- que mais mulheres e jovens sejam capacitados para participar em conselhos de políticas públicas.
- que mais mulheres adultas tenham acesso à escola, com horários e currículos apropriados.

PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II - a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III – a recuperação de terras degradadas. ”

A Caatinga é a formação vegetal predominante na região semiárida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no semiárido brasileiro, 60% das quais endêmicas.

Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- A realização de um zoneamento socioambiental preciso.
- A implementação de um programa de reflorestamento.
- A criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semiárido.
- O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o Semiárido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.
- O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental.
- A proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas.
- A fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, se comprometeram a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”. Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semiárido seja financiado através de quatro mecanismos básicos.

- A captação de recursos a fundos perdidos, a serem gerenciados pelas organizações da sociedade civil.
- A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas.
- Um fundo específico para todas as atividades que não são passíveis de financiamento através das linhas de crédito existentes.
- Uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste).

Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos efeitos da seca”, em junho de 1998, vão custar aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (R\$ 48,00 por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar.

Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no Semiárido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

O Semiárido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação... para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como “convivência”, “autonomia” e “justiça”.

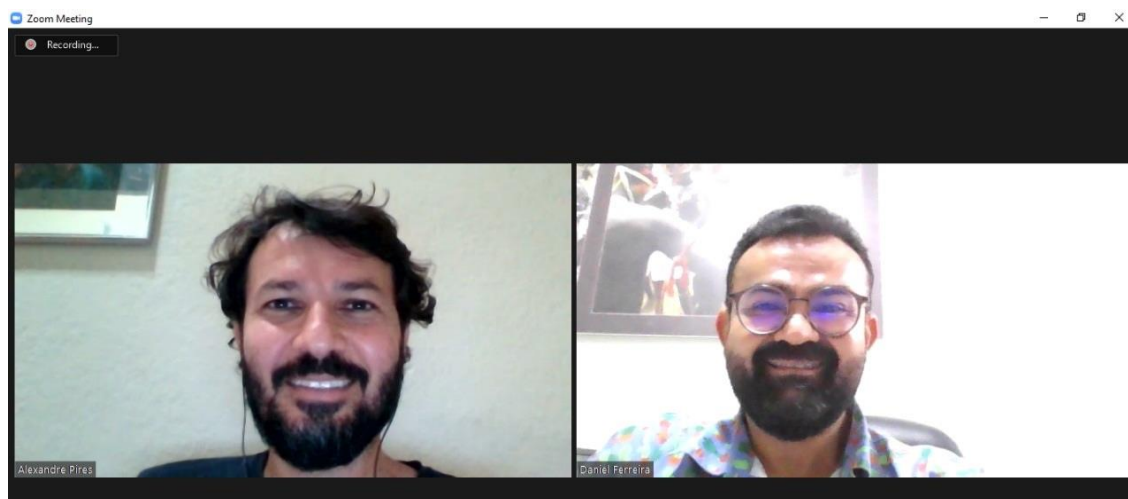
**A ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO É FORMADA POR 61 ENTIDADES A
SEGUIR LISTADAS:**

AACC; ABONG PE; ACB; ADERT; AMAS; AMAVIDA; APAN; APEB/SERRINHA;
APIME; APTA; ASPAN; ASPOAN; AS-PTA NE;AS-PTA PB; ASS; ASSEMA;
ASSOCENE; ARTICULAÇÃO ÁGUA; CAA/GENTIO DO OURO; CAA/NORTE DE
MINAS; CAATINGA; CÁRITAS/CNBB; CEALNOR; CECOR; CENTRO LUIZ
FREIRE; CENTRO SABIÁ; CERIS; CESE; COMPLETA; CONTAG; CRS; DED;
DIACONIA; ECOS/FLORESTA; ECOS/RECIFE; ESPLAR; FETAPE; FETARN;
FETRAECE; FÓRUM BRASILEIRO DE ONG'S E

MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASI; FUNDAÇÃO QUINTETO VIOLADO;
GARRA; GRUPO TERRA; IEH; IRPAA; MOC; NAPER ; OXFAM; PATAC; PÓLO
SINDICAL DE PETROLÂNDIA; SASOP; SEAN; SENV; SNE; SOS CORPO;
TECHNE; TERRA VIVA; TIJUPÁ ; UNICEF; VISÃO MUNDIAL.

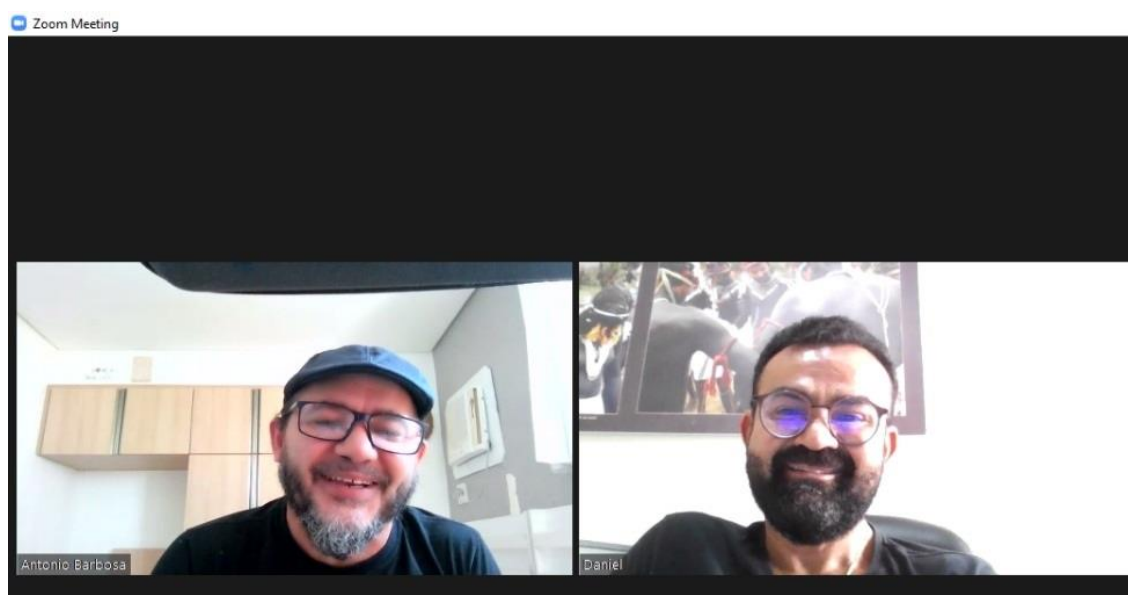
12.2 ALGUMAS FOTOS DAS ENTREVISTAS POR WEB-CONFERÊNCIA

Figura 51 – Registro da entrevista com Alexandre Pires (ASA Pernambuco)



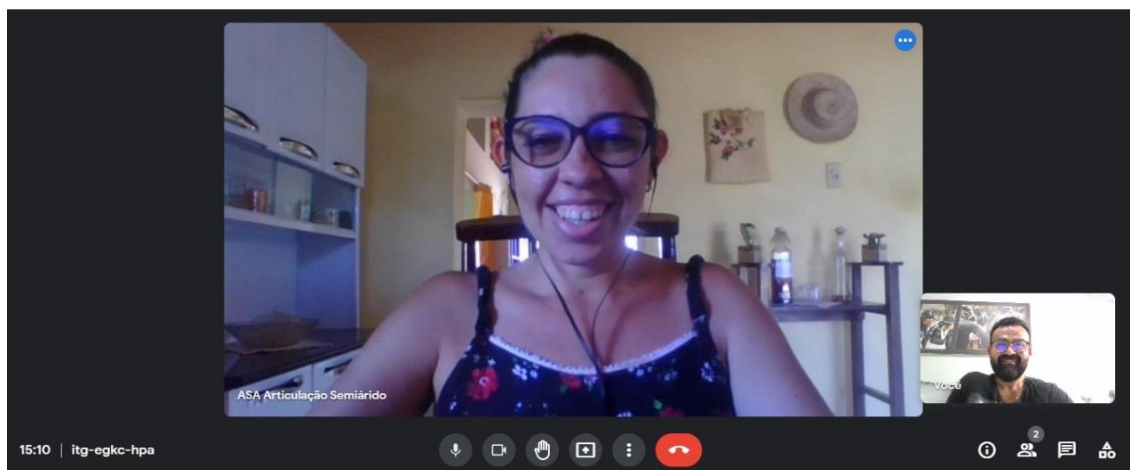
Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Figura 52 – Registro da entrevista com Antonio Barbosa (Gerente da ASA Brasil)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).

Figura 53 – Registro da entrevista com Érica Silva (Jornalista da ASACom)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).